



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 04 de julho de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Marco Costa*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se de seguida para o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados várias votos que, aquando da sua votação, foram aprovados por unanimidade:

- Voto de Congratulação pela comemoração pelo dia nacional dos cientistas nos Açores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*);

- Voto de Congratulação à investigadora Ana Raquel Barbosa pelo prémio João Lobo Antunes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Dionísio Maia (*PS*);

- Voto de Congratulação À banda Ronda da Madrugada pelo destaque internacional obtido na 7ª edição dos “Prémios Internacionais de Música Portuguesa” (International Portuguese Music Awards), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*);

- Voto de Congratulação à banda mariense que venceu o prémio International Portuguese Music Awards, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*).

- Voto de Congratulação a Bruno Rocha de Araújo pelo título de campeão nacional de judo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O voto foi apresentado pela Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*);

- Voto de Congratulação a Bruno Rocha de Araújo pelo título de campeão nacional de judo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo a apresentação do referido voto ficado a cargo do Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*);

- Voto de Congratulação pela conquista pelo título de campeão de futebol dos Açores pelo grupo desportivo das Fontinhas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*);

- Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelo grupo desportivo do centro social do Juncal, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e cuja apresentação foi feita pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Posteriormente, usou da palavra a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*);

- Voto de Congratulação pela conquista do título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*);

- Voto de Congratulação pela conquista da medalha de bronze pela atleta Laura Góis no campeonato de Portugal de juniores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), tendo usado da palavra posteriormente o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*);

- Voto de Congratulação pela realização do CanSAT Nacional na Ilha de Santa Maria, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto feita pelo Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*);

- Voto de Congratulação pelos 75 anos da Finisterra, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*);

- Voto de Congratulação pela carta arqueológica subaquática dos Açores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto feita a cargo do Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*);

- Voto de Congratulação à banda The Code pelo prémio de vídeo do ano no International Portuguese Music Awards, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*);

- Voto de Congratulação ao escritor Onésimo Teotónio de Almeida pelo prémio Mariana Gago, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*);

- Voto de Congratulação pelo 100 anos da irmandade do Divino Espírito Santo da Ribeira do Meio da Ilha do Pico, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*).

- Voto de Congratulação pela instalação da agência espacial portuguesa na Ilha de Santa Maria, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*);

- Voto de Congratulação a Leónia da Silva Braga, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*);

- Voto de Congratulação ao Sporting Club da Horta pelos feitos alcançados nos escalões mais jovens, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita a cargo do Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*);

- Voto de Congratulação à fábrica da baleia de São Roque do Pico – 25º aniversário, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), tendo usado da palavra posteriormente o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*);

- Voto de Congratulação aos alunos da escola de Santa Maria que venceram o concurso multimédia "Os Jovens, a Europa, o Futuro", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*);

-Voto de Congratulação aos alunos da escola secundária da Ribeira Grande pelo conquista do 2º lugar no projeto Eco-Ementas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*);

- Voto de pesar pelo acidente mortal nas Quatro Ribeiras, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*);

- Voto de pesar pelas vítimas mortais do acidente nas Quatro Ribeiras, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado César Toste (*PSD*);

- Voto de pesar pelo falecimento de Ruy-Guilherme de Moraes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*);

- Voto de pesar pelo falecimento de Ruy-Guilherme de Moraes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*);

- Voto de pesar pelo falecimento de Paulo Alves, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*);

- Voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Medeiros Sousa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*);

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Resolução n.º 134/XI – “Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social nos Açores, IPRA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Tiago Branco (*PS*), Domingos Cunha (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Submetido à votação, o projeto de resolução foi rejeitado por maioria.

De seguida foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional”**,

tendo a sua apresentação sido feita pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Participaram no debate os Srs. Deputados António Toste Parreira (*PS*), António Almeida (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Foram proferidas declarações de voto pelos Srs. Deputados António Toste Parreira (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi dado início ao debate sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação deste projeto foi levada a cabo pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), tendo participado neste debate a Sra. Deputada Sónia Nicolau, os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*),

Luís Maurício (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 03 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário possa fazer a chamada.

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José Manuel Gregório de Ávila
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Marta Ávila de Matos
Marta Cristina Moniz do Couto
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho
Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho
António Manuel Silva Almeida
António Oldemiro das Neves Pedroso
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Bruno Filipe de Freitas Belo
Carlos Manuel da Silveira Ferreira
Catarina Goulart Chamacame Furtado
César Leandro Costa Toste
Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Jorge Azevedo Paiva

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP, vamos dar continuidade à apresentação dos votos.

O primeiro é de congratulação, apresentado pelo Partido Socialista e referente à comemoração do dia nacional dos cientistas nos Açores.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Comemoração do Dia Nacional dos Cientistas nos Açores

A 16 de maio de 2019 nos Açores, na cidade de Ponta Delgada, celebrou-se o Dia Nacional dos Cientistas.

O Dia Nacional dos Cientistas foi instituído pela Resolução da Assembleia da República número 228/2016, tendo na sua génese como primeiro signatário Alexandre Quintanilha, reconhecido cientista e neto do cientista açoriano Aurélio Quintanilha. O dia escolhido é uma homenagem ao antigo ministro da ciência, José Mariano Gago, coincidindo com a data de nascimento do professor e cientista, tendo sido assinalado pela primeira vez em 2017, no Porto, seguindo-se Leiria.

Evocar, especialmente neste dia, a ciência e os cientistas, é recordar um passado de homens e mulheres cientistas que fortalecem e impulsionam o nosso presente e desbravam um futuro rumo ao conhecimento, numa ciência e inovação abertas ao mundo.

No conjunto nacional, os Açores têm atualmente cientistas que nos orgulham e muitos outros que o tempo sempre recordará.

Perante tanto que há a descobrir e a inovar, há que contar com homens e mulheres que se dedicam à investigação, munidos de uma força transformadora e impulsionadora, num Estado democrático de todos e para todos, assente desde logo em políticas públicas que privilegiam a produção de conhecimento, para um

Portugal melhor. Neste contexto, o arquipélago dos Açores, pela sua centralidade e especificidade geográfica, e pelo mar que o rodeia, é um ecossistema que impulsiona a produção de ciência.

A escolha dos Açores para a comemoração do Dia Nacional dos Cientistas é um motivo de orgulho para todos nós, desde logo por ter por princípio que nos Açores se produz e se difunde ciência e se inova, algo que ficou provado no próprio dia com as experiências científicas levadas a cabo pelos mais jovens, bem como pelas palestras de homens e mulheres que, nos Açores, se dedicam à ciência e inovação. Estes dois princípios, estamos certos, terão também sido os precursores para a escolha do local da celebração.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um Voto de Congratulação pela celebração do Dia Nacional dos Cientistas, dando conhecimento deste ao Governo Regional dos Açores, à Universidade dos Açores, aos Centros de Investigação dos Açores, aos Centros de Difusão Científica nos Açores, à Ciência Viva, à Assembleia da República e ao Governo da República.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Francisco César, Sónia Nicolau e José Ávila.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muita naturalidade e com convicção que o Partido Social Democrata se associa a este voto de congratulação pela comemoração do Dia Nacional dos Cientistas nos Açores, mas também não podemos deixar de salientar de que, mais

do que votos e do que proclamações, o que os cientistas nos Açores precisam é de ter uma carreira sólida, terem condições para poderem criar as suas famílias, terem a sua remuneração, terem uma vida sólida e terem uma vida estável. Nós não podemos querer uma ciência rica nos Açores feita nas costas de cientistas pobres, gente que tem precariedade no seu trabalho de todos os dias, que tem muitas dificuldades e é nesse sentido que o PSD tem nesta Casa entregue um diploma que visa a criação de uma carreira científica na Região Autónoma dos Açores...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já podia estar aqui, mas o PSD não quis!

O Orador: ... porque entendemos que é disso que os cientistas, sobretudo os mais jovens, que querem começar as suas carreiras e que querem viver mesmo na Região precisam, muito mais do que os votos.

Os votos são importantes, mas as ações e as medidas, essas sim, são essenciais!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Sónia Nicolau devo solicitá-la pela apresentação deste voto do dia do cientista nos Açores, mas não se pode confundir ciência com investigação, ser cientista é uma coisa e ser investigador é outra e eu devo dizer que o problema nos Açores é também outro: é estarmos a pagar a pseudocientistas que se armam em cientistas e em investigadores e nós pagamos do erário público, como é um exemplo claríssimo que existe de um laboratório dependente do Hospital de Angra onde tem um pseudocientista que faz pseudociência e que nós todos pagamos.

E portanto, é isso que temos que combater e se queremos realmente acabar com a precariedade, temos que investir em cientistas a sério, ajudar a ciência a sério

...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e como é exemplo, por exemplo a investigação que faz, e permita-me que diga o nome, Luísa Mota Vieira no Hospital de Ponta Delgada, que merece de facto um elogio e de facto produz ciência e de facto investiga.

Não posso dizer o mesmo do Hospital de Angra e de quem chefia esse laboratório.

Infelizmente, pseudociência nós não estamos cá para financiar!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à investigadora Ana Raquel Barbosa pelo prémio Joao Lobo Antunes. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos,

Voto de Congratulação

Prémio João Lobo Antunes atribuído à investigadora Ana Raquel Barbosa

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa criou, em 2017, o Prémio João Lobo Antunes, em reconhecimento da excelência e do humanismo do médico,

neurocirurgião e cientista, considerado uma das figuras mais marcantes da saúde, da ciência e da investigação biomédica em Portugal.

Este Prémio, no valor de quarenta mil euros, a ser atribuído anualmente, destina-se a licenciados em medicina em regime de internato médico e visa estimular a cultura científica e a investigação clínica na área das neurociências, sem esquecer o princípio de João Lobo Antunes relativo à humanização do ato médico – “os seus pacientes e as suas histórias”.

“Não sei o que nos espera, mas sei o que me preocupa: é que a medicina, empolgada pela ciência, seduzida pela tecnologia e atordoada pela burocracia, apague a sua face humana e ignore a individualidade única de cada pessoa que sofre, pois embora se inventem cada vez mais modos de tratar, não se descobriu ainda a forma de aliviar o sofrimento sem empatia ou compaixão.”, defendeu João Lobo Antunes na sua obra *Ouvir com Outros Olhos*.

O Prémio João Lobo Antunes foi entregue pela primeira vez, em 2017, a Bruno Miranda, médico internista do Serviço de Neurologia do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, com o projeto "Planeamento cognitivo episódico e semântico: evidência de populações clínicas", e em 2018, a Pedro Alves, médico interno do mesmo Serviço de Neurologia, com o projeto “Orientação Espacial após o AVC”. Neste ano de 2019, a investigadora Ana Raquel Barbosa, natural de São Miguel, foi a vencedora do Prémio João Lobo Antunes, com uma proposta de estudo em doentes com problemas de marcha após cirurgia de estimulação cerebral.

Ana Raquel Barbosa, que está a fazer o internato médico em neurologia no Hospital Egas Moniz, em Lisboa, propõe-se realizar, num prazo de dois anos, um estudo clínico com doentes de Parkinson que desenvolvem problemas de marcha após se terem submetido a uma cirurgia de estimulação cerebral profunda.

A jovem investigadora açoriana, juntamente com uma equipa do Hospital de Santa Maria e da Fundação Champalimaud, pretende identificar fatores associados ao risco de alterações na marcha, avaliando em doentes com estes

sintomas – por comparação com doentes sem os sintomas – determinados padrões, como depressão, ansiedade, perturbações cognitivas e no sono.

Assim, pelo que representa a atribuição do Prémio João Lobo Antunes 2019, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, à médica interna açoriana, Ana Raquel Barbosa, do Hospital Egas Moniz, em Lisboa, para a promoção da Saúde e da Investigação Científica, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação à investigadora Ana Raquel Barbosa.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, António Vasco Viveiros e João Bruto da Costa.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se com muita satisfação a este voto de congratulação feito à médica e jovem investigadora açoriana, Dra. Ana Raquel Barbosa, pela atribuição do prémio João Lobo Antunes, que é uma figura maior da medicina, da investigação e da literatura portuguesa. O seu legado de médico e humanista convicto perdura agora na atribuição deste prémio dando-lhe um significado excepcional ao seu fundamento e relevo científico àqueles que por mérito o alcançam.

Portanto, à Dra. Ana Raquel Barbosa e aos elementos da sua equipa as nossas felicitações.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à banda Ronda da Madrugada pelo destaque internacional obtido na 7.^a edição dos Prémios Internacionais de Música Portuguesa. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À banda Ronda da Madrugada pelo destaque internacional obtido na 7.^a edição dos “Prémios Internacionais de Música Portuguesa” (International Portuguese Music Awards)

No passado mês de maio, realizou-se a sétima edição dos Prémios Internacionais de Música Portuguesa (IPMA) que distinguiram músicos portugueses, lusodescendentes e de países lusófonos, com a presença de artistas internacionais e um público de cerca de mil pessoas.

Os IPMA começam pela candidatura 'online' de artistas lusodescendentes ou de países lusófonos, que passam a estar nomeados nas categorias se forem um dos quatro mais votados pelo público. Hoje, os IPMA são já um evento anual e conhecido da cidade de New Bedford, nos Estados Unidos, uma localidade portuária onde vivem muitos imigrantes portugueses e lusodescendentes, principalmente dos Açores.

Os galardões encontram-se divididos em várias categorias, nomeadamente “Vídeo do ano”, “Música popular”, “Instrumental”, “Fado”, “Pop”, de entre outras, sendo os seus nomeados avaliados por um júri composto por especialistas

da área da música, com exceção da categoria People's Choice Award, cujo vencedor é escolhido pelo público, que este ano recebeu mais de 85 mil votos de 101 países.

O grupo musical da ilha de Santa Maria Ronda da Madrugada foi o único a subir ao palco por duas vezes, para receber os prémios na categoria de música popular e o People's Choice Award.

Os Ronda da Madrugada são uma banda da ilha de Santa Maria, fundada em 1998, com a sua formação atual composta por Roberto Freitas, Ernesto Sousa, Carlos Sousa, Léneo Andrade, Roberto Furtado, fundadores, e Pedro Machado. Nos seus 20 anos de existência, persistência e de muito talento, têm refinado a linha musical do folk/rock, em Portugal, promovendo a fusão da tradicionalidade da música mariense e dos Açores, com os sons do mundo.

Nos seus 4 álbuns de autor, já editados (Rondas 1999, Longa Viagem 2003, Hoje 2011 e Vintena 2018), deve ser ressaltada a sua fidelização à língua portuguesa, sendo sempre marcante nos seus temas um cunho mariense e Açórico, integrados em composições e sonoridades de grande originalidade criativa.

Através da sua música e dos concertos ao vivo realizados por este mundo fora, os RONDA DA MADRUGADA têm sido digníssimos embaixadores da cultura açoriana, seja nos EUA e Canadá, Cabo Verde, Marrocos, Tunísia e Espanha. A nível nacional contam já com vários concertos, nomeadamente, nos principais festivais de música folk/celta. Cá nos Açores, destacam-se as participações de topo nos grandes eventos musicais, tais como, no Festival Maré de Agosto, Monte Verde, Festas da Praia, Sanjoaninas, entre outros.

Os Ronda da Madrugada são assim um dos muitos embaixadores da língua portuguesa e da cultura açoriana na nossa diáspora, tendo-se distinguido neste certame que com certeza constituiu uma forma de reconhecer a presença portuguesa no exterior, destacando a oriunda do arquipélago dos Açores, sendo uma oportunidade de se conhecer melhor os valores musicais da nossa Região e

das nossas Comunidades, o que tem suscitado o apoio do Governo dos Açores a este projeto iniciado há sete anos.

Assim sendo, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação aos RONDA DA MADRUGADA pelo destaque internacional obtido na 7ª edição dos “Prémios Internacionais da Música Portuguesa” (International Portuguese Music Awards), ocorrida no passado dia 19 de maio de 2019 na cidade norte-americana de New Bedford, tendo sido a grande vencedora dos Prémios das categorias “Tradicional” e “People’s Choice”. Que deste Voto seja dado conhecimento aos próprios, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Sociedade Portuguesa de Autores.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, João Vasco Costa, Manuel Ávila e Francisco César.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação à banda mariense que venceu prémios no International Portuguese Music Awards, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Banda Mariense vence prémios no International Portuguese Music Awards

Realizou-se no passado mês de maio, nos Estados Unidos da América, a 7ª Gala Anual do International Portuguese Music Awards. O IPMA, como é conhecido, reconhece os grandes talentos internacionais com ascendência portuguesa, num concurso que engloba várias categorias.

A Ronda da Madrugada é uma banda de folk/rock com origem na ilha de Santa Maria. Fiéis à Língua Portuguesa e à composição de sonoridades originais, os Ronda, promovem a fusão da Tradicionalidade da Música Açoriana com os sons do Mundo. No ano passado celebraram 20 anos de existência e lançaram o seu quarto álbum de originais com o nome VINTENA.

Nomeados no IPMA para as categorias de Música Tradicional e Escolha do Público, a Ronda da Madrugada alcançou o primeiro lugar em ambas as categorias, sendo um claro reconhecimento de todo o trabalho, dedicação e profissionalismo ao longo de 20 anos de música espalhada pelas rádios regionais, nacionais e da diáspora, sem esquecer a participação, em formato concerto ou como banda sonora de programas, na televisão nacional e regional. A música da Ronda da Madrugada tem viajado através dos concertos ao vivo, onde se destacam várias presenças internacionais, como nos EUA e Canadá e, mais recentemente, em Cabo Verde, Marrocos, Espanha e Sardenha. A nível nacional salienta-se a presença em festivais de norte a sul do país com foco especial para os principais festivais de música folk/celta. Nas ilhas realça-se a presença assídua nos grandes eventos musicais, tais como, Festival Maré de Agosto, Festival Monte Verde, Festas da Praia, Sanjoaninas, entre outros.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento

aos seis elementos que compõe a Ronda da Madrugada, sendo eles Ernesto Bica, Roberto Freitas, Roberto Furtado, Carlos Furtado, Léneo Andrade e Pedro Machado.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, João Costa, Bruno Belo e Elisa Sousa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação referente a Bruno Rocha de Araújo pelo título de campeão nacional de judo. É apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bruno Rocha de Araújo pelo título de Campeão Nacional de Judo

O judoca terceirense Bruno Rocha de Araújo, atleta do Clube de Judo de Angra do Heroísmo, conquistou o título de campeão nacional de judo, escalão etário de sub23, categoria de peso -100 kg, no Campeonato Nacional de sub23, que decorreu a quatro de maio em Castelo Branco.

Bruno Rocha de Araújo, federado desde fevereiro de 2004, formado pelo Professor Mário Duarte e treinado por Vítor Machado, já tem um longo palmarés, tendo obtido o primeiro pódio nacional no Campeonato Nacional de Seniores em 2016, com um 3º lugar na categoria de -100 kg.

Em 2017, o jovem judoca terceirense foi 3º e 2º classificado no Open de Lisboa, na categoria de -100 kg em seniores e juniores, respetivamente, tendo ficado em 3º lugar na categoria de -100 kg no Campeonato Nacional de Seniores em 2018. Já este ano, Bruno Rocha de Araújo foi convocado pela Federação Portuguesa de Judo a participar no *European Judo Open Men 2019* e alcançou o título de Campeão Nacional de sub23 na categoria de -100 kg, o que vem confirmar a sua excelente capacidade e o futuro brilhante que, certamente, terá nesta exigente modalidade, sendo um inegável motivo de orgulho para o clube que representa, para a ilha Terceira e para a Região Autónoma dos Açores em geral.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação ao judoca Bruno Rocha de Araújo, pelo título de Campeão Nacional de Judo agora alcançado.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento ao atleta Bruno Rocha de Araújo, ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo e à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019

Os Deputados, Francisco César, Maria Isabel Quinto, Mónica Rocha, António Toste e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao campeão nacional de judo sub23, Bruno Araújo, desta feita o voto de congratulação é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bruno Araújo – Campeão Nacional de Judo, Sub 23, **na Categoria de -100kg**

No passado dia 4 do mês de maio, na cidade de Castelo Branco, o jovem atleta terceirense Bruno Araújo, do Clube de Judo de Angra do Heroísmo, sagrou-se campeão nacional de Judo, no escalão etário de sub23, categoria de peso -100kg, naquele que é, indiscutivelmente, mais um feito deveras importante do Judo açoriano.

Esta não foi a primeira classificação de relevo do atleta nesta época desportiva, uma vez que o mesmo já havia conquistado, em 2016 e 2018, a medalha de bronze no Campeonato Nacional de Seniores, também na categoria de -100kg, e, no ano de 2017, no Open de Lisboa, o 2.º lugar na prova de Juniores e o 3.º lugar na prova de Seniores

O pódio no Nacional de Seniores de 2018 valeu ao atleta, a convocatória para a Seleção Nacional e a participação no European Judo Open de Portugal, prova internacional de realizada em Odivelas, no início de fevereiro deste ano.

O atleta Bruno Araújo está inscrito na Federação Portuguesa de Judo desde Fevereiro do ano de 2004, tendo realizado toda a sua formação e percurso desportivo no Clube de Judo de Angra do Heroísmo, sob a orientação e do Prof. Mário Duarte, técnico responsável pelo trabalho daquele clube, há 35 anos, de forma consecutiva e ininterrupta, com um registo notável de classificações alcançadas a nível nacional e também algumas a nível internacional, que muito honram o desporto Açoriano e que já mereceram reconhecimento da Região em várias homenagens nas Galas do Desporto que todos os anos se realizam.

O Judo, tem sido ao longo das últimas décadas, uma das melhores imagens de marca do desporto dos Açores, quer pela qualidade do trabalho desenvolvido, quer pela importância dos resultados alcançados, pelos atletas e treinadores, também eles “made in Açores”.

No Judo Açoriano, não há milhões, não há esbanjamento de recursos, não há atletas contratados, não há desperdícios, não há gente a “querer aparecer”.

Há sim, muito trabalho, muito sacrifício, muita dedicação e há resultados.

O exemplo do Judo nos Açores talvez devesse merecer mais atenção, porque faz por o merecer, ao nível da definição das políticas da Região, em termos de definição daquilo que se quer, e de como se quer, para o Desporto dos Açores, uma vez que mostra, sem margem para qualquer dúvida, que a “prata da casa” é mesmo da boa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste Voto de Congratulação ao atleta Bruno Araújo, do Clube de Judo de Angra do Heroísmo, pelo título de Campeão Nacional de Judo, no escalão de sub 23 anos e na categoria de menos de 100Kg. Do presente Voto deverá ser dado conhecimento ao Atleta, ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo e à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 4 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, António Viveiros, César Toste, Luís rendeiro e João Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições?

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao próximo voto é de congratulação pela conquista do título de campeão de futebol dos Açores pelo Grupo Desportivo das Fontinhas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste, pelo PS.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista do título de Campeão de Futebol dos Açores pelo Grupo Desportivo das Fontinhas

Em dois anos do futebol de ilha e, pela primeira vez na sua história, o Grupo Desportivo das Fontinhas conquistou o título de Campeão de Futebol dos Açores. A conquista do título de Campeão de Futebol dos Açores promove a subida direta ao Campeonato de Futebol de Portugal, feito histórico e inédito para a freguesia das Fontinhas e para o seu clube desportivo.

Tendo celebrado recentemente 44 anos de história, o Grupo Desportivo das Fontinhas alcançou momentos de glória e êxitos desportivos, quer enquanto participante de futebol do INATEL, quer enquanto participante de futebol da

AFAH, fruto do esforço e da dedicação dos seus dirigentes, colaboradores, atletas, associados e simpatizantes.

A freguesia das Fontinhas e o seu Grupo Desportivo, bem como toda a sua população estão de parabéns por mais este título conquistado. Os resultados alcançados por essa associação desportiva, são motivo de orgulho para todos, nomeadamente, para o clube, para a freguesia e para o concelho da Praia da Vitória.

Os bons resultados alcançados refletem o percurso consistente na promoção do desporto, particularmente da ilha Terceira, bem como no panorama regional.

Um bem haja a todos!

Fundado em 10 de junho de 1975 e a 24 de dezembro de 1976 criados os primeiros estatutos do Grupo Desportivo das Fontinhas, subscritos pelos catorze fundadores do clube: Francisco Oliveira, Cândido Leal, Francisco Pereira, Joaquim Ferreira, José Barcelos, José Pereira, Daniel Vieira, Eduardo Ávila, João Ávila, Manuel Mendonça, João Ferraz, Duarte Ferreira, Henrique Mendes e Hélder Pereira, que já fora reconhecido como insituição de utilidade pública, através do despacho n.º 649/2008, de 16 de julho, publicado na II Série, n.º 133 do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

Durante trinta anos, mais precisamente, entre 1975 e 2005, o Grupo Desportivo das Fontinhas participou e competiu nas provas organizadas pelo INATEL, tendo obtido diversos títulos que nenhuma outra formação açoriana conseguiu até aos dias de hoje:

- Campeão Nacional, nas épocas 1992/1993 e 1996/1997;
- Campeão Regional, por oito vezes;
- Campeão da Ilha Terceira, por doze vezes.

Os números referidos são bem demonstrativos da mais valia e da grandeza desta associação desportiva.

Em 1993 foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito Desportivo, pela Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Na realização dos primeiros jogos oficiais organizados pela antiga FNAT, hoje, INATEL, o Grupo Desportivo das Fontinhas com sede própria naquela época, no rés-chão, situada à Ribeira do Marques, já possuía o seu campo de futebol localizado na freguesia, num terreno cedido pelo Senhor Fernando Brum. Presentemente, a sua Sede Social funciona no Edifício da Casa do Povo das Fontinhas.

Em 8 de junho de 1996, inaugurou o novo campo de futebol, “Recinto Desportivo Dr. Durval Monteiro”, como homenagem ao médico natural das Fontinhas que também passou pelas fileiras do clube, contribuindo com o seu trabalho e dedicação para o progresso e desenvolvimento da Freguesia.

Em 30 de julho de 2005, com a remodelação e colocação da relva sintética do campo de futebol, passou então a chamar-se “Recinto Desportivo Municipal Dr. Durval Monteiro”.

Em 1995, pela primeira vez, o clube inscreveu-se e iniciou a sua participação nos escalões de formação, nas provas da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Dez anos depois, na época desportiva de 2005/2006, a nova direção eleita decidiu participar nas provas oficiais da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, na categoria de futebol sénior.

Na última década, o Grupo Desportivo das Fontinhas deu particular ênfase aos escalões de formação e obtendo algum sucesso, conseguiu fomentar o gosto pela prática desportiva, promovendo e valorizando muitos jovens das Fontinhas, bem como de outras freguesias.

No que à equipa sénior diz respeito, o Grupo Desportivo das Fontinhas conquistou os seguintes títulos:

- Torneio de abertura, nas épocas 2008/2009, 2011/2012 e 2016/2017;

- Taça Ilha Terceira, na época 2016/2017;
- Campeão da Ilha Terceira e Campeão da AFAH, na época 2016/2017;
- Participação no Campeonato dos Açores, na época 2017/2018;
- Campeão dos Açores, na presente época desportiva 2018/2019.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de julho de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação, pela conquista do título de Campeão de Futebol dos Açores com direito de, na próxima época desportiva, ingressar no Campeonato de Futebol de Portugal.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo das Fontinhas, à Junta de Freguesia e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 4 de julho de 2019.

Os Deputados, António Toste, Francisco César, Francisco Coelho, Domingos Cunha, Maria Isabel Quinto e Mónica Rocha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelos resultados obtidos pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal da ilha Terceira e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste pelo PSD.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGATULAÇÃO

Resultados obtidos pelo grupo desportivo do centro social do juncal – ilha terceira

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, instituição de utilidade pública, fundada em 2003, que fomenta a prática do Ténis de Mesa e do Voleibol, continua a elevar a ilha Terceira e os Açores com prestações historial de alto relevo em provas regionais e nacionais.

Em abril deste ano Carolina Pereira, Júlia Leal, Letícia Charamba e Caetana Soares do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal sagraram-se campeãs nacionais de iniciados femininos após vencerem na final a equipa do Clube de Ténis de Mesa de Mirandela, no Pavilhão Municipal de Vila Nova de Gaia.

Nos dias 1 e 2 de junho, no Campeonato Nacional de ténis de mesa, nas categorias de juniores e iniciados, masculinos e femininos que decorreu no Pavilhão Municipal de Guifões (Matosinhos) as atletas do Grupo Desportivo do Centro Social Juncal tiveram em grande destaque com resultados individuais e aos pares: Júlia Leal e Letícia Charamba Campeãs Nacionais de Pares Iniciados Femininos; Letícia Charamba Vice-Campeã Nacional de Iniciados Femininos;

Júlia Leal Medalha de Bronze de Iniciados Femininos;

Júlia Leal - Campeã Nacional de Pares Mistos Iniciados (com o atleta do Guilhabreu - Dinis Ye);

Letícia Charamba - Vice-Campeã Nacional de Pares Mistos Iniciados (com o atleta de Montamora - Rafael Silva);

Renato Rosário - Medalha de Bronze de Pares Iniciados Masculinos (com o atleta de Montamora – Duarte Ferreira).

Mais recentemente, nos dias 15 e 16 de junho, decorreram em Vila Real, os Campeonatos Nacionais Individuais e Pares nas classes de Cadetes e Sub 21.

Luís Miguel Maciel, de 13 anos, atleta do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, sagrou-se campeão nacional de cadetes, na modalidade de ténis de mesa.

Um resultado ímpar na história da modalidade nos Açores.

Para além desta conquista outros mesatenistas do Juncal estiveram em destaque

David Bessa – 3.º lugar em Cadetes

David Bessa - Campeão Nacional de Pares (com o atleta do Sporting - Guilherme Paulo);

Luís Maciel – 2.º em Pares (com o atleta do Mirandela - Rafael Kong);

David Bessa – Campeão Nacional de Pares Mistos (com a atleta do Sporting - Patrícia Santos);

Luís Maciel – 2.º lugar em pares mistos (com a atleta do Mirandela – Inês Salgado);

Raquel Andrade – 3.º Lugar em Sub-21 Pares (com a atleta do Mirandela - Alexandra Pisco).

A dedicação e esforço do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e dos familiares tem sido notável sendo um exemplo de um trabalho de excelência.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelas conquistas obtidas nas últimas três provas nacionais.

Que do presente voto se dê conhecimento aos atletas, direção do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, César Toste, João Costa, Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Fátima Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação salientando a distinção dos atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal pelas conquistas obtidas nas últimos três provas nacionais, demonstrando dedicação competência e esforço dos atletas, da família e do grupo desportivo, não tendo evitado esforços para desempenhar importante papel no panorama desportivo regional.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto refere-se à conquista do título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo pelo Boavista Club da Ribeirinha. É um voto de congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste pelo PS.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Conquista do título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do
Heroísmo
Pelo Boavista Club da Ribeirinha**

Após ter conquistado o título de Campeão de Futebol de ilha e o título de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, passados cinco anos, eis que o Boavista Club da Ribeirinha está de regresso ao Campeonato de Futebol dos Açores.

A conquista do título de Campeão de Futebol da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo promove diretamente a subida ao Campeonato de Futebol dos Açores, pela quarta vez, feito relevante para o clube da Ribeirinha.

Ainda na presente época desportiva o Boavista conquistou o primeiro troféu da época, a Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Fundado a 25 de abril de 1987, o Boavista Club da Ribeirinha possuiu um palmarés invejável, desde logo pela participação no Campeonato de Futebol dos Açores, nas épocas de 1995/1996, na sua primeira edição, de 2001/2003, de 2014/2015 e agora na sua próxima edição respeitante à época que se avizinha de 2019/2020, entre a conquista de campeonatos, taças e torneios de ilha.

A destacar também a época de 1988/1989 onde conquistou o seu primeiro troféu, o título de Campeão de Futebol da II Divisão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo então subido ao escalão de honra.

Os bons resultados conseguidos refletem o percurso consistente na promoção do desporto regional, particularmente da ilha Terceira.

A freguesia da Ribeirinha e o Boavista, bem como toda a sua população estão de parabéns pela conquista de mais este feito que deve ser motivo de orgulho para todos.

Para além das conquistas no futebol sénior, há também a destacar todo o trabalho desenvolvido nos escalões de formação, o que faz deste clube uma referência local e da ilha.

Nos escalões de formação conta com cerca de sessenta crianças, na sua grande maioria oriundos da freguesia da Ribeirinha, distribuídos por quatro escalões: pré-escolinhas, juniores - E, juniores - D e juniores – C.

Realçar todo o trabalho desenvolvido na formação que, para além de ser um garante da continuidade do clube é também um louvável serviço prestado à comunidade, ao proporcionar condições saudáveis para a ocupação dos tempos livres de muitas crianças e jovens.

Os resultados obtidos ao longo de pouco mais de três décadas são fruto do empenho, do esforço e da dedicação dos seus dirigentes, colaboradores, atletas, associados e simpatizantes.

Um bem haja a todos!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de julho de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação, pela conquista do título de Campeão de Futebol da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo com direito de, na próxima época desportiva, ingressar no Campeonato de Futebol dos Açores.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento à Direção do Boavista Club da Ribeirinha, à Junta de Freguesia da Ribeirinha e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 4 de julho de 2019.

Os Deputados, António Toste, Mónica Rocha, Francisco César, Maria de Fátima Ferreira, Francisco Coelho, Maria Isabel Quinto e Domingos Cunha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS-PP associa-se, com muito gosto, a este voto de congratulação e mais estas conquistas alcançadas pelo Boavista Clube da Ribeirinha e pelo seu regresso ao campeonato de futebol dos Açores. De facto este clube, apesar de muito jovem, tem já um palmarés invejável e tem feito um trabalho extraordinário ao longo dos anos na formação dos jovens atletas.

Este é o meu clube, é o clube da minha freguesia, é o clube onde eu tenho o orgulho de ter jogado durante muitos anos e sei bem que o sucesso e o mérito deste clube estão alicerçados na motivação e no empenho dos seus dirigentes ao longo dos anos e também no carinho da população da Ribeirinha,

Portanto, saúdo a apresentação deste voto e dou os parabéns ao Boavista da Ribeirinha.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições?

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela conquista da medalha de bronze do campeonato nacional de juvenis pela atleta do Judo Clube de São Jorge, Laura Góis. É Apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Conquista de medalha de bronze de Campeonato Nacional de Juvenis, pela atleta do Judo Clube de S. Jorge Laura Gois

O desporto tem sido uma das atividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de S. Jorge, fundado no mês de março de 2002 tem vindo a desenvolver uma atividade profícua e ininterrupta até á presente data, e conta atualmente com 12 classes de treino cerca de 202 atletas federados, cerca de 300 atletas, onde se inclui pela primeira vez na história da modalidade noa Açores, a abertura de 2 núcleos de desporto adaptado (Velas e Calheta) inserido num projeto nacional intitulado “Ippon à exclusão”.

Este trabalho intenso e empenhado permitiu a formação de atletas de excelência que tem participado em diversas competições nacionais e internacionais obtendo resultados muito positivos para orgulho do clube, dos Jorgenses, da Região e até do País.

Todo este trabalho deverá ser potenciado com o centro de treino, onde estão criadas condições para uma adequada preparação dos atletas, bem como para acolher a realização de estágios e preparação de equipas e seleções nacionais ou estrangeiras ao mais alto nível.

Em 2012 este clube foi agraciado com a Insígnia Autónomica de Mérito Cívico da Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento do trabalho realizado no desporto açoriano.

A jovem atleta Laura Góis, natural das Velas, atualmente com treze anos de idade, começou a praticar judo aos cinco anos e em 2019 iniciou a atividade competitiva oficial, com a participação no campeonato nacional de juvenis, tendo vencido por ippon, cinco dos 6 combates em que participou.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de o Judo Clube de S. Jorge e a sua atleta Laura Góis ter alcançado a medalha de bronze no Campeonato Nacional de Júniores.

A presente congratulação é extensiva aos mesmos, equipa técnica e dirigentes, que veem assim reconhecido o seu trabalho de excelência e empenho na prática desta modalidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao respetivo clube, a Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, e a Federação Portuguesa de Judo.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Pedroso, João Costa, Bruno Belo e António Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição?

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O partido socialista associa-se com muito gosto a este voto apresentado pelo PSD à atleta Laura Gois, pelo facto de ter conquistado a medalha de bronze no campeonato nacional de juvenis. Dar os parabéns, como é óbvio, à atleta pelo seu trabalho, pelo seu desenvolvimento desportivo, inserida num clube que nos habituou com um trabalho de excelência, não só nos resultados que já obteve a nível nacional e internacional, mas também particularmente na formação de jovens atletas que ano após ano começam a conquistar cada vez mais resultados, tanto a nível regional, como a nível nacional.

É com muito gosto que vemos este trabalho a ser realizado na ilha de São Jorge.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela realização do CanSat Nacional na Ilha de Santa Maria. É apresentado pelo PS e tem a palavra a sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela realização do CanSAT Nacional na Ilha de Santa Maria

No passado mês de maio realizou-se em Santa Maria, pela terceira vez consecutiva, a edição Nacional do Programa Europeu CanSAT.

O CanSat, cuja primeira edição remonta ao ano de 2010, é uma iniciativa promovida pela Agência Espacial Europeia, que em Portugal conta com a organização da Ciência Viva desde 2013 e que nos Açores tem como parceiro o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, que inclui o evento no Plano de Ação para a Cultura Científica e Tecnológica dos Açores.

Esse evento contou desde o início com a participação da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, tendo algumas equipas marienses conquistado os lugares cimeiros, quer nas fases regionais e nacionais, quer na fase europeia, na qual conquistou a primeira posição em 2013.

Felizmente, outras escolas dos Açores têm também demonstrado interesse e motivação para a participação no evento, tendo a ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores, conquistado já o primeiro lugar a nível nacional e representado Portugal no evento europeu de 2016, tal como já havia acontecido com a Escola Básica e Secundária de Santa Maria em 2012 e 2013.

O CanSat constitui-se, assim, como uma iniciativa da Agência Espacial Europeia e dos respetivos parceiros europeus, direcionada a alunos de Escolas Secundárias da Europa, tendo como principal objetivo a construção de um protótipo de um microssatélite real, cujos sistemas base (antena, bateria e sensores) terão de ser integrados no interior de um volume equivalente ao de uma lata de refrigerante.

No concurso, o desafio é que os alunos consigam incorporar todos os subsistemas principais encontrados num microssatélite, tais como energia, sensores e sistema de comunicação, dentro desse volume mínimo, assegurando que o satélite seja lançado, através de um foguete, até uma altitude de mil metros, esperando-se que, durante a queda, sejam recolhidas informações pré-estabelecidas e garantindo uma aterragem segura.

As equipas concorrentes são responsáveis por todos os procedimentos ao nível da operação, desde a conceção do projeto à seleção da missão, integração dos diversos componentes, testes, preparação do lançamento, recolha, análise e tratamento de dados através de software específico, também ele desenvolvido pelos alunos.

Na sessão nacional deste ano, participaram 16 equipas de escolas de vários pontos do país, envolvendo cerca de 120 participantes, entre alunos, professores e júri, tendo os Açores sido representados pela Escola Básica e Secundária de Capelas. Há que referir que a vencedora da edição nacional realizada em Santa Maria foi a Escola Profissional de Almada, cujo docente responsável pela equipa é, orgulhosamente, um mariense, Luís Bettencourt, ex-aluno da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, e que leciona atualmente naquela escola.

Assim sendo, atendendo à projeção que os Açores têm ao serem escolhidos para a realização de um concurso nacional ligado ao espaço e que a todos deve orgulhar, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela realização na ilha de Santa Maria da Fase Nacional do Concurso CanSat, promovido pela Agência Espacial Europeia e que teve como Vencedor uma equipa liderada pelo mariense Luís Bettencourt. Que do presente Voto seja dado conhecimento à Agência Espacial Europeia e à Ciência Viva.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César e Manuel Ávila.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O PSD Açores associa-se, naturalmente, ao voto de congratulação pela realização do CanSat nacional na ilha de Santa Maria, endereçando desde já os nosso parabéns à escola profissional de Almada, liderada pelo professor mariense Luís Bettencourt pela vitória no CanSat nacional.

Obrigada.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 75 anos da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de congratulação

75º aniversário da Finisterra - Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL

A Cooperativa de Lacticínios do Topo - Finisterra, foi fundada em 1944, comemorando, no presente ano, o seu 75º aniversário.

A Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL foi fundada a 22 de maio de 1944, constituindo-se desde então como uma instituição de primeira linha local em termos económicos, mas também sociais e até culturais, assumindo a promoção da cultura do cooperativismo junto da nossa comunidade.

Foram fundadores da instituição: Germano José Gomes, José Tomas Nunes, Manuel Silveira Gonçalves, António Joaquim dos Reis, Manuel Mendonça e Ávila, João Alves dos Ramos, Guilherme Luís de Oliveira, João Silveira de Azevedo, José Nunes Belo, Manuel Cândido de Matos, Victor Bettencourt Brasil, António Joaquim Francisco, José Brasil Aguiar e António Silveira Leonardo.

Deste grupo de associados-fundadores saiu a primeira Direção, que deu corpo a uma ideia generosa de partilha numa comunidade afastada dos centros principais, mesmo em S. Jorge – sobretudo à altura – e por isso necessitada de estimular a auto-ajuda até como forma essencial de sobrevivência. Foram Presidentes da Direção desta casa desde a sua fundação: Germano José Gomes, Manuel Mendonça e Ávila, José Joaquim Borges Jr., José Tomás Ramos, José Tomás

Nunes, José Luís Coelho, Manuel dos Santos Silveira, Lourenço Ventura da Silveira e José Leovegildo Sousa Azevedo.

A Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL é herdeira duma tradição de associativismo na qual sobressai, tanto quanto é possível recuar por exercício de memória, uma pequena fábrica particular existente no lugar do Lameiro, arrendada por Manuel Constantino Borba e que funcionou sem estatutos e sem estar legalizada.

A nossa cooperativa nasce, entretanto, em 1944 por ação de um grupo de lavradores que se apressam a elaborar e aprovar os estatutos, legalizando assim a entidade. Em simultâneo funcionava em Santo Antão uma sociedade particular denominada Nova Aliança e cujos proprietários eram: José Borges, Amaro Coelho, Manuel Oliveira, João António, Manuel Teixeira (de St^a Rosa), João da Ponta, Manuel Teixeira, pai (da Ribeirinha), Jaime Teixeira e Jaiminho (da Urzelina).

As duas entidades fundem-se no ano de 1947, juntando-se no primeiro edifício da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL onde até então funcionava a Nova Aliança. No local ergue-se hoje a Igreja de Santo Antão.

Outro dos momentos marcantes na vida da cooperativa é a deliberação da Assembleia Geral, tomada em 1984, de construir uma nova fábrica na Ribeira das Lixívias, que foi inaugurada a 15 de agosto de 1986. Entretanto ultrapassada em termos quantitativos e qualitativos, face à dinâmica de produção de leite dos associados e tendo presente a evolução do conhecimento, das tecnologias e da exigência do mercado, a fábrica teve que ser substituída, o que aconteceu a partir de uma nova deliberação da Assembleia Geral, esta de 2005, tendo a nova unidade fabril sido inaugurada a 05 de agosto de 2009.

O ano de 2003 é marcante na vida da Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL uma vez que nessa data é extinto em definitivo o sistema arcaico de recolha de leite baseado em postos espalhados pela Zona do Topo, todos de

construção anterior a 1958, exceto o do Cruzal, que foi construído nesse ano. A entrega direta de leite na fábrica, sistema que substitui os postos, introduz um potencial de ganhos de qualidade que era impossível com o ultrapassado sistema anterior.

Com a sua nova unidade fabril, a Finisterra – Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL passa a estar equipada com uma fábrica construída de raiz, projetada com visão de futuro e equipada com material de ponta indicado para a laboração de leite cru e sua transformação em queijo com garantia máxima de qualidade.

A nova fábrica foi projetada para garantir a produção generalizada de queijo de alta qualidade, capaz não só de competir nos mercados português e europeu, mas também no exigente e interessante mercado norte-americano – aqui não apenas no chamado “mercado da saudade” (o mercado dos emigrantes açorianos), mas no mercado global dos Estados Unidos e Canadá.

A Cooperativa de Lacticínios do Topo, integra com relevante importância o principal sector económico produtivo da ilha de São Jorge – o sector cooperativo – que por sua vez, na última metade do Século XX, afirmou-se, pela sua dimensão e qualidade, como um dos principais motores económicos desta ilha.

A Finisterra, atualmente com 80 Associados, que se esforçam diariamente por produzir leite de qualidade em situações quase sempre difíceis de manuseio, e mais de 30 colaboradores, que formam uma equipa de profissionais competentes e dedicados, é hoje uma empresa certificada, com instalações e equipamentos modernos e de qualidade, cuja Missão passa por criar riqueza, valorizar o leite, promover o associativismo e desenvolver a ilha de São Jorge.

Desde 2011, inclusive, que a Finisterra valoriza o leite entregue na fábrica, acrescentando ao preço do leite que decorre da tabela de classificação de leite à produção em vigor em São Jorge um bónus de acordo com a criação de Valor decorrente da produção e comercialização do queijo.

Nestes últimos anos a Finisterra tem distribuído aos seus Associados mais de 80% da riqueza que cria, o que se traduz numa partilha de Valor com os produtores mais que equitativa.

No corrente ano a Finisterra irá valorizar o leite entregue na fábrica em mais 4 cêntimos por litro pelo quinto ano consecutivo, prevendo-se que o preço médio do litro de leite pago à produção se situe em torno dos 31,0 cêntimos.

Esta instituição, galardeada com inúmeros prémios de qualidade, colaborou decisivamente para a projeção internacional do nosso principal produto – o queijo de São Jorge – que veio a constituir a principal base económica não só do concelho da Calheta, como de toda a ilha.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo septuagésimo quinto aniversário da Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL, num justo reconhecimento pelo inestimável contributo económico, social e cultural, que esta instituição desempenha desde sempre, com elevada distinção, assumindo claramente um papel muito importante na nossa sociedade nomeadamente no Concelho da Calheta e à ilha de São Jorge.

A presente congratulação deve ser comunicada à Cooperativa de Lacticínios do Topo, CRL, à Uniqueijo, às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta, e ao Conselho de Ilha de S. Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Pedroso, João Costa e Bruno Belo.

Deputados Luís Maurício e António Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo facto de a Carta Arqueológica Subaquática dos Açores ter sido designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos de melhores práticas para proteção do património cultural subaquático. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Carta Arqueológica subaquática dos Açores designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos de melhores práticas para proteção do Património Cultural Subaquático

A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores foi designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos que representam as melhores práticas para a proteção do património cultural subaquático, a par de outros projetos de outros tantos países como sendo Espanha, França, México e Eslovénia.

A Carta Arqueológica Subaquática dos Açores (Portugal), foi designada pela UNESCO como um dos cinco exemplos que representam as melhores práticas para a proteção do património cultural subaquático.

Tal designação resulta de recomendação do Conselho Consultivo Científico e Técnico da organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

(STAB/UNESCO), por constituir um relevante exemplo de boas práticas, e por ser um dos projetos que melhor promove o acesso público e responsável ao património cultural subaquático, pesquisas científicas que asseguram a sustentabilidade de sítios arqueológicos, preservando-os para as gerações vindouras.

A UNESCO adotou em 2001 a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático para aumentar a preservação dos vestígios arqueológicos com valor cultural e histórico.

A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, referiu que a designação destas melhores práticas pela organização promove soluções concretas e diretamente aplicáveis para a proteção do património subaquático, apelando a todos os Estados para que se inspirem neles para ampliar o impulso de proteger esses vestígios importantes, o que deve merecer generalizado regozijo para os Açores e para os Açorianos.

A Conferência Internacional sobre Património Cultural Subaquático da UNESCO decorreu há duas semanas, isto é, nos dias 20 e 21 de junho, na sede da UNESCO, e foi presidida por Ghazi Gherairi, embaixador da Tunísia na UNESCO.

Realizada pelo menos uma vez a cada dois anos, esta conferência reúne todas as principais partes interessadas envolvidas na implementação da convenção.

Adotada em 2001, a Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático visa proteger melhor os milhões de destroços e restos históricos preservados no fundo do mar, sendo que este tratado internacional é "uma resposta ao aumento da destruição da herança subaquática exposta aos caçadores de tesouros".

A convenção também visa promover o acesso do público a esse património e incentivar pesquisas arqueológicas e, até o momento, foi ratificado por 61 países, tudo conferindo uma importância suplementar a tal distinção.

Assim sendo, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela designação pela UNESCO – como um dos cinco exemplos de melhores práticas para proteção do património subaquático – à carta arqueológica subaquática dos Açores e que deste Voto seja dado conhecimento à entidade responsável pela elaboração da mesma, a Direção Regional da Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, João Vasco Costa, Francisco César e António Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Obrigada Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto e dá os parabéns à Direção Regional da Cultura pelo excelente trabalho, que já nesta legislatura também foi alvo de trabalhos em comissão e foi aquando de uma audição ao Professor Alexandre Monteiro, reconhecido ao mais alto nível nacional, portanto tudo o que é de preservação do nosso património é de louvar e neste intuito o PSD louva e congratula a Direção Regional da Cultura e os seus funcionários e todos aqueles que trabalham na preservação do nosso património, principalmente o subaquático que é alvo deste voto, os seus parabéns e agradecimento em nome da Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à Banda The Code que ganhou o prémio na categoria vídeo do ano no International Portuguese Music Awards. Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa, pelo PSD.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

The Code ganha prémio na categoria “Vídeo do Ano” no International Portuguese Music Awards

Realizou-se no passado mês de maio, nos Estados Unidos da América, a 7ª Gala Anual do International Portuguese Music Awards, um evento que reconhece os grandes talentos internacionais com ascendência portuguesa, num concurso que engloba várias categorias.

The Code nasceram na Ilha de São Miguel. Banda açoriana formada por Marisa Oliveira, Félix Medeiros, Amadeu Medeiros, Hugo Medeiros e André Ferreira, ficaram conhecidos pelo grande público após o lançamento do tema “É o Amor” em março de 2017 que viria a fazer parte da banda sonora da telenovela da SIC Espelho D’Água.

Depois de arrecadarem dois prémios no International Portuguese Music Awards 2018, lançam em fevereiro desse ano o tema “Vai” que veio concretizar os sonhos desta banda açoriana. Atualmente, o tema pode ser escutado pelos espetadores da telenovela da SIC, Alma e Coração. Foi, também, este tema que os fez, arrecadar o prémio na categoria “Vídeo do Ano” na 7ª Gala Anual International Portuguese Music Awards em maio do presente ano.

The CODE marcaram presença em diversos festivais dos Açores como a Festa do Chicharro, Festival das Marés, Festa do Baleeiro, Festas de São João da Vila, entre outros. Atuaram, também, nos Estados Unidos da América, em Providence, nas Comemorações do Dia de Portugal, tendo sido convidados a pisar o palco no International Portuguese Music Awards 2019 ao lado de vários artistas de renome.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento aos elementos que compõem a banda açoriana, The Code.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões 04 de julho de 2019

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, João Costa, Bruno Belo, Elisa Sousa e António Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

The Code é uma banda de rock alternativo açoriana e é já uma referência no panorama regional e nacional.

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se, com muito gosto, ao presente voto reconhecendo o mérito desta banda e é sempre com regozijo que vemos os valores da nossa Região destacados e reconhecidos no mundo, neste caso, através da música.

Assim, congratulamos com este prémio e felicitamos a banda açoriana The Code.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições?

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao escritor Onésimo Teotónio de Almeida pela atribuição do Prémio Mariano Gago. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação ao escritor Onésimo Teotónio Almeida,
pela atribuição do Prémio Mariano Gago**

O Prémio Mariano Gago, promovido pela Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), distingue o melhor livro de divulgação científica publicado no ano anterior. Desta feita, por decisão unânime do júri independente designado para o efeito, o galardão foi atribuído a *O Século dos Prodígios*, de Onésimo Teotónio Almeida.

Desde a sua publicação, depois do Prémio Fundação Gulbenkian/História da Presença de Portugal no Mundo, atribuído pela Academia Portuguesa de História e patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e do Prémio D. Diniz, da Casa de Mateus, este é o terceiro prémio com que o livro é, e com a maior justiça, distinguido.

“Num momento” – e citamos uma nota da Quetzal, editora da obra – “em que se discute a importância e a natureza dos Descobrimentos, Onésimo Teotónio Almeida lembra o carácter pioneiro da ciência portuguesa desse período”, com “especial atenção aos séculos XV e XVI, afastando-se tanto da perspetiva nacionalista (na qual incorrem com frequência os historiadores portugueses),

como da indiferença que geralmente marca a historiografia anglo-saxónica - ao ignorar o papel que Portugal teve na história da ciência e do conhecimento". Acrescenta a editora que o livro é uma "revisitação desses anos de ouro da história portuguesa e a revelação de como, durante o 'período da Expansão', surgiu e cresceu um núcleo duro de pensamento e trabalho científico pioneiros, que tornou possíveis as viagens desses séculos - e dos posteriores".

Para além disso, é o próprio autor que nos esclarece acerca da natureza da obra, ao referir que "o nosso século XVI foi, verdadeiramente, um século de prodígios, cheio de inovação, de curiosidades e de especulação".

Onésimo Teotónio Almeida, nascido em São Miguel em 1946, reside nos Estados Unidos desde o início da década de setenta. Doutorou-se em Filosofia na Universidade de Brown, onde é catedrático no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros.

Em 2018, para enorme orgulho de todos nós, foi designado pelo Presidente da República para presidir às comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que se dividiram, bem nos lembramos, entre Ponta Delgada e Boston.

Disse, então, o filósofo, ensaísta e escritor, ao saber da missão que lhe fora confiada: "Tenho, durante toda a vida, lutado pela afirmação da comunidade açoriana e da comunidade portuguesa nos EUA e isto é um reconhecimento. Hoje essa comunidade é uma comunidade adulta, integrada, ligada aos EUA mas também a Portugal".

Onésimo Teotónio Almeida tem dedicado grande parte da sua vida e da sua produção literária à complexa questão da portugalidade. Dizia o próprio, numa entrevista concedida a Anabela Mota Ribeiro, em 2014, para o «Público», que "ver os emigrantes no embate diário com o universo anglo-americano permitiu-me observar os conflitos de valores, de visões do mundo em acção".

A propósito do sentimento de pertença a um território, referia na mesma entrevista: “Costumo dizer: quando fui para a Terceira, percebi que era micalense. Na Madeira, senti-me açoriano. Em Lisboa, vi que era insular. Em Espanha, reconheci-me português. Em Paris, já era ibérico. Nos EUA, europeu. Na China, achei-me decididamente ocidental. Se um dia for a Marte, hei-de sentir-me terrestre”.

Lembremos aqui, como exemplos dessa reflexão constante, títulos como **A Obsessão da Portugalidade e Pessoa, Portugal e o Futuro**.

Onésimo Teotónio Almeida é colaborador permanente do Jornal de Letras, membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e da Academia da Marinha, e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Aveiro.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação a Onésimo Teotónio de Almeida pela atribuição do Prémio Mariano Gago. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, à Quetzal e à Sociedade Portuguesa de Autores.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Renata Botelho, José Ávila e Francisco César.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há alguma inscrição?

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD congratula-se com o presente voto. Onésimo Teotónio de Almeida como é referido com a perspicácia que lhe é peculiar, chamo a atenção para o peronismo científico dos portugueses no período de

expansão. Não precisamos de fazer qualquer menção relativamente à vasta obra, é sobejamente conhecido. É com muito orgulho que se identifica como açoriano, na entrevista aqui próprio referi pelo grupo parlamentar do PSD ele próprio afirmou e passo a citar: “Sou dos Açores, não é essencial, é exigencial. Gosto muito de ser de onde sou”.

Onésimo Teotónio de Almeida é sobejamente conhecido como açoriano e também visto como embaixador oficioso de Portugal, neste sentido o grupo parlamentar do PSD associa-se ao presente voto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo Centenário da Irmandade do Divino Espírito Santo da Ribeira do Meio, ilha do Pico. É apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge do PSD.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Obrigado Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Centenário da Irmandade do Divino Espírito Santo da Ribeira do Meio (Ilha do Pico)

Os Açores estão inequivocamente intrincados às Festas do Espírito Santo, cuja origem parece remontar ao século XIV, em que a Santíssima Trindade era

festejada com banquetes coletivos, designados de Bodo aos Pobres, com a distribuição de comida e de esmolas.

O culto ao Divino Espírito Santo é hoje um dos mais relevantes fatores da identidade do povo açoriano, de tal modo que o dia da Autonomia coincide com a segunda-feira do Espírito Santo. Esta festa tem hoje um cariz para lá do religioso, ligando-se a outro tipo de tradições de aparência mais popular das nossas comunidades. É exemplo de uma tradição forte que liga de forma aceite e consensual o religioso ao profano.

Comemora-se este ano o centenário da Irmandade do Espírito Santo da Ribeira do Meio, lugar viveiro de valentes baleeiros, de pescadores, de agricultores e trabalhadores de outras artes e ofícios. Lugar também de muita emigração sobretudo para terras americanas e Canadá, pessoas que se viram forçados a emigrar mas que, mesmo longe, pensam na coroação, no jantar, na procissão, nos pães de massa sovada e no fraternal convívio.

Esta Irmandade com cerca de duzentos irmãos surge por uma cisão de uma antiga Irmandade, que celebrava a festa na igreja de Nossa Senhora da Conceição, no convento de São Francisco, situado entre a Ribeira do Meio e a vila das Lajes, quando alguns dos irmãos com residência na vila quiseram levar a irmandade para lá. O Império do Espírito Santo tem a sua fundação no século XX, mais precisamente no ano de 1919 e para além do jantar, os irmãos reúnem em açafates, centenas e centenas de pães que, durante o arraial, são distribuídos a todos quantos tomam parte nos festejos do império.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do centenário da Irmandade do Espírito Santo da Ribeira do Meio, do qual deve ser dado conhecimento formal à Irmandade do Divino Espírito Santo, ao Pároco das Lajes

do Pico, à Junta de Freguesia das Lajes do Pico e à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 4 de julho de 2019

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, João Costa, Bruno Belo, António Viveiros e Jorge Jorge.

Presidente: Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Naturalmente que o grupo parlamentar do PS se associa, com muito gosto, a este voto, a esta efeméride, à celebração do centenário da Irmandade do Espírito Santo da Ribeira do Meio, da freguesia das Lajes do Pico, felicitando os seus órgãos sociais, os irmãos da irmandade e realçando a sua importância no culto ao Divino Espírito Santo que é um dos traços mais marcantes da identidade açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os seus lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos dar continuidade à apresentação dos votos.

O próximo é de congratulação pela instalação da Agência Espacial Portuguesa na ilha de Santa Maria é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Instalação da Agência Espacial Portuguesa na ilha de Santa Maria

No passado mês de março foi formalmente constituída a Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, tendo como Sede Social a ilha de Santa Maria.

A Sede da Agência ocupará a antiga Casa do Diretor do Aeroporto, uma habitação incluída em Zona Classificada do Aeroporto, desenhada pelo conhecido Arquiteto Keil do Amaral, responsável por boa parte dos edifícios, bairros e mobiliário urbano existentes no aglomerado urbano do Aeroporto de Santa Maria. A reabilitação deste edifício para instalação de uma Agência nacional de tamanha importância é também um marco relevante a assinalar para todos os marienses.

A Agência Espacial Portuguesa tem como Presidente Chiara Manfletti, de nacionalidade alemã e italiana, com larga experiência ao nível do sector espacial na Agência Espacial Europeia e, como Vice-presidente, o Eng. Luís Santos,

coordenador da Estrutura de Missão para o Espaço do Governo dos Açores e com trabalho muito relevante em todas as estruturas ligadas às tecnologias nos Açores. Para além da Direção, a Agência terá ainda um Conselho de Orientação e de Estratégia e um Conselho Fiscal.

Para além do Governo dos Açores, a Agência Espacial Portuguesa tem como sócios fundadores a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Agência Nacional de Inovação, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e o Ministério da Defesa.

A Portugal Space terá funcionários em permanência na ilha de Santa Maria, com atividade centrada no novo mercado ligado à Observação da Terra e a incumbência de coordenar o programa de lançamento de pequenos satélites, em articulação com o Governo dos Açores, representar Portugal em instituições de carácter internacional como na Agência Espacial Europeia, no Observatório Europeu do Sul e na Eumetsat (rede de satélites meteorológicos). Tem assim como grande ambição, o estímulo do sector do espaço em Portugal, em que a implementação da Estratégia Nacional do Espaço (Portugal Espaço 2030) e articulação de programas nacionais ligados ao sector, para que o investimento, criação de riqueza e o aumento do emprego qualificado seja uma realidade.

Terá ainda que assegurar, em conjunto com a Estrutura de Missão para o Espaço dos Açores, que todos os procedimentos e todas as infraestruturas a instalar na ilha de Santa Maria garantam a segurança da população e a qualidade ambiental da ilha.

Referir que a instalação desta Agência nos Açores permitirá à Região a criação de novas competências industriais e ajudará a integrar novas iniciativas privadas e públicas alinhadas com os interesses estratégicos da área espacial, garantindo um novo impulso para o desenvolvimento de “novas industriais espaciais”, que irão potenciar projetos já implementados na Região associados à observação da Terra, monitorização do Espaço e atividades do Air Centre.

Julga-se importante referir ainda que, no passado mês de junho, decorreu o Summit New Space, uma cimeira internacional que juntou em Santa Maria cerca de uma centena de cientistas, investigadores, indústria, empresas do sector das telecomunicações e decisores políticos, provenientes de diversos países europeus que, durante 3 dias, discutiram, debateram e analisaram aspetos relacionados com o modo de como as tecnologias e as novas atividades espaciais poderão ajudar as pessoas no seu dia a dia e como poderá ser facilitado o acesso a essas tecnologias por parte das pessoas em todo o Mundo.

Considera-se que a Agência Espacial Portuguesa irá trazer a Santa Maria, aos Açores e a Portugal mais centralidade, mais riqueza e um novo desenvolvimento, que se quer cada vez mais sustentável.

Assim sendo, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela instalação da Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, na ilha de Santa Maria e que deste Voto seja dado conhecimento à Agência Espacial Portuguesa, ao Governo Regional dos Açores e ao Governo da República.

Horta, Sala das Sessões, 4 de julho de 2019.

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César, João Vasco Costa, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD Açores associa-se naturalmente, com muito gosto, a este voto de congratulação pela instalação da Agência Espacial Portuguesa na ilha de Santa

Maria, esperando que seja mais um passo para colocar a ilha de Santa Maria na vanguarda da inovação tecnológica.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Leónia Odília da Silva Braga, atleta do Sampaio BJJ-FCS.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“Leónia Odília da Silva Braga atleta do Sampaio BJJ-FCS”

Desde criança que esteve ligada ao desporto participando ativamente em competições de atletismo e voleibol. Mas era o futebol a grande paixão.

Era Militar no Exército Português quando sofreu um acidente aos 20 anos e ficou sem metade de um pé.

Aos 36 anos e em consequência do agravamento das lesões, decidiu fazer uma amputação transtibial da perna direita.

“A amputação era a única forma de recuperar a minha vida, de viver sem dores e sem medicação” citei a Leónia

Descobriu o Jiu Jitsu Brasileiro em fevereiro de 2018 por acaso no ginásio que frequentava durante a recuperação e nunca mais deixou a modalidade. Em menos de 6 meses já estava a participar numa competição tornando-se a primeira pessoa Portuguesa amputada a competir esta modalidade em Portugal.

Em todas as provas que participou foi medalhada, tanto nas competições convencionais, para atletas sem deficiência, como no Parajiu Jitsu.

Em 2018 Campeonatos de Jiu Jitsu Brasileiro para atletas sem deficiência, foi medalha de Prata - Portugal GrandSlam a 30 de junho e Medalha de Ouro - Milano Challenge a 4 dezembro, em Milão.

Em 2019 no Campeonato de Para Jiu Jitsu destinado a atletas com deficiência foi medalha de Prata no ABU DHABI GRAND SLAM JIU-JITSU WORLD TOUR 2018-2019 em Londres a 9 de março.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela conquista das medalhas de ouro e prata nos diversos torneios onde participou, mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento à Leónia, ao clube onde está inscrita, à Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, João Costa, Bruno Belo e António Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A representação parlamentar do PCP associa-se a este voto e dá os parabéns à atleta Leónia Braga pelos títulos conquistados e deseja as maiores felicidades.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao Sporting Clube da Horta pelos feitos alcançados a nível nacional, pelo escalão de iniciados e juvenis.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Sporting Club da Horta, pelos feitos alcançados a nível nacional pelo escalão de iniciados e juvenis

O Sporting Club da Horta terminou a época desportiva 2018/2019 com chave de ouro uma vez que, para além de ter conseguido a manutenção na divisão principal da modalidade de andebol em séniores masculinos, viu consagrar, a nível nacional, dois dos seus escalões de formação culminando assim, de forma muito honrosa, décadas de investimento nos jovens do Faial naquela modalidade.

Esta aposta na juventude tem-se revelado ganhadora e mostrou, esta época, que com muito trabalho e empenho, de dirigentes, treinadores, pais e encarregados de educação, para além da dedicação ao andebol, por parte de tão jovens atletas, é

possível alcançar grandes feitos levando o nome do clube e dos Açores ao mais alto nível da modalidade no contexto nacional.

O Sporting Club da Horta pode orgulhar-se do trabalho desenvolvido em prol dos seus atletas, em particular dos mais jovens, e o reconhecimento desse trabalho mede-se, essencialmente, pelos resultados - o escalão de iniciados sagrou-se vice-campeão da 1.ª divisão nacional, enquanto que o escalão de juvenis sagrou-se vice campeão da 2.ª divisão nacional.

O trabalho e empenho de todos os envolvidos deve ser reconhecido, mas deve ser, igualmente, um exemplo de que este trabalho, quando associado a políticas direcionadas para o desporto de formação, faz com que os nossos jovens brilhem mesmo enfrentando outras dificuldades e outros constrangimentos por viverem longe dos centros mais competitivos.

Está assim de parabéns o Sporting Club da Horta, que continua a trazer títulos para os Açores no andebol, está de parabéns o Faial e os Açores e estão de parabéns todos estes jovens atletas que levam longe o nome dos Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Sporting Club da Horta, pelos feitos alcançados a nível nacional pelo escalão de iniciados e juvenis. Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Secretaria Regional da Educação e Cultura, à Associação de Andebol da ilha do Faial, à União das Associações de Andebol dos Açores, aos órgãos sociais do Clube e aos atletas.

Horta, Sala de Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Francisco César, Tiago Branco e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD Açores enaltece o trabalho realizado pelo Sporting Clube da Horta na modalidade de andebol em todos os escalões, mas destacamos o trabalho realizado ao nível da formação que é para nós relevante a todos os níveis e que vai muito para além do trabalho meramente desportivo.

Entendemos que estes resultados prestigiam o Sporting Clube da Horta naturalmente, mas também o Faial e os Açores e por isso, o grupo parlamentar do PSD associa-se com gosto e felicita o Sporting Clube da Horta e todos os seus dirigentes, atletas e colaboradores por estes resultados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação, refere-se à Fábrica da Baleia de São Roque do Pico, Museu da Indústria Baleeira pelo seu 25.º aniversário.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Fábrica da Baleia de São Roque do Pico – Museu da Indústria Baleeira
25.º Aniversário**

A Fábrica da Baleia de São Roque do Pico - Museu da Indústria Baleeira, celebrou no passado dia 20 de maio o seu 25.º aniversário.

A atividade baleeira em São Roque do Pico iniciou-se na década de 80, do séc. XIX, quando António José Pinheiro Júnior e António Cristiano de Sousa obtiveram alvará para a instalação de caldeiros para extração de óleo de cachalote no lugar do Cais Velho. Aqui se processavam os cachalotes capturados, com o animal acostado ou enalhado junto ao cais. As tiras do toucinho e a cabeça eram içadas para a parte superior da rampa, com a ajuda de cabrestantes, que auxiliavam igualmente na varagem das embarcações. No cimo da rampa localizava-se a casa dos caldeiros. Os toucinhos eram derretidos, a fogo direto, em grandes caldeirões.

Entre 1908 e 1926 são várias as armações que aqui exerceram a sua atividade. Na década de 30, do século XIX, existiam, em São Roque do Pico, três companhias baleeiras: a Companhia Velha Baleeira, de João Machado Soares; a Armação Baleeira Atlântida, de José Cristiano de Sousa; e a Armação Baleeira Livramento, de Manuel Garcia da Rosa Júnior. Em 1942, estas três sociedades fundiram-se e constituíram uma sociedade comercial por quotas, Armações Baleeiras Reunidas, Lda., que tinha como objetivo construir uma fábrica para aproveitamento integral de cetáceos.

A construção da Fábrica de Vitaminas, Óleo, Farinhas e Adubos, das Armações Baleeiras Reunidas, Lda., sediada no Cais do Pico, no lugar do Cais Novo, estava concluída em 1946. No entanto, só em 1951, na sequência de um aumento de capital da sociedade, se começa a produzir farinhas de carne e de ossos. Nesta altura também se dá início ao processamento de fígados de cachalote para a produção de vitaminas.

A emigração para os Estados Unidos, após o Vulcão dos Capelinhos, em 1957, na ilha do Faial, o baixo preço oferecido pelo óleo, a valorização do petróleo como fonte energética e a implementação da pesca do atum e da indústria de

conservas no Arquipélago, bem como algumas questões ecológicas e ambientais, foram alguns dos fatores que marcaram o início do fim, e a decadência da atividade baleeira nos Açores.

A última fábrica dos Açores a se manter em funcionamento, até 1984, foi a fábrica das “Armações Baleeiras Reunidas, Lda”, em São Roque do Pico, atual Museu da Indústria Baleeira, e o 1º museu industrial dos Açores.

Com o fim da caça à baleia, nos finais dos anos 80, do séc. XX, ficou um valioso património de saberes, ao qual está associado um importante património material, constituído pelas embarcações baleeiras, botes e lanchas, e pelos edifícios e maquinaria que, em terra, foram utilizados na atividade baleeira.

A baleação transformou-se, assim, numa atividade-memória, consagrada e explicada nos museus e o cachalote renasceu como objeto de culto e consumo visual, emblema da identidade dos Açores.

A Fábrica de Vitaminas, Óleo, Farinhas e Adubos das Armações Baleeiras Reunidas, Lda (ABRL), situada na Rua do Poço, no Cais do Pico, foi adquirida, em 1990, pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente. Ao edifício principal está ainda associado um conjunto de construções - carpintaria; oficinas de serralharia e ferraria-fundição; garagem da camioneta; armazém industrial; armazém piscatório e industrial; retrete.

O processo de reconversão museológica, uma musealização de sítio, iniciado em 1992, foi da responsabilidade e coordenação do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, e teve a colaboração da Câmara Municipal de São Roque do Pico, do Clube Naval e de muitos munícipes, nomeadamente antigos operários da fábrica.

O Museu da Indústria Baleeira foi inaugurado a 20 de maio de 1994, abrindo ao público a fábrica de transformação de cachalotes, edifício principal do complexo piscatório e fabril das Armações Baleeiras Reunidas, Lda.

Em 2004 foram realizadas intervenções ao nível da comunicação museológica e da museografia, da autoria do Museu do Pico, do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, e da BarroAçores.

Em 2011 foi inaugurado o projeto de requalificação e reconversão urbanística e paisagística do museu, da autoria dos arquitetos Rui Pinto, Ana Robalo e Luís Cabral. Foram reabilitados e readaptados os edifícios envolventes e os espaços exteriores, de onde se destaca a nova galeria de exposições temporárias, antiga carpintaria, uma grande praça interior e um memorial à indústria baleeira.

O Museu é constituído pelos seguintes núcleos expositivos, de longa duração: rampa de varagem e plataforma de desmancho de cachalotes; guinchos exteriores; caldeiras; autoclaves do óleo e das farinhas; secadores e prensa; geradores elétricos; moinho e autoclaves dos fígados; camioneta; farinhas; depósitos de óleo de baleia.

O Museu da Indústria Baleeira, o primeiro museu industrial público dos Açores, instalado na mais importante empresa baleeira do Arquipélago, assume-se, em complementaridade com o Museu dos Baleeiros, como uma estrutura museológica da Ilha do Pico e dos Açores com um espaço de explicação global da indústria baleeira insular.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão plenária de 04 de julho de 2019, que aprove o voto de congratulação ao Museu da Indústria Baleeira de São Roque do Pico, pelos seus 25 anos de atividade, assumindo-se como um instrumento estratégico de desenvolvimento integrado do Concelho, capaz de contribuir decisivamente para a sua promoção cultural e identitária, à escala local, nacional e internacional.

Desse voto deve ser dado o conhecimento aos funcionários e ao Diretor do Museu do Pico, à Secretaria Regional de Educação e Cultura e à Câmara e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Francisco César, Mário Tomé, Marta Matos e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se com bastante orgulho a este voto e a esta data celebrada pelo Museu de São Roque do Pico, Museu da Indústria Baleeira, que foi o primeiro museu aberto ao público nos Açores de arqueologia industrial.

A preservação da nossa memória coletiva, particularmente no que toca à caça à baleia, tem sido feita de forma exemplar na ilha do Pico através, quer do museu da indústria baleeira, sediado em São Roque do Pico, quer do museu dos baleeiros, nas Lajes do Pico.

Mas tão importante como os passos que foram dados até agora nesta preservação, é importante a preservação daquilo que já existe como aliás, alertou o diretor do museu do Pico recentemente no Conselho de Ilha, que tem várias vezes chamado a atenção dos membros do Governo competentes na matéria, para a preservação daquilo que já existe, daquilo que já está exposto e já está construído e que não tem tido a correspondente atenção que achava que o assunto merecia.

Para assinalar também estes 25 anos não posso deixar aqui de referir três nomes que me parecem importantes e que para nós foram determinantes aquando da abertura do museu da indústria baleeira: o seu primeiro diretor, Francisco Medeiros, o secretário regional da altura, Eugénio Leal, não estando diretamente ligado à cultura teve um papel preponderante enquanto secretário regional do turismo para a abertura daquele espaço e por fim, o presidente da Câmara de então, o engenheiro Manuel Joaquim Neves da Costa,

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos alunos da escola de Santa Maria que venceram o concurso multimédia – Os jovens, a Europa e o futuro.

É apresentado pelo Sr. Deputado João Vasco Costa do PS.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Alunos da Escola de Santa Maria vencem concurso multimédia “Os Jovens, a Europa, o Futuro”

A equipa "Cagarros Europeus", da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, foi a grande vencedora do concurso multimédia “os Jovens, a Europa, o Futuro”, promovido pelo Governo dos Açores no âmbito das comemorações do Dia da Europa 2019 e do programa “Cidadania Europeia – A Europa para os Açorianos”. Esta equipa, formada pelos alunos Isabela Quadrado, João Raposo e Pedro Amaral, sob a responsabilidade do professor Rui Quadrado, ficou em primeiro lugar a nível regional e além de o seu vídeo ter sido emitido pela RTP Açores no Dia da Europa, foram premiados com uma viagem a Bruxelas, que incluirá a

visita a instituições e organismos europeus, e ainda com um conjunto de quinze livros para a biblioteca escolar.

O júri do concurso multimédia - composto por Berta Miúdo, da Universidade dos Açores; Bruno Correia, da RTP Açores; Fátima Senra Estrela, da Direção Regional da Juventude; Paulo Pacheco, do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas e Rogério Martins, da Direção Regional dos Assuntos Europeus - apurou o melhor trabalho de cada ilha do arquipélago, bem como os primeiros três classificados a nível regional, apurados de entre os finalistas de cada ilha.

Os trabalhos vencedores e finalistas, um por cada ilha participante, encontram-se divulgados no Portal do Governo, no canal youtube do Governo dos Açores e na página de Facebook "Relações Externas e Assuntos Europeus - Governo dos Açores".

O concurso multimédia subordinado ao tema "Os jovens, A Europa e o futuro", destinou-se a alunos do ensino secundário e profissional da Região, até aos 20 anos de idade, visando envolver os cidadãos e em particular a juventude nas questões europeias, procurando incentivar os jovens na pesquisa e divulgação do impacto da União Europeia nos Açores, sensibilizando para a importância dos jovens para a construção da Europa, bem como promovendo conhecimentos relativos à União Europeia.

Assim sendo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um **Voto de Congratulação** pela conquista do primeiro lugar no concurso multimédia "Os Jovens, a Europa, o futuro", por parte da equipa Cagarros Europeus, composta pelos alunos Isabela Quadrado, João Raposo e Pedro Amaral, da Escola Básica e Secundária de Santa Maria. Que do mesmo seja dado conhecimento aos próprios, à Escola Básica e Secundária de

Santa Maria, à Câmara Municipal de Vila do Porto, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

Muito obrigado.

Horta, Sala das sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, João Vasco Costa, Francisco César e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD Açores associa-se, com muito gosto, a este voto de congratulação aos alunos Isabela Quadrado, João Raposo e Pedro Amaral, sob a responsabilidade do professor Rui Quadrado, pela conquista do prémio do 1.º lugar no concurso multimédia “Os Jovens, a Europa, o futuro”, promovido no âmbito das comemorações do dia da Europa 2019.

Os alunos e professores da escola de Santa Maria têm sido um exemplo do esforço e dedicação, arrecadando prémios atrás de prémios nas mais variadas áreas.

Um bem haja a todos os alunos e professores da Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto e último voto de Congratulação, refere-se aos alunos da Escola Secundária da Ribeira Grande pela conquista do 2.º lugar no concurso Eco-Ementas.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA RIBEIRA GRANDE PELA CONQUISTA DO 2º LUGAR NO PROJETO “ECO-EMENTAS”

A Escola Secundária da Ribeira Grande sagrou-se vice-campeã nacional no concurso “Eco-Ementas”, no âmbito do programa "Eco-Escolas da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)”.

O desafio das “Eco-ementas” tem como objetivo principal a criação de uma ementa saudável, com valor nutricional adequado às necessidades etárias dos alunos, para ser confeccionada na cantina da escola. A edição deste ano teve como temas principais a alimentação saudável e sustentável, mas também o desperdício alimentar.

O concurso deste ano contou com dez escolas de todo o país, tendo a ESRG - Escola Secundária da Ribeira Grande conquistado o 2º lugar, na categoria - 3º escalão, com alunos da turma do Ensino Profissional P3A, sob orientação das docentes Rosa Martins e Solange Pacheco.

A ementa apresentada pelos alunos foi confeccionada com ingredientes regionais e biológicos, provenientes da horta pedagógica da própria escola, o que permitiu envolver a comunidade e teve em consideração a sustentabilidade ambiental e económica.

Este prémio alcançado configura mais um bom exemplo do empenho e da competência dos alunos e professores da comunidade escolar regional, e em particular da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Nos termos apresentados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho, que seja aprovado um Voto de Congratulação pela conquista dos alunos da Escola Secundária da Ribeira Grande, do 2º lugar no projeto “Eco-Ementas”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos Órgãos da Escola Secundária da Ribeira Grande, aos alunos, professores e técnicos envolvidos no projeto, à comunidade escolar e à Direção Regional da Educação.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Francisco César, Carlos Sila e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo: Como não poderia deixar de ser, o PSD Açores associa-se a este voto endereçando, em primeiro lugar, os parabéns a toda aquela comunidade escolar e, em particular, a todos aqueles que participaram naquele projeto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É de salientar a importância que aquela escola tem vindo a dar a essas preocupações, a nível de uma alimentação saudável e como tal, este facto alcançado pela escola secundária da Ribeira Grande tem que ser um exemplo para todas as escolas também na Região para terem uma preocupação desde cedo com as questões alimentares.

Torna-se ainda mais relevante o facto desses mesmos ingredientes terem sido ingredientes biológicos da própria horta, o que também enaltece ainda mais o feito alcançado pela escola secundária da Ribeira Grande e todos aqueles que participaram.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apresentação dos votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista e refere-se ao acidente mortal nas Quatro Ribeiras.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Acidente mortal nas Quatro Ribeiras

No passado dia 14 de maio, a freguesia das Quatro Ribeiras, no concelho da Praia da Vitória, foi palco de um trágico acidente que fez duas vítimas mortais, quatro feridos graves e nove feridos ligeiros.

O acidente deu-se por volta das 20h30 dessa terça-feira, quando cerca de meia centena de pessoas acompanhava a habitual Procissão de Velas, em homenagem

a Nossa Senhora de Fátima, e se dirigia para a igreja das Quatro Ribeiras, tendo a retaguarda da procissão sido abalroada por uma viatura que se despistou.

As vítimas mortais, ambas do sexo feminino, tinham 68 e 84 anos e faleceram no local. Foram, posteriormente, assistidos no Hospital do Divino Espírito Santo da Ilha Terceira e no Centro de Saúde da Praia da Vitória, oito mulheres e cinco homens, todos com mais de 40 anos, à exceção de dois feridos ligeiros com 16 e 18 anos. De realçar a rápida e competente resposta das equipas do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

O trágico atropelamento múltiplo deixou a freguesia, o município e a ilha em choque e profundamente consternados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o pároco!

A Oradora: ... tendo gerado uma onda de condolências e solidariedade que ultrapassou os limites da ilha e da região.

Há que endereçar sentidas condolências aos familiares das vítimas mortais, desejar o rápido restabelecimento dos feridos que ainda se encontram em convalescença, e de quem testemunhou e ficou abalado com o ocorrido, incluindo, naturalmente, o condutor da viatura sinistrada.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2019, a aprovação de um Voto de Pesar pelo trágico acidente.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento às famílias das vítimas, à paróquia das Quatro Ribeiras, à Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Francisco Coelho e Francisco César.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Câmara Municipal da Praia da Vitória porquê? O que é que tem a ver com o assunto?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se igualmente às vítimas do acidente das Quatro Ribeiras, na ilha Terceira. É apresentado desta feita pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Vítimas das Quatro Ribeiras – Ilha Terceira

No passado dia 14 de maio de 2019 escreveu-se uma página de tristeza e luto na história da comunidade das Quatro Ribeiras e no concelho da Praia da Vitória.

Em plena Procissão de Velas ocorreu um trágico acidente do qual resultaram 15 vítimas (10 do sexo feminino e 5 de sexo masculino), das quais 2 mortais, 4 feridos graves e 9 feridos ligeiros.

Expressando a nossa solidariedade e condolências às famílias enlutadas e à comunidade o Grupo Parlamentar do PSD Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelas vítimas mortais do acidente decorrido nas Quatro Ribeiras.

Que do presente voto se dê conhecimento às famílias, Paróquia das Quatro Ribeiras, Assembleia e Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, António Viveiros, César Toste, João Costa e Luís Rendeiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Ruy Guilherme de Moraes.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Ruy-Guilherme de Moraes

Ruy-Guilherme de Moraes foi um intelectual notável que se repartiu com grande brilho pelo jornalismo e pela literatura. Com outros, grandes nomes da literatura açoriana, como Eduíno de Jesus, Fernando Aires de Medeiros Sousa, Jacinto Soares de Albergaria e outros, foi um dos mentores do Círculo Literário Antero de Quental, também conhecido como o Grupo do Jade, pois era naquele emblemático bar que se reuniam.

O Grupo tornou-se na altura uma das mais importantes tertúlias literárias de então. Criado há cerca de 60 anos, o Grupo do Jade dedicou-se não só a estudar a obra de Antero, mas também trouxe até aos Açores as novas tendências literárias do modernismo, rompendo com o isolamento e asfixia cultural de então. As tertúlias do Grupo do Jade foram há poucos anos recordadas num trabalho do professor e escritor Urbano Bettencourt.

Ruy-Guilherme de Moraes distinguiu-se como grande jornalista e cronista, ao serviço do jornal Correio dos Açores nos anos sessenta e até 1975, altura em que deixou o jornal. Manteve, esporadicamente, noutras publicações algumas crónicas e publicou diversos contos. Um deles, sob título de “50 Pesos Argentinos”, narra São Miguel de há cem anos, foi adaptado a cinema, num filme totalmente rodado nesta ilha.

Ruy-Guilherme de Moraes intelectual de grande craveira, representava uma escola que aliava o jornalismo ao domínio perfeito da língua portuguesa, um riquíssimo vocabulário e conhecimentos culturais muito acima da média. Isso permitiu-lhe fazer um excelente trabalho de revisão, não só nos periódicos, mas em importantes livros como os do escritor Açoriano Manuel Ferreira.

Assim, deu um contributo notável à língua Portuguesa no jornalismo e na literatura. Morreu a 4 de junho em Ponta Delgada, aos 87 anos, após doença prolongada. A sua modéstia impediu que em vida lhe fossem reconhecidos os altos méritos que possuía. Reunir e seleccionar os seus textos dispersos é um imperativo cultural urgente e uma homenagem que a sociedade Açoriana lhe está a dever.

Merece o nosso reconhecimento.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar o Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 2 de julho de 2019, emita este voto de pesar pelo Falecimento de Ruy-Guilherme de Moraes.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Pedro Moura e Francisco César.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Ruy Guilherme de Moraes, desta feita é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Ruy-Guilherme de Moraes

Faleceu no passado dia 4 de junho, em Ponta Delgada, o antigo jornalista e escritor Ruy-Guilherme de Moraes.

Ruy-Guilherme de Moraes distinguiu-se como homem das letras e do “jornalismo literário” açoriano.

Para além de brilhante redator e cronista do Jornal *Correio dos Açores*, onde foi chefe de redação, nos anos sessenta e até 1975, Ruy-Guilherme de Moraes foi

autor de diversos contos, infelizmente muitos deles inéditos, com destaque para *50 Pesos Argentinos*, e *As terras da Santa*.

Em *50 Pesos Argentinos* Ruy-Guilherme de Moraes relata a realidade social micalense do século XX, com destaque para a extrema pobreza em que vivia boa parte da sociedade, e para a emigração como quase única alternativa para a população açoriana. Esta obra viria a ser adaptada ao cinema, numa curta metragem de Bernardo Cabral, distinguida no 8º Vídeo festival Internacional de Impéria, Itália.

Na década de 40, destaca-se a colaboração de Ruy-Guilherme de Moraes no movimento de renovação literária, mas também cultural e cívico, que se desenvolve em Ponta Delgada, principalmente em torno do Jornal *A Ilha* e, também, no Círculo Literário Antero de Quental, formado em 1946, por um grupo de jovens alunos do então Liceu Nacional de Ponta Delgada, com destaque para Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Jacinto Soares de Albergaria, Eduardo Vasconcelos Moniz, Fernando Lima, Carlos Wallenstein, Mário Barradas e Machado da Luz.

Ruy-Guilherme de Moraes foi, ainda, cronista assíduo do Jornal *Atlântico Expresso* e da Revista *Açorianíssima*, ambos dirigidos por Victor do Carmo Cruz, nos anos 80 e 90.

Ruy-Guilherme de Moraes fez uma longa carreira profissional em diversas empresas, como Chefe de Escritório, com destaque para a firma João Soares Júnior e Mutualista Açoriana. Viria, ainda, a fundar a sua própria empresa de importação e exportação, que agenciava o navio *Pauline Maria*, que fazia carreira entre os Açores e os Estados Unidos da América.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Ruy-Guilherme de Moraes, do qual deve ser dado conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Luís Maurício, António Viveiros e João Costa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Paulo Alves.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Paulo Alves

Paulo Alves foi desde sempre um entusiasta pelo jornalismo. Deixou colaboração dispersa em vários órgãos de comunicação social, mas foi no Correio dos Açores e na Rádio pública que mais se destacou. Natural da freguesia da Ribeira Seca, concelho da Ribeira Grande, morreu aos 47 anos vítima de doença que raramente perdoa. Apesar de anos de luta contra a doença, manteve-se sempre entusiasmado e dedicado ao seu trabalho. Era uma pessoa de convicções e essencialmente de fé, acreditando ser sempre possível mais e melhor. A sua modéstia fez-lhe não aceitar durante anos cargos de chefia preferindo a preenchida tarimba diária. Por fim, Paulo Alves aceitou com espírito de missão o cargo de responsável pela área

de informação da rádio pública, cargo que desempenhava aquando da sua prematura morte no passado dia 12 de maio.

Deixa a sua marca no Jornalismo Micaelense. Merece o nosso reconhecimento pelos seus cerca de 30 anos de Jornalismo.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 4 de julho de 2019, emita este voto de pesar pelo Falecimento de Paulo Alves.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Paulo Alves e à rádio pública Açoriana.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados, Pedro Moura e Francisco César.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado... é como entenderem.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD Açores associa-se, naturalmente, ao voto de pesar pelo falecimento de Paulo Alves, como uma forma de reconhecimento pela sua vida dedicada ao jornalismo.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento do Padre Manuel Medeiros de Sousa.

É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Padre Manuel Medeiros Sousa

Faleceu no passado dia 15 de maio o Padre Manuel Medeiros Sousa, com 90 anos de idade. O Padre Manuel (como era mais conhecido) nasceu a 23 de janeiro de 1929, na freguesia de Calhetas, Concelho da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, e cumpriu a sua etapa vocacional no Seminário Diocesano de Angra do Heroísmo. Após esse período, regressou a São Miguel para exercer as funções de sacerdote na Paróquia do Senhor Bom Jesus, de Rabo de Peixe, como vigário cooperador, cargo que exerceu durante três anos.

No ano de 1957, atendendo ao pedido do Prior Evaristo Carreiro Gouveia, o Bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho, nomeou o padre Manuel vigário cooperador da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, na Ribeira Grande. Passado pouco mais de um mês da sua colocação, o Prior Evaristo Carreiro Gouveia viria a falecer, ficando o padre Manuel Sousa, por provisão episcopal, pároco da referida Matriz, funções que exerceu durante 35 anos.

Na Quaresma do ano seguinte (1958), o Padre Manuel retomou naquela paróquia as cerimónias da Semana Santa, as quais já não se realizavam há muitos anos. Este foi um grande acontecimento na vida social e religiosa da então Vila da Ribeira Grande.

Dando continuidade à atividade do seu antecessor junto da juventude, o Padre Manuel reabriu o Salão Paroquial da Matriz completamente remodelado e

equipado com jogos e sala de leitura. Ali se realizaram teatros, comédias e encontros de jovens. Ainda nesse ano de 1958, abraçou a tarefa de montagem do tradicional Presépio Movimentado, habitualmente chamado de Presépio do Senhor Prior. Para isso agregou muitos jovens que, aos serões, montavam todas as peças e figuras do referido Presépio.

O Padre Manuel Medeiros Sousa foi um notável pregador, fazendo parte de um grupo de sacerdotes que se distinguiram pelo poder da palavra e pela forma de comunicar. Percorreu toda a ilha em pregações pelas várias paróquias. Foi também convidado por diversas vezes pelas comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América e Canadá, para presidir e pregar em muitas festas religiosas. Para além de Pároco, exerceu ainda as funções de professor da disciplina de Moral e Religião, por diversos anos, na Escola Secundária da Ribeira Grande. O seu empenho pedagógico e a sua constante boa disposição marcaram toda a comunidade escolar, sobretudo as várias gerações de estudantes que passaram pelas suas aulas.

Em 1982, por ocasião das suas Bodas de Prata Sacerdotais, D. Aurélio Granada Escudeiro, Bispo de Angra, atribuiu-lhe o título vitalício de Prior.

Em 1986, por motivos de saúde, pediu ao senhor Bispo a sua substituição, o que veio a ocorrer a 25 de janeiro do ano seguinte.

Após a sua saída da Paróquia, o Prior Manuel Sousa manteve a sua atividade pastoral, nomeadamente no Movimento dos Romeiros de São Miguel, do qual foi Diretor Espiritual durante 14 anos.

Entre 1987 e 2017 foi Assistente Espiritual do Lar Augusto César Ferreira Cabido.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, emita o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Medeiros Sousa.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família e à Diocese de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

Os Deputados: Maria da Graça Silva, Francisco César e Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo: Falar do Padre Manuel, para quem é um habitante da Ribeira Grande, é falar com certeza de uma referência naquele concelho.

O Padre Manuel foi aquilo que se costuma dizer, um homem “muito à frente” para os seus tempos e nunca se agarrou, pura e simplesmente, à cultura religiosa. Foi uma pessoa que tentou, ao longo dos seus tempos, construir uma sociedade diferente, foi um padre que devido às suas facilidades e capacidades oratórias levou a igreja por diversas freguesias da ilha de São Miguel.

Foi, com certeza, um grande impulsionador da cultura no concelho da Ribeira Grande e de diversos movimentos associativos e neste sentido muito há a dizer acerca do Padre Manuel e que o PSD também, no próximo plenário, irá realizar um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Partido Socialista esgotou o seu tempo com a leitura deste último voto, sendo assim também e considerando o nosso horário, nós vamos interromper então os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra? Para uma interpelação.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço esta figura, porque não tenho outra para fazer a interpelação, mas Sra. Presidente, eu julgo que está em processo a revisão do regimento e portanto, presumo que se vai alterar também – era essa a questão que eu tinha para lhe colocar – se vai alterar o PTAP, no sentido de se alterar os votos.

E também aproveitava o ensejo porque fiz uma observação ao Deputado João Paulo Corvelo, no início dos votos e portanto, também lhe quero apresentar aqui as minhas desculpas e dizer-lhe que o sr. deputado tem toda a legitimidade para apresentar os votos, até com um dia de insistência porque, de facto, eu acho que se chegou a um determinado exagero e que é preciso, Sra. Presidente, que o regimento dê resposta e que se discuta aqui os problemas dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O grupo de trabalho de revisão do regimento não tem reunido as vezes necessárias e suficientes para ultimarmos o trabalho mais cedo, por também dificuldades de agenda entre todos, somos muitos efetivamente, somos seis partidos e comigo própria.

Penso que esta parte do PTAP está prevista ser alterada, mas para isso naturalmente peço, desde já, aos líderes parlamentares e aos membros que fazem parte do grupo que se empenhem para que neste último ano, que vamos entrar em setembro no último ano desta legislatura, possamos concluir os nossos trabalhos

para podermos, ainda nesta legislatura, aprovar o novo regimento que será a base de trabalho de todos os outros que nos vierem substituir.

Sras. e Srs. deputados interrompemos agora nos nossos trabalhos.

Recomeçamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas.

Eram 15 horas e 06 minutos

Presidente: Vamos então entrar no ponto 9 da Agenda - **Projeto de Resolução n.º 134/XI – “Integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores que pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e desempenham funções no Instituto da Segurança Social nos Açores, IPRA”.**

Este projeto de resolução é apresentado pelo grupo parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional continua a não promover a igualdade de oportunidade entre os trabalhadores das IPSS's que prestam serviço no ISSA e os trabalhadores da administração pública.

Tal situação é por si só gravosa e injusta para cerca de 167 pessoas que prestam serviço no ISSA e que possuem um vínculo laboral com as IPSS's como confirmou a Sra. Secretária Regional na comissão.

Estamos perante uma situação destes técnicos superiores das IPSS's estarem a prestar serviço permanente à administração pública regional com menores salários e subordinados às chefias da administração regional.

São trabalhadores que formalmente pertencem aos quadros das IPSS's, mas que efetivamente estão ao serviço da administração pública, designadamente do Instituto de Segurança Social dos Açores – ISSA.

Do exposto resultam duas injustiças que urgem ser corrigidas e uma eventual ilegalidade. Desde logo a circunstância de as IPSS's não terem verdadeiramente liberdade para configurar os seus quadros de pessoal, já que tais funcionários lhes são colocados pelo Governo Regional.

Depois, o facto daqueles trabalhadores realizarem tarefas em tudo idênticas aos seus colegas da função pública, por uma renumeração muito inferior numa carreira sem perspetivas de futuro. E tudo isso poderá configurar uma ilegalidade que tem que ser imediatamente sanada. Os trabalhadores em apreço não podem pertencer a uma instituição e estarem hierarquicamente subordinados às chefias do ISSA e respetivos planos de ação.

É grave, é muito grave que o Governo Regional anuncie que 94% da administração pública esteja com um vínculo de longa duração, mas que depois mantenha esta situação.

É grave, é muito grave que seja o Governo Regional a ser responsável pela criação e manutenção dessa injustiça.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esses técnicos superiores foram contratados pelas IPSS's, contudo nunca trabalharam nessas instituições desde o primeiro dia em que exercem funções no Instituto de Segurança Social sem que nada lhes tivesse sido explicado. Esses técnicos superiores são utilizados como colaboradores externos em que o Instituto de Segurança Social se serve deles, celebrando protocolos com as diferentes IPSS's para colmatar as necessidades permanentes na administração pública, ou seja, esses técnicos são funcionários virtuais das IPSS's com os quais têm vínculo laboral e usados pelo Governo Regional, subordinados às suas chefias da Segurança Social, mas tem salários inferiores.

Os trabalhadores em causa não podem pertencer a uma IPSS e estarem hierarquicamente subordinados às chefias do Instituto de Segurança Social e respetivos planos de ação.

A Sra. Secretária reconheceu em comissão que esta é uma, e cito, “situação que já tem mais de uma década”. Nós não concordamos com essa situação e estamos aqui a manifestar a nossa discordância e a apresentar uma solução.

É grave, é muito grave que seja o Governo Regional e o Partido Socialista a deixar em suspenso propostas de vida que até hoje aguardam uma prometida carreira, não reconhecendo e valorizando o papel destas pessoas. Esses técnicos trabalham nas instalações da Segurança Social e sujeitam-se às regras e deveres daquele instituto público, como qualquer outro trabalhador. Marcam presenças e férias, fazem atendimentos, possuem cartão de identificação do Instituto de Segurança Social e tem autorização para conduzir viaturas oficiais. Esses trabalhadores sentam-se lado a lado, com colegas que exercem precisamente as mesmas funções, mas ganham muito menos. Queremos colmatar a enorme frustração que se apoderou destes funcionários.

Era mais do que razoável que se assistisse aqui hoje a uma prova clara do PS e se aprovasse essa resolução e não ficassem numa espécie de “faz de conta” que defendem os funcionários, mas na verdade, defendem e protegem a todo o custo o Governo Regional.

O PSD Açores exige ao Governo Regional que faça uma equiparação, quer de vencimento, quer de estatuto desses técnicos superiores que desempenham funções de carácter permanente na administração pública, mas que não têm os mesmos direitos de todos aqueles que pertencem aos quadros dessa mesma administração pública.

Para o PSD Açores esta equiparação só pode ser alcançada de uma única forma, o Governo tem de proceder à integração plena destes técnicos nos quadros da

Administração Pública, de acordo com a legalidade, como já fez com os trabalhadores precários ou com os funcionários das empresas públicas extintas. Neste sentido, o PSD Açores deu entrada deste projeto de resolução no Parlamento com carácter de urgência, urgência essa, chumbada pelo PS, para que o Governo Regional integre os técnicos em causa na função pública e que de forma efetiva reconheça o papel imprescindível destes técnicos e hoje ficaremos a saber quem tem vontade de resolver essa injustiça.

Para finalizar uma saudação a todos quantos lhes foram prometidas uma carreira na administração pública e que o Governo Socialista não concretizou essa expectativa.

Disse!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Segundo dados do próprio Governo Regional, 167 técnicos superiores funcionários de IPSS'S e de algumas Misericórdias desempenham funções no Instituto de Segurança Social dos Açores.

Esta situação não é, de facto, nova como já admitiu o Governo Regional. O facto de não ser nova só torna a própria situação mais grave e torna mais gritante a enorme discriminação de que são alvo estes trabalhadores.

Há vários anos que estes técnicos superiores têm uma carreira distinta, com salários e direitos muito inferiores aos colegas com quem trabalham lado a lado, nas mesmas instalações a desempenhar funções idênticas no Instituto de Segurança Social.

Trabalham em matérias relacionadas com o rendimento social de inserção, nas CPCJ's, nas equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais, na emergência social e na ação social. São todas estas áreas de responsabilidade da Segurança Social, neste caso do ISSA, responsabilidade da administração pública. Mas para cumprir estas responsabilidades, responsabilidades do Governo Regional, o próprio Governo e o Instituto de Segurança Social recorreram durante vários anos a mão de obra barata, é um verdadeiro outsourcing de mão de obra qualificada que o Governo Regional desempenhou e promoveu ao longo de vários anos.

Ao longo de muito tempo o Bloco de esquerda levantou e alertou para esta situação, para esta injustiça aqui nesta Casa, desconhecíamos, obviamente, todo o alcance e toda a dimensão do problema que agora finalmente veio à luz do dia. Foram de facto, principalmente os trabalhadores em causa, os seus representantes, mas acima de tudo os trabalhadores que fizeram e alertaram e trouxeram mais dados, mais informações que nos permitiram conhecer melhor o problema e nos permitiram avaliar melhor a situação.

O Bloco de Esquerda chamou a Secretária Regional da Solidariedade Social à comissão de assuntos sociais para explicar a situação e para explicar o que está o Governo a fazer e o que não fez ao longo de vários anos para resolver esta enorme injustiça.

Defendeu o Bloco de Esquerda, durante a nossa proposta da adaptação à Região do PREVPAP, que esta poderia ser uma forma de integrar estes trabalhadores na administração pública regional, resolvendo então este problema laboral de forma legal e de forma célere e justa, de forma que permitiria resolver esta injustiça e integrar estes trabalhadores.

Consideramos pois, hoje ainda que esta teria sido a melhor solução porque permitiria uma integração destes trabalhadores num processo especial de regularização que daria a todos a possibilidades de integrar as carreiras nas quais deveriam estar integrados, dadas as funções que desempenham e para quem as desempenha, neste caso o Instituto de Segurança Social.

A abertura de concursos que o Governo Regional já anunciou e diz estarem a decorrer, para além de ser um processo que pelo ritmo que está a decorrer, ser muito lento, não garante obviamente pelas razões óbvias da contratação de trabalhadores para a administração pública a integração de todos eles porque, obviamente cada concurso tem de ser legal e não pode garantir, obviamente o lugar daqueles técnicos que lá estão.

Por isso continuamos a dizer que a melhor solução teria sido uma solução como nós apresentámos, que poder-se-ia aplicar a este caso, neste caso a adaptação à Região do programa especial de regularização de precários da administração pública.

O grupo parlamentar do PSD vem propor que se inicie um processo de integração destes técnicos na administração pública.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E a lei?

O Orador: ... estamos de acordo, a única coisa que não percebemos é porque razão, tendo apresentado esta proposta, o PSD não tenha votado favoravelmente à adaptação à Região do PREVPAP, porque esta, efetivamente, seria uma solução que colocaria em prática aquilo que o PSD neste momento propõe e que poderia servir para regularizar a situação destes trabalhadores.

Nós, obviamente, Bloco de Esquerda exigimos que estes trabalhadores sejam integrados na administração pública e por isso estamos de acordo e votaremos favoravelmente este projeto de resolução que o partido social democrata nos traz a esta Casa.

No entanto, gostaria de terminar esta primeira intervenção perguntando ao Governo qual é a sua solução para estes trabalhadores? E tem de dizer, não só qual é a solução, mas quando é que todos os trabalhadores são integrados na administração pública, quando é que se abrem os concursos, se é essa a solução que o Governo está a apresentar e que garanta aqui, hoje, que todos estes trabalhadores serão integrados na administração até, pelo menos, no mínimo final da legislatura e estamos a pouco mais de um ano dela.

Finalmente, queria dizer apenas que nesta situação, neste processo que neste problema que o Governo Regional criou ao longo de vários anos só há um lado que é prejudicado. Ganha o Governo Regional porque recorre a mão de obra barata, poupa nos salários dos trabalhadores e estamos a falar de centenas, muitas vezes até milhares de euros de diferença entre um técnico superior de uma IPSS que no máximo pode aspirar a pouco mais de 1000€, os valores nem chegam a 2000€ no topo de carreira, a um técnico superior da administração pública que poderá chegar quase até ao dobro disso.

Ganha o Governo Regional porque poupa à custa dos trabalhadores.

Ganham as IPSS's porque recebem verbas ao abrigo dos protocolos de cooperação com o ISSA que implicam a cedência desses trabalhadores.

No fundo perdem os trabalhadores que são a parte mais fraca e é a parte prejudicada em todo este processo e o Partido Socialista e o Governo Regional, ao longo de todos estes anos têm prejudicado estes trabalhadores e têm obviamente, se aproveitado dos seus salários baixos para fazer o trabalho social, o que é uma coisa que é verdadeiramente indigna e que não deveria acontecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Agradeço que se inscrevam.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo que o enquadramento temporal dos factos que levaram a esta situação fosse outro, e não fosse sequer verdade, como o proponente argumenta, que *«esses técnicos superiores foram contratados pelas IPSS, contudo, nunca trabalharam nessas instituições. Desde o primeiro dia que exercem funções no ISSA sem que nada lhes tivesse sido explicado»*, a situação na qual presentemente se encontram parece ser suficientemente clara.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E Nem o senhor sabe o que está dizendo, nem o Sr. Deputado Bruno Belo sabe o que diz!

Deputado Bruno Belo (PSD): Nem os técnicos superiores sabem!

O Orador: Nada diferencia a sua atividade laboral daquela dos colegas que integram o quadro da Função pública: nem o lugar onde desempenham as suas funções, nem o conteúdo dessas funções, nem as obrigações, as regras e os horários que regem a sua atividade.

Nestas circunstâncias, não conseguimos encontrar um único argumento para entender uma afirmação como a do Sr. Presidente da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, segundo o qual aqueles que tem vínculo laboral com as IPSS deverão ser remunerados com base Contrato Coletivo de Trabalho das IPSS, não se podendo comparar as IPSS com a Função Pública”.

Diferenciar trabalhadores com base num dado contratual originário, desmentido depois pela prática – como é claramente o caso dos técnicos superiores em questão – constituiria um precedente gravíssimo. Não nos parece de todo admissível que o Governo Regional queira sequer protelar a resolução de uma situação que, no melhor dos casos, tem os contornos de uma significativa irregularidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros Governo:

Não se pode alastrar até às relações entre trabalhadores efetivos, neste caso diferenciados pela entidade patronal da qual formalmente (e só formalmente) a má prática que repetidamente o PCP denunciou.

Referimo-nos às numerosas injustiças verificadas no âmbito daquelas situações em que alguém inserido num determinado contexto laboral, ao abrigo dos múltiplos programas que este Governo lançou, trabalha lado a lado com trabalhadores regularmente contratados, exercendo as mesmas tarefas, cumprindo os mesmos horários, mas sem beneficiar dos mesmos direitos.

Na situação em apreço, ainda mais grave se afigura tal prevaricação.

Concordamos, portanto, com a oportunidade e a urgência de se regularizar uma situação que nem deveria ter chegado a existir.

Solicitamos ao Governo Regional a tomar as oportunas medidas para que, como é pedido pelo proponente deste projeto de resolução, se dê início ao justo processo de integração na Administração Pública Regional dos técnicos superiores pertencentes a Instituições Particulares de Solidariedade Social, mas que se encontrem de facto a desempenharem funções no Instituto da Segurança Social dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por, nesta minha primeira intervenção, fazer um breve enquadramento à situação jurídica que enquadra toda esta situação e penso que vamos começar exatamente por aquelas que são as atribuições do Instituto de Segurança Social dos Açores, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações de natureza preventiva, terapêutica e promocional, numa perspetiva integrada e tendencialmente personalizada para a consecução de objetivos de ação social

e para esse efeito, ou seja, para esse objetivo e, no fundo, essa missão e essa tarefa do Instituto de Segurança Social dos Açores, está configurada a possibilidade de celebrar protocolos com IPSS's e Misericórdias na nossa Região. Essa possibilidade está legalmente consagrada no n.º 1 do artigo 13.º do Código de Ação Social dos Açores, que diz exatamente que o desenvolvimento da ação social pode implicar o recurso a subvenções de protocolos ou contratos de cooperação com quaisquer instituições particulares não lucrativas que desenvolvam atividades de ação social.

E é nesta perspetiva, e numa perspetiva de atuação em rede interinstitucional que o Instituto de Segurança Social dos Açores celebra protocolos de cooperação técnica com as IPSS's no âmbito das quais é definido uma atuação consertada e todos colaboram com meios materiais e financeiros e/ou humanos de forma partilhada e equitativa cabendo naturalmente ao ISSA a supervisão da execução técnica e financeira das referidas intervenções.

Concretamente e agora aproveitando para no decurso desta minha primeira intervenção ir dando resposta a algumas das questões que foram aqui colocadas: atualmente estão 167 colaboradores licenciados das IPSS's a trabalhar em cooperação com o instituto, que é muito diferente daquilo que foi dito, quer pelo Sr. Deputado António Lima, quer pelo Sr. Deputado Bruno Belo, aliás, eu tive hipótese de clarificar isso na comissão e é lamentável que os srs. deputados tenham trazido aqui esta questão da forma como trouxeram.

Deputado Bruno Belo (PSD): O problema é que a senhora não clarificou!

A Oradora: Nem todos estes trabalhadores, aliás, cerca de 50% deles não trabalham fisicamente no Instituto de Segurança Social dos Açores e tive de oportunidade de transmitir, exatamente, isso aos srs. deputados. De qualquer forma, considerando o universo dos 167 trabalhadores, e tive hipótese de vos transmitir isso mesmo, 67 deles trabalham na área da ação social e da emergência social, 63 integram equipas de rendimento social de inserção, 27 prestam reforço

técnico às comissões de proteção de crianças e jovens, 7 pertencem às equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais e 3 aos titulares cíveis. E porque é que eu vos trago aqui, exatamente, esta desagregação? Porque independentemente de fisicamente estarem fisicamente ou não estarem fisicamente no Instituto de Segurança Social dos Açores, o enquadramento para estas situações é diverso e importa, de alguma forma, clarificar. Os 63 trabalhadores que integram as equipas de rendimento social de inserção são na sua, eu diria, larga maioria, trabalhadores que estão nas IPSS's, aliás como penso que foi verbalizado pelo próprio presidente da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores – , cuja instituição que ele preside é exatamente responsável por uma equipa de rendimento social de inserção já há mais de dez anos e portanto, que enquadra essa equipa que trabalha fisicamente nas instalações do Lar D. Pedro V na Praia da Vitória e que trabalha em parceria com o Governo Regional na implementação desta medida de rendimento social de inserção. São equipas conhecidas como equipas de protocolo que normalmente são equipas multidisciplinares, compostas por um técnico de serviço social, um psicólogo e ajudantes sociofamiliares e que prestam apoio a um conjunto de famílias beneficiárias de rendimento social de inserção.

Portanto, este é um dos perfis. O outro tem a ver com o apoio às comissões de proteção de crianças e jovens e como referi são 27 técnicos nestas condições que estão distribuídos pelas várias comissões de proteção de crianças e jovens da Região e que, naturalmente também não trabalham nas instalações do Instituto de Segurança Social dos Açores, prestam apoio direto às comissões e não ao Instituto de Segurança Social dos Açores. São, de facto, financiados pelo Instituto de Segurança Social dos Açores no âmbito dos protocolos que são estabelecidos exatamente para reforço técnico das comissões de proteção de crianças e jovens. Portanto, temos aqui questões de natureza distinta.

Queria também aproveitar para dizer que os técnicos estão dispersos por um conjunto por todas as ilhas e portanto, prestando apoio nestas diferentes áreas de trabalho.

Esclarecendo também outra questão que foi aqui colocada e parece-me importante dizer que, quer no âmbito do rendimento social de inserção, quer no âmbito das comissões de proteção de crianças e jovens, este é um... por isso quando os srs. deputados dizem que é há mais de uma década, é exatamente por esta razão. Porque desde a génese do rendimento social de inserção, penso que muito pouco tempo depois, foram constituídas estas equipas que começaram de facto, a dar um apoio, neste trabalho de parceria entre o Governo Regional e as instituições de prestar apoio direto às famílias beneficiárias de rendimento social de inserção, portanto, de facto há mais de uma década, foi com a criação desta prestação social.

Outra questão que importa aqui transmitir tem a ver com o facto de, sim é verdade que havia este enquadramento claro ao nível das comissões de proteção de crianças e jovens e das equipas de rendimento social de inserção. No que diz respeito, designadamente às EMAT'S e aos titulares cívicos, as questões colocavam-se de outra forma e por isso, entendeu o Governo iniciar no ano de 2018 um processo de admissão de técnicos no Instituto de Segurança Social dos Açores que permitisse no fundo a regularização e a abertura para a regularização da situação desses técnicos.

E é por isso que em 2018 foram abertas 29 vagas de técnicos superiores nas áreas da psicologia e do serviço social. Destes 29 concursos abertos, 27 foram providos por técnicos abrangidos por aqueles protocolos, o que significa que mais de 90% - estamos a falar exatamente de 93% - das vagas a concurso, permitiram a regularização da situação daqueles técnicos.

Já no ano de 2019, e de acordo com o despacho n.º 236/2019, foram aprovados um total de 23 concursos para técnicos superiores do ISSA, todos a tempo

indeterminado, dos quais, apenas três não são das áreas abrangidas pelos protocolos das IPSS'S, designadamente nas áreas de gestão, arquivo e economia. Os demais, portanto 20 desses processos ou concursos aprovados, são de facto, nas áreas de psicologia e serviço social. Ou seja, foram aprovadas 20 vagas nas áreas de serviço social, psicologia ou sociologia e até à data de 27 de junho já se encontravam na seguinte situação os procedimentos: 15 já em concurso, ou seja com os avisos publicados na BEPA; 2 em procedimentos prévios de abertura dos avisos e 3 ainda não iniciados. Essas 20 vagas são também distribuídas pelas várias ilhas da nossa Região.

Queria dar nota ainda de algumas questões que foram aqui mencionadas e que dizem respeito às carreiras dos técnicos ou dos trabalhadores sociais, porque é assim que eles se designam na CCT

onde são enquadrados, dos técnicos sociais e a forma como esta questão é abordada, já foi abordada assim na comissão e já na altura eu tive oportunidade de tentar clarificar, mas pelos vistos não de forma cabal e vou tentar fazê-lo hoje aqui outra vez e que tem a ver com o seguinte: os técnicos superiores que trabalham nas IPSS'S não se limitam a estar abrangidos por estes protocolos, há largas centenas de outros técnicos que trabalham nas IPSS'S, quer na área de serviço social, psicologia, sociologia, ciências da educação, educação especial, reabilitação, enfermagem, professores, etc., e que têm enquadramento na categoria de trabalhadores sociais, portanto, naturalmente que à semelhança destes seus colegas, uns abrangidos por protocolos, outros por contratos de cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores, todos eles tem o mesmo enquadramento em termos de carreira e ao longo dos últimos, por exemplo desde 1998 até 2016, estes técnicos tiveram um ganho real das remunerações de aproximadamente 8,44, face aos colegas que tem carreira na função pública. E isto é importante que se refira, até porque de facto, as condições são materialmente distintas, para além das questões remuneratórias imediatas, há

também outras questões, designadamente diuturnidades e outros complementos de isenção de horário, coordenação, que são específicos das carreiras previstas na CCT ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem todos têm a mesma carreira!

A Oradora: ... e isto é importante que aqui se diga, designadamente o facto de não ser aplicado um plano de avaliação e das promoções serem automáticas e diretas e portanto, há aqui diferenças.

Deputado Bruno Belo (PSD): E isto resolve o assunto.

A Oradora: De qualquer forma, a questão foi aqui abordada, por um lado no plano da equiparação, mas penso que uma equiparação seletiva e exclusivamente para estes que se enquadram nos protocolos e que trabalham no Instituto de Segurança Social dos Açores. Eu tive a oportunidade na comissão de dizer que a opção do Governo foi distinta daquela que é preconizada e portanto, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata propõe aqui uma solução, que se inicie um processo de integração, quando na verdade o Governo já iniciou esse processo de integração com a abertura dos procedimentos que eu aqui fiz referência, quer em 2018, quer em 2019.

Eu queria ainda, a propósito do que aqui foi dito pelos srs. deputados, fazer mais uma ou duas considerações. Não se trata propriamente de um outsourcing de mão de obra barata e é preciso que se clarifique aqui as questões, e também não se trata de ninguém ter sido contratado às cegas, sem saber as suas condições contratuais, nem quem era a sua entidade patronal. E portanto, isto até é minorizar os técnicos que estão a trabalhar no terreno e que sabem muito bem por quem é que foram contratos e em que condições.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu entendo que estamos a falar de pessoas esclarecidas, que é legítimo que tomem agora diligências no sentido de verem melhorada, nesta fase,

as suas condições de trabalho, mas de qualquer forma eu acho que é de facto minorizar e até pôr em causa a inteligência das pessoas que foram admitidas, sabendo muito bem ao que iam, quem eram as suas entidades patronais, quais eram as suas funções e em que parcerias estavam integradas.

Como tive oportunidade de dizer na comissão, é natural que nesta fase que a estabilidade na administração, agora, é naturalmente outra, que é legítimo que tentem naturalmente uma solução, eventualmente diferente daquela que foi apresentada pelo Governo Regional e que está em prática e em curso pelo Governo Regional.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão, foi aqui referenciado por parte do Governo que o grupo parlamentar do PSD tem alguns problemas em relação ao projeto resolução em causa, em relação aos dados que coloca no texto do projeto de resolução, mas devo dizer que essa responsabilidade, em primeiro lugar do Governo, na medida em que há um requerimento de 2016, que o Governo nunca respondeu e esse requerimento de 2016 perguntava o seguinte: quantos técnicos superiores das IPSS'S e Misericórdias dos Açores prestam regularmente serviço nas valências do ISSA? A informação requerida no número anterior deve ser desagregada por categoria profissional, da instituição de origem.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É da legislatura passada!

O Orador: É da legislatura passada, diz-me o Sr. Secretário Berto Messias!

Bem, então ainda é mais grave porque se fosse só desta ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... legislatura já era grave, já passaram três anos, agora então algo que já vem da legislatura passada, o Sr. Secretário diz-me isto assim: “Bom, mas isso não é assim tão grave porque isso já é da legislatura anterior.” Ainda é mais grave, nesse sentido!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: Bem, mas devo dizer que existem depois aqui um conjunto de questões que nunca foram respondidas, mas há uma questão fundamental, portanto, se há falta de informação em relação a esta matéria é da responsabilidade do Governo porque o Governo não respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Sra. Secretária acabou de responder!

O Orador: Outra questão completamente diferente, tem a ver com a parte resolutiva desta questão. Eu não considero que o grupo parlamentar do PSD coloque a questão da melhor forma, porque a proposta de resolução do PSD o que diz é o seguinte: “Que se inicie o processo de integração na administração pública regional dos técnicos superiores que possuem vínculo laboral com as diversas IPSS’S e que desempenham funções de carácter permanente no ISSA.”

Deputado Francisco Coelho (PS): É inconstitucional!

O Orador: O que eu pergunto, Sr. Deputado, é qual é o mecanismo jurídico especificamente a que v.exa. se refere? É porque aqui, v. exa. não explica qual é o mecanismo jurídico que deve ser utilizado e em segundo lugar há uma questão de princípio para mim que é fundamental também, que é a integração na administração pública, na minha perspetiva, deve ser feita também tendo em conta critérios que são critérios universais de entrada: ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Concurso público!

O Orador: ...abertura de concurso, concorrer em igualdade de circunstâncias e portanto, não foi assim que os técnicos superiores entraram nas IPSS'S ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou o sr. defende que o processo concursal foi igual para os funcionários públicos e para os funcionários da IPSS'S? Foi igual?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nem tem que ser!

O Orador: Quer tratar de forma igual coisas que foram diferentes? Eu penso que há aqui uma diferença fundamental, portanto, não posso concordar com v.exa., em relação a esta matéria. Não posso concordar, discordo em absoluto porque o que o sr. deputado faz aqui é, “chuta” aqui uma formulação que não tem nenhuma sustentação jurídica, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Inconstitucional!

O Orador: ... que se inicie o processo de integração, dizia a Sra. Secretária: “ah, nós já estamos a fazer isso porque nós já colocámos 27 técnicos superiores em 2018, vamos colocar 37, portanto nesse sentido nós já estamos a fazer isso”, diz a Sra. Secretária.

De facto, se interpretarmos de acordo com o que o sr. deputado, com a proposta que v.exa. fez, já iniciou o processo de integração, através do quê? De concurso, concurso público. Parece-me correto, o que não me parece correto e é a proposta que vamos apresentar também neste Parlamento, depois da discussão deste diploma, é que o processo de integração seja tão lento. O que nós vamos propor é que a abertura do número de vagas seja muito superior, é isto, e que esteja devidamente calendarizado, é a diferença, ou seja, nós queremos uma calendarização do número de vagas e do esforço que o Governo vai fazer para a entrada destes técnicos através de concurso público, precisamente. Nós concordamos com o método, consideramos é que não está a ser suficientemente rápido.

Em relação ao procedimento que o PSD aqui nos propõe, pois ele não tem identidade jurídica e não nos parece correta a forma como o PSD está a colocar esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

De facto, este problema da integração dos técnicos superiores é um problema que já se arrasta há algum tempo, mas também é verdade que a proposta que aqui nos apresentam é uma proposta simplista. É uma proposta simplista que não, obviamente, permite resolver o assunto. E não permite resolver o assunto porquê? Porque mete tudo no mesmo saco, como se fossem iguais e os técnicos superiores não são todos iguais. E portanto, dizer que se resolve o assunto e eu vou aqui citar a equiparação, quer de vencimentos, quer de estatuto, mas qual estatuto? Qual é o estatuto a que o Sr. Deputado Bruno Belo quer equiparar os técnicos superiores das IPSS'S à função pública? A qual estatuto? À carreira técnica superior? À carreira técnica do regime geral? À carreira técnica superior de saúde? Quer dizer, a qual estatuto e a quem? E quem é que transita de uma para outra e como? Porque eles não são todos iguais e alguns deles têm na função pública carreiras diferentes, ou seja, isto de facto, como aqui já foi dito, que o Governo inicie o processo de integração. Ora, o processo de integração nalguns casos, em alguns casos já foi iniciado e já foi iniciado da maneira que tem que ser iniciado: de uma maneira equitativa e por concurso, onde conta, não apenas a habilitação profissional, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Experiência!

O Orador: ... a habilitação académica, o currículo e não apenas o currículo, conta também a formação académica. E com a formação académica implica ser

integrado numa carreira diferente e obviamente que isto tinha sido resolvido de outra maneira se não andássemos aqui à procura da “camisola amarela”...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, esse é que é problema. O senhor esqueceu-se!

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e quem é que leva a bola, quem é que fica com a bola e quem é que leva a bandeira?

E portanto, vir para aqui com um projeto simplista e que a resolução é esta: que inicie o processo de integração na administração pública dos técnicos superiores. E eu pergunto: quais técnicos superiores? É a primeira pergunta, quais técnicos superiores? De que áreas é que são? E quantos são? E como é que pretende integrá-los? Porque isto tem que ser explicado aqui.

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa pergunta o senhor tem que fazer é ao Governo. O PSD fez o requerimento e o Governo não respondeu!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o diploma é do PSD!

O Orador: Porque se não, não vale a pena porque um projeto de resolução desses, simplista da maneira que ele é, eu diria que, enfim, não dá nenhum trabalho fazer e, se me permite, é muito simples fazer isso em cinco minutinhos. E portanto, isto não resolve nenhum problema, pode resolver de uma parte deles, naturalmente, não resolve da outra parte mais significativa, onde talvez, como aqui também já foi dito, a diferença de vencimento (porque a diferença de carreira é diferente) é maior e é isso que é preciso. Não é, agora transita tudo porque agente quer que transite tudo da mesma maneira, quer dizer, e os outros? Então assim uma maneira de entrar para a função pública era ia-se para uma IPSS e depois o Governo passava tudo para a administração pública sem critério, sem regra e sem atender à formação académica de cada um e como é que se faz e portanto, eu gostaria que o PSD me explicasse como é que faz a transição de cada um dos técnicos, falou-se aqui em sociólogos, em psicólogos, em assistentes

sociais. Eu gostaria de perguntar como é que faz a transição de cada uma dessas categorias profissionais?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução que o PSD aqui traz e até como já foi explanado tanto pelo Governo, quer por outros partidos representados nesta Casa, decorre de um processo que já decorre há algum tempo, que é verdade, que inicia-se no âmbito de protocolos celebrados entre as IPSS's e o Governo Regional em áreas muito específicas, como a questão do rendimento social de inserção e das CPCJ's que em função do volume de processos que foram tendo ao longo do tempo, foi necessário socorrer-se a estes protocolos com uma supervisão técnica do ISSA para colmatar eventuais necessidades.

Além destas áreas também, e como já explicado pela Sra. Secretária Regional, na questão das equipas multidisciplinares e de apoio aos tribunais e titulares cíveis e também na vertente da emergência social e da ação social. E estes protocolos foram sempre também consagrados com o espírito também de uma necessária interligação do trabalho que é feito ao nível das políticas sociais da Região que naturalmente reverte a favor das pessoas às quais são destinadas essas políticas e naturalmente que essa questão acabou por, e nós também reconhecemos a pretensão de alguns técnicos nesta matéria, levou a que hoje esses técnicos queiram alterar a sua situação passando para uma situação de integração na administração pública regional.

É preciso também não esquecer que também houve aqui um período neste tempo em que também não era possível a administração regional fazer contratações para os seus quadros e o PSD também devia saber isso melhor do que ninguém.

Em 2018, como também já foi dito, este processo foi iniciado, foram admitidos nesse âmbito 27 técnicos para o ISSA.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo também já deu conta, em sede de comissão e aqui hoje, que em 2019 pretende dar seguimento abrindo mais procedimentos em áreas específicas direcionadas para os técnicos que têm essa qualificação e portanto, parece-nos que é assim que as coisas se resolvem. Aliás, Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Deputado Paulo Estevão referiram e bem, este projeto de resolução do PSD é inócuo, na nossa opinião trata-se de pretender ser o primeiro a chegar com a “bandeirinha à meta”, mas a verdade é que esse é um processo que já está iniciado e não foi iniciado não foi agora depois do PSD apresentar este projeto de resolução, já tem um histórico anterior e nós entendemos que é subjacente utilizando naturalmente os critérios legais necessários que é a abertura de concursos públicos necessários para que estes técnicos possam ter o direito a concorrer e a regularizar a sua situação caso tenham as condições para tal.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu reconheço que o incomode o PSD ter apresentado esse projeto de resolução.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Afinal, o sr. não fez nada, o sr. até agora não se lembrou desses srs., desses técnicos. Mas há mais sr. deputado, o sr. deputado as perguntas que me fez são exatamente aquelas perguntas que na legislatura passada o PSD já tinha feito e que o Governo não respondeu, portanto o sr. hoje reitera essas perguntas ao Governo, não é ao PSD. Porque não foi o PSD que criou essa situação, sr. deputado ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Propõem a legislação e não querem ser questionados!

O Orador: ... mas há mais sr. deputado, na comissão o CDS não fez essas questões, porque é que não confrontou essas questões na comissão à sra. secretária? Porque é que não fez essas questões à sra. secretária? Dos números técnicos? Quais eram as categorias? Qual foi a posição do CDS?

Oh, sr. deputado eu só lhe queria ainda relembrar, o sr. não ouviu, eu percebi quando estava na tribuna e o sr. não ouviu a minha intervenção e chegou mais tarde, mas vou-lhe dizer, o PSD entende que a equiparação só pode ser alcançada de uma única forma: o Governo tem de proceder à integração plena destes técnicos nos quadros da administração pública de acordo com a legalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual legalidade?

O Orador: Ora, Sra. Secretária, a Sra. Secretária depois da minha intervenção anunciou aqui um conjunto de algumas desculpas ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Desculpas?

O Orador: ... para aquilo que o Governo não fez. Oh, Sra. Secretária, o PSD não celebrou protocolos com IPSS's para contratar técnicos superiores para trabalhar para a administração pública, não foi o PSD, foi o Governo, Sra. Secretária, foi o Governo!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): E com muita honra, Sr. Deputado Bruno Belo! É verdade que foi o Governo!

O Orador: E agora, a pergunta que lhe faço é a seguinte, Sra. Secretária: estes técnicos que tem uma relação laboral com as IPSS's, mas que desempenham funções para o ISSA, são ou não são necessários, Sra. Secretária? E se são necessários, qual é o constrangimento que o Governo tem em disponibilizar as vagas no número exatamente igual ao número desses técnicos para que eles possam ter a possibilidade de concorrer à administração pública todos na mesma altura?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Bruno Belo, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Diga, Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... vou-lhe dizer uma coisa: às vezes mais vale não fazer nada, do que fazer asneira.

Deputado Bruno Belo (PSD): E foi isso que o senhor fez. Se tinha ficado sentado não tinha feito!

O Orador: E portanto, neste caso foi asneira do princípio até ao fim. Fundamentou mal a sua resolução e propõe mal a sua parte resolutiva porque as perguntas que eu lhe fiz, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor que não fez nada é que está certo!

O Orador: ... o sr. no dia trabalhar o décimo do que eu já trabalhei neste legislatura, o sr. ganha um prémio. Um décimo!

Mas, sr. deputado, volto a dizer, isto é um projeto simplista de quem quer fazer demagogia ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e não quer resolver o problema dos açorianos, nem o problema desta gente porque se o sr. quisesse, dizia quais as categorias profissionais que estão aqui envolvidas? Assistentes sociais ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Pergunte ao Governo. O Governo não nos dá informação!

O Orador: ... estou-lhe a perguntar a si e vou-lhe dizer mais uma coisa ainda, o sr. ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Srs. Deputados, o debate está aberto, por favor inscrevam-se se querem participar.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

O Orador: Eu queria dizer ao Sr. Deputado Bruno Belo que também há remédio para o nervosismo e portanto, eu posso acabar a minha intervenção calmamente e como aliás o ouvi, sem fazer nenhum comentário.

E portanto, o que aqui está não resolve porque o Governo legisla e é como aquela pessoa que diz: “então qual é a lei que se aplica neste caso? É a lei geral”, que é sempre aquele chavão que agente aplica. Agente “tira da algibeira”, é a lei geral. A lei geral serve para tudo! Mas, sr. deputado aplicam-se aqui diversas leis, sabe porquê? Porque há carreiras específicas e às carreiras específicas e conforme a sua categoria na função pública, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Tal e qual!

O Orador: ... se são de grau 1, de grau2 ou de grau 3, elas têm regras diferentes e portanto, não é a lei geral que se aplica, é a lei das respetivas carreiras e das respetivas categorias e era isso que devia estar aqui escrito, era isso que devia estar aqui discriminado...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas alguém o impediu de o fazer?

O Orador: ... e é isso que não está aqui discriminado e portanto, eu não pergunto ao Governo, pergunto ao proponente. E devo-lhe dizer mais uma coisa: eu pergunto ao proponente onde eu quiser, ou aqui ou na comissão.

Deputado Bruno Belo (PSD): E eu também!

O Orador: E na comissão eu pergunto quando eu quero e entendo e talvez é mais produtivo perguntar ao proponente aqui, que é para os açorianos perceberem o que é que o proponente sabe e o que é que propõe e aqui é que agente quer saber. O que é que o proponente sabe, quantos psicólogos são, quantos assistente sociais são, quantos educadores de infância são ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Quantos enfermeiros são!

O Orador: ... e como é que resolve o problema de cada um deles, como é que os integra? É isso que nós queremos saber e é a resposta e são as perguntas que eu lhe continuo a colocar e quando eu entender fazer perguntas ao Governo, vou fazer, mas não é ainda. Estou à espera que o sr. me responda.

Muito obrigado.

Deputado António Almeida (PSD): E tem o direito de não responder. É liberdade de expressão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, v. exa. o que disse foi nada às questões que se lhe colocou.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, não. Através de concurso público!

O Orador: O que se perguntou a v.exa. é como é que queria resolver o problema e o sr. responde: “De acordo com a lei”. Qual lei? Como é que diferencia as situações? Olhe, eu vou-lhe dar um exemplo ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... alguém que entrou, por exemplo, o ano passado nestas funções com um currículo académico não muito relevante e sem muita experiência, aproveita o elevador de v.exa. e entra diretamente na função pública e alguém que já está com formação profissional nesta área e que está fora e está à espera do concurso é ultrapassado porque a pessoa em causa tinha entrado através do elevador que v.exa. está a querer promover, sem concurso público, sem nada, assim na selvajaria, assim uma espécie de faroeste. Não, v. exa. está completamente enganada! O que eu lhe digo é que isso não é uma atitude de um partido como o PSD que tem legítimas aspirações de entrar o Governo, não é através de uma selvajaria deste tipo, uma coisa sem regras, uma coisa sem qualquer tipo de informação, não é assim que v. exa. se deve comportar nem o seu partido se comportou historicamente. É um partido de responsabilidade institucional e v. exa. o que aqui vem dizer é: “Isto faz faz-se à balda! Como é que se faz?”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A lei geral!

O Orador: Com a lei!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a lei geral!

O Orador: E como é que é a lei? É a lei!”

Portanto, eu não posso apoiar esta irresponsabilidade por parte de v.exa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Carlos Silva (PS): Bruno, estás sozinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, em primeiro lugar minorizar os trabalhadores é contratar pessoas através de IPSS's para lhes pagar menos, isso é, pura e simplesmente, minorizar

os trabalhadores e para que fique claro quando se quer valorizar as carreiras, quando se quer dar-lhes os mesmos direitos, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não é assim!

O Orador: ... as mesmas carreiras, os mesmos salários, isso não é minorizar os trabalhadores e peço desculpa, não aceito que diga que o Bloco de Esquerda fez foi minorizar os trabalhadores.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não falei no senhor!

O Orador: Estamos a defender uma questão que é tão simples, trabalhado igual, salário igual.

Mas, gostaria de também perceber mais algumas questões que derivam da sua intervenção: referiu a Sra. Secretária que muitos destes trabalhadores não prestam serviços nas instalações do ISSA, não trabalham nessas instalações, como por exemplo as CPCJ's. A que chefia respondem esses trabalhadores que trabalham e prestam apoio às CPCJ's? Que chefia é que é a sua?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): É a CPCJ!

O Orador: Quem realiza a sua avaliação? E também gostaria de perceber, ao abrigo dos protocolos que foram criados e estabelecidos com as IPSS's, quem é recrutou? Quem é que fez a seleção das pessoas? Porque o Sr. deputado Paulo Estêvão lançou aqui uma suspeita de que essas pessoas poderiam não ser até, em última análise, competentes para o lugar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu não disse isso!

O Orador: Eu não acredito, não acredito que o Instituto de Segurança Social tenha celebrado protocolos com IPSS's sem garantir que as pessoas têm a qualificação necessária, em primeiro lugar, e obviamente são pessoas que têm capacidade para exercer essas funções, por isso pergunto, quem fez a seleção dessas pessoas, desses trabalhadores? Quem foi que dirigiu ou apoiou ou estabeleceu um protocolo com a IPSS para esse processo de recrutamento?

E uma última questão, que fiz na minha primeira intervenção e não foi respondida, o Governo Regional diz que está a resolver o problema. Em primeiro lugar, pergunto se vão ser abertos os concursos para os 167 lugares? Uma vez que são 167 pessoas que são necessárias porque, de uma forma ou de outra, estão nesta situação, embora como referiu haverão pessoas que trabalham nas instalações do ISSA, outras não, certo? Mas quantos concursos vão ser abertos e qual é o prazo de conclusão?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Já disse! Já lhe respondi!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu venho a este debate essencialmente por duas razões: em primeiro lugar, para assumir que o grupo parlamentar do Partido Socialista tem por todos os técnicos que trabalham na aérea social, o maior respeito ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Tem, mas não faz!

O Orador: ... e consideração e considera-os imprescindíveis para todo o trabalho que é feito nas 311 instituições particulares de segurança social que existem registadas na Região.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista e o grupo parlamentar querem deixar aqui muito claro que nós aceitamos tudo aquilo que vá ao encontro do que a lei permite e na senda do que já estamos a fazer.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: Que fique isto decididamente claro.

Há uma outra situação que me parece importante esclarecer: em primeiro lugar da intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo, só lhe queria dizer que da sua

intervenção de tribuna, estava à espera quando o sr. disse que apresentavam aqui as soluções e perguntar qual ou quais são as soluções que os srs. apresentaram? Porque, até agora, eu não ouvi nenhuma.

Em segundo lugar, gostaria de esclarecer para que todos fiquem com uma noção (para não termos a ideia e estarmos a passar aqui terminologias que são erradas), estamos a falar em técnicos superiores das IPSS's.

Meus Srs., Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há técnicos superiores no Código de Trabalho, na Convenção que está aprovada e que está em vigor. Estes técnicos não são técnicos superiores, os únicos técnicos superiores existem, exclusivamente, no setor público. Não estejamos aqui a confundir situações que não são confundíveis, nem são comparáveis.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos disponíveis para encontrar as melhores soluções e aquelas que forem possíveis dentro da legalidade, não estamos aqui é a correr de facto, como disse o Sr. Deputado Artur Lima, “com a camisola amarela para chegarmos primeiro à frente com a bandeirinha”. Vamos resolver e solucionar os problemas dentro daquilo que é a legalidade e dentro daquilo que o Governo já vem fazendo desde 2018. Por isso, Sras. e Srs. Deputados, penso que esta é uma situação complexa, é verdade que é complexa, mas o Governo e o Partido Socialista, todos nós estamos empenhados em resolver rapidamente, dentro do que é possível, fundamentalmente, com sustentabilidade esta situação.

Por último, depois de ouvir as intervenções do Sr. Deputado António Lima, ao qual eu iria-lhe fazer um pequeno elogio, mas vou retirar esse elogio e vou-lhe perguntar, se o sr. deputado mantém aquilo que disse em comissão e que vou citar e que está escrito no relatório: “Reconhece a vontade do Governo Regional em resolver a situação”?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Três breves notas: a primeira, Sr. Deputado Bruno Belo, o Governo não traz aqui desculpas, da mesma maneira que não levou qualquer desculpa à comissão. Disponibilizei-me para prestar todos os esclarecimentos que foram colocados pelos srs. deputados, inclusivamente os elementos estatísticos sobre esta matéria. Aliás, tive a preocupação de dizer que as referências que eram feitas na introdução da proposta de resolução estavam, de facto, incorretas. Dei os números concretos e já percebi que, quer o Sr. Deputado Bruno Belo, quer o Sr. Deputado António Lima abusaram daquela que foi a informação que eu disponibilizei, utilizando-a de forma errada, ao vosso jeito, aqui neste plenário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: De qualquer forma, eu tive o cuidado de trazer para conhecimento de todos os srs. deputados aquilo que é a realidade e por isso agradeço que ajuízem e façam esse juízo correto daquela que é a matéria que está aqui em discussão.

Depois, queria naturalmente também dizer que o Sr. Deputado António Lima propôs uma solução na sua intervenção inicial que não está aqui propriamente em discussão, mas já agora, gostava de a trazer porque aborda uma questão que é essencial, aborda a precariedade. Estamos aqui a falar de um assunto em que não se aplica, de facto, a precariedade, não há precariedade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é precariedade!

A Oradora: ... entre estes trabalhadores das IPSS's, isso não se coloca e portanto, eu percebo que tentar-se fazer aqui uma analogia, talvez não foi a mais feliz porque de facto, não se coloca aqui a questão da precariedade. E aproveitava também para lhe responder à questão que me coloca e que tem a ver com, por exemplo, como colocou a questão dos técnicos que estão a prestar apoio às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Eu penso que o sr. deputado terá conhecimento que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens tem um enquadramento legal específico, não é propriamente uma lei geral, mas tem um enquadramento legal específico, enquadramento legal esse que determina que existem comissões alargadas e que nessas comissões estão representados um conjunto de entidades, ou seja, a realidade é um bocadinho diferente, as comissões não dependem do Instituto de Segurança Social dos Açores, dependem da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, são figuras jurídicas com enquadramento muito específico e estes técnicos prestam apoio a estas comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Depois, o sr. aproveita para colocar a questão da avaliação. Quem avalia estes técnicos, e eu tive o cuidado na minha primeira intervenção e no enquadramento sobre o regime laboral específico destes técnicos, de vos dizer que não é propriamente aplicado a estes colaboradores das IPSS's um plano de avaliação com implicação direta no plano de promoção, ou seja, o que é que isto quer dizer? Quer dizer que estes técnicos beneficiam de promoções automáticas, ao contrário dos técnicos superiores na administração pública regional e tive a oportunidade também de dizer que são regimes muito diferentes, aquele que está previsto na CCT e aquele que é o regime dos trabalhadores da administração pública regional e portanto, quando estamos a falar em promoções automáticas estamos a falar dentro de aquilo que é a carreira prevista para estes técnicos das IPSS's na respetiva convenção coletiva de trabalho, que é distinta, por exemplo os enfermeiros tem uma carreira distinta daquela que tem os outros técnicos a que

eu já fiz aqui referência e que portanto, naturalmente que as questões que foram suscitadas aqui, quer pelo CDS, quer pelo PPM, relevam para a discussão que nós estamos aqui a ter que de facto, são situações distintas e que merecem da nossa parte uma abordagem que seja consensual e justa entre os trabalhadores da administração pública e aqueles que são os trabalhadores das IPSS's e portanto, nós pensámos que a solução preconizada pelo Governo é a melhor solução para este problema....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a melhor! É a que resta!

A Oradora: ... e foi por isso que nos empenhamos na sua concretização. Iniciamos este processo em 2018 porque entendemos que de facto, era a melhor solução, naturalmente que acreditamos que poderão surgir outras e haver outras e entendeu o Governo que esta era a melhor solução.

Também tive oportunidade na comissão de dizer que é preciso que se note o enquadramento, e eu referi isto aqui, ainda que brevemente, todos estes trabalhadores das IPSS's tiveram, enquanto os trabalhadores da administração pública regional estiveram congelados nos seus processos de promoção e de progressão, estes trabalhadores das IPSS's continuaram a progredir...

Deputado Bruno Belo (PSD): Então havia isso!

A Oradora: ... e isto é um aspeto que é relevante e são os mesmos que estavam sentados alguns deles ao lado dos colegas que não estavam a progredir e portanto, é preciso que se note que este é um aspeto relevante em todo este domínio.

Eu também tive oportunidade, dizia o Deputado Bruno Belo na comissão, e é do conhecimento de todos os srs. deputados que o processo de admissão na administração pública teve algumas condicionantes aqui, durante um determinado período, que não foi irrelevante para este processo. Foi possível iniciar o processo em 2018, queremos dar continuidade ao processo ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Graças ao PS!

A Oradora: ... e estamos naturalmente, abertos às questões que nos queiram colocar.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária eu fiz-lhe a mesma questão na comissão, a Sra. Secretária não me respondeu, voltei a reiterá-la cá, a Sra. Secretária não me respondeu, pela terceira vez vou-lhe fazer essa questão: Esses técnicos são ou não são necessários à administração pública?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quais técnicos?

O Orador: Segunda questão: Se são necessários qual é o constrangimento que o Governo tem em disponibilizar os números de vagas exatamente igual ao número de técnicos que necessita na administração pública?

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quais técnicos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu agradeço muito a pergunta do Sr. Deputado Bruno Belo porque me permite responder também a outra questão que foi levantada por si e que tem a ver com o requerimento do PSD apresentado no final da legislatura passada e é importante talvez, teria sido útil, que o sr. deputado dissesse o conteúdo do mesmo – era importante – e a data em que o PSD o apresentou, que foi a 6 de setembro de 2016, portanto a um mês de eleições e portanto, já foi aqui dito que não foi

respondido, de facto, dentro do prazo pré-eleitoral mas não houve dilação nenhuma naquilo que são os prazos normais de resposta. Isto é importante que fique aqui dito, até porque o que eu lhe quero dizer é que, cai o requerimento com a legislatura, mas eu disponibilizei-me (o requerimento cai e o sr. sabe que sim)...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sim.

A Oradora: ... para na comissão dar todos os dados que disponho sobre essa matéria, aliás como já o fiz aqui. Portanto, não houve qualquer vontade de omitir ou de se negar informação aos srs. deputados, teve a ver com a circunstância do grupo parlamentar do PSD ter apresentado um requerimento na data em que o fez e mais nada. Aliás, os srs. deputados se quiserem fazer justiça sabem que este departamento do Governo tem, de facto, respondido a todas as questões, inclusivamente que o grupo parlamentar do PSD tem colocado, no devido tempo e na devida hora, sem qualquer fuga em frente.

E queria aproveitar para lhe dizer: naturalmente, que eu tive oportunidade de lhe responder isto na comissão, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas o Governo não respondeu. Eu sei o que é que estou a dizer.

A Oradora: ...está a dizer que eu não respondi, mas eu respondi!

Deputado Bruno Belo (PSD): Veja o relatório!

A Oradora: Eu respondi que se os técnicos não fossem necessários, nós não estávamos a abrir vagas para os mesmos. Portanto, estamos a fazê-lo com a devida parcimónia e até me recordo muito bem do sr. deputado ter colocado a questão nesses termos e de eu ter aproveitado para lembrá-lo daquilo que eram as recomendações, inclusivamente do sindicato, em memorando recente sobre essa matéria e que refere que o Governo deve ser parcimonioso e cuidadoso nas vagas que abre para a administração pública regional e portanto, naturalmente que o Governo está exatamente a ser parcimonioso e cuidadoso na abertura de vagas para a administração pública regional e inclusivamente nesta matéria, que

é uma matéria que reconhecemos sensível e que só isso é que justifica que num ano tenhamos aberto quase 30 vagas e no outro 20 vagas para resolver esta questão. Estamos a falar em dois anos de 50 vagas, o que é bastante substancial. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção para em primeiro lugar responder ao Sr. Deputado Domingos Cunha. A Sra. Secretária referiu em comissão que o Governo estava disponível e que iria começar, aliás ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não ia começar. Já tinha começado.

O Orador: ... estava a começar um processo, ou já tinha começado um processo de integração. Obviamente se ele já começou não se pode fazer mais nada, se não reconhecer que ele já começou e que está em curso.

(Aparte inaudível)

Oh sr. deputado, não pense que com isso que me atrapalha de alguma forma. Agora a solução, e como disse em comissão, peca em primeiro lugar por tardia porque arrasta-se há muitos anos, há mais de dez anos, é em primeiro lugar tardia e em segundo lugar, para nós, não é a melhor solução. Ficar tudo na mesma não seria certamente a melhor solução também, seria aliás, muito pior, mas a solução que é aplicada pelo Governo Regional, para nós, não é a melhor solução. E aproveito para isso para responder também àquilo que disse a Sra. Secretária porque efetivamente o PREVPAP quando foi aplicado no continente aplicou-se a situações de trabalhadores que não eram precários, mas que desempenhavam funções em regime de outsourcing em hospitais públicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas outsourcing é diferente.

O Orador: Centro Hospitalar do Oeste, meus srs., podem procurar, foram integrados dezenas de trabalhadores e de trabalhadoras no Centro Hospitalar do Oeste que não eram precários que prestavam serviço em regime de outsourcing. Daí o precedente da lei está aberto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a mesma coisa! Outsourcing é um regime de trabalho!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Não é outsourcing, é um contrato de trabalho!

O Orador: ... se ele fosse aplicado aos Açores, como propôs o Bloco de Esquerda, seria possível fazê-lo e infelizmente não foi vontade da maioria, chumbou a proposta do Bloco de Esquerda, não permitiu e daí estarmos nessa situação com uma solução que está a ser implementada, mas que para nós está longe de ser ideal.

Sra. Secretária reitero a minha pergunta, se o ISSA teve algum papel no recrutamento desses trabalhadores para as IPSS's que são a sua entidade patronal? Que papel teve o ISSA no recrutamento desses trabalhadores, até para que não restem dúvidas que eles são, obviamente, competentes para as funções que desempenham.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Oh, Sra. Deputada Renata Correia Botelho nós não vamos retirar a proposta porque nós estamos verdadeiramente preocupados com os técnicos das IPSS's.

Oh, Sra. Secretária, a Sra. Secretária acabou de admitir que nesta altura o Governo não tem condições para disponibilizar o número de vagas, exatamente igual ao número de técnicos que desempenham essas funções nas IPSS'S mas

para a administração pública e como é que explica que no dia 1 de abril de 2019, portanto recentemente, tenham sido admitidos técnicos para IPSS's para trabalhar novamente na administração pública?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária Regional agora é para si ...

(pausa início)

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Porque será que apresentaram o requerimento em setembro?

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah, porque setembro não faz parte do período legislativo!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Já faz parte do período eleitoral!

O Orador: ... este assunto é um assunto que naturalmente preocupa todos nós, naturalmente preocupa o Governo, preocupa o PSD, preocupa toda a gente, mas v.exa., eu julgo que a maneira certa de resolver isso é por concurso público, não podem as IPSS's servir de trampolim para um lugar na função pública, é por concurso público transparente. Agora, Sra. Secretária, são quase 200, não é em dois anos abrir 50 que vai resolver o assunto e portanto há aqui dois problemas: quem criou o problema e quem aceitou o problema. Quem criou o problema naturalmente, foi o Governo e quem aceitou o problema são as IPSS's e portanto, há aqui dois cúmplices e há uma vítima, que são os trabalhadores e o que é preciso, Sra. Secretária, é que se abra vagas de uma vez por todas para resolver

com equidade e justiça todos esses casos, é isso que estes trabalhadores querem, aplicando especificamente a lei adequada e o regime adequado a cada uma delas. A pergunta que lhe faço, confesso o meu desconhecimento dos concursos que abriram, mas abriu concursos para que área? Assistente social? Psicologia? Queria que me especificasse era quantos para psicologia? Quantos para assistente social? Quantos para educador de infância? Quantos para enfermagem? Era o que eu agradecia que me pudesse dar estes números para eu perceber como está a ser feito o assunto e se está a ser feito com equidade e como deve ser feito. Não é, vamos agora “tudo ao molhe e fé em Deus” e nós somos os melhores que apresentamos um projeto de resolução para resolver o problema a toda a gente e no fundo, não resolvemos o problema a ninguém. Só devemos meter barulho no sistema e não conseguimos resolver, portanto agradecia que a Sra. Secretária me esclarecesse essas três ou quatro questões que lhe coloquei.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu penso que estamos aqui a chegar a algumas conclusões: em primeiro lugar o PSD já não coloca em causa o princípio fundamental do concurso público...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nunca colocou.

O Orador: No vosso texto é evidente....

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor está preocupado é porque não fez nada!

O Orador: ... que v.exa. defende uma solução que não passa pelo concurso público e portanto, o próprio Dr. Bento Barcelos o que dizia em comissão era o seguinte, valorizando em concurso aqueles que já trabalham na área. Obviamente, isto considero que é uma proposta coerente, a sua não!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor está chateado porque nós trabalhámos!

O Orador: E portanto, a sua não era nada.

Agora, a questão fundamental é esta, da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista já verifiquei que existe abertura para fazer duas coisas que considero fundamentais para resolver esta questão: em primeiro lugar, acelerar o processo de integração, portanto, ou seja, abrir mais vagas; e em segundo lugar, calendarizar devidamente este processo para que as pessoas possam planear as suas vidas e possam ter um conjunto de expetativas equilibradas.

Portanto, há uma solução que tem estas três vertentes: concurso público, aumentar o ritmo de integração das pessoas na função pública através de concurso público e em segundo lugar, definir uma calendarização para que as pessoas tenham expetativas que correspondam à realidade e portanto, da nossa parte, nós estamos disponíveis para elaborar esta proposta em conjunto com outras forças políticas para encontrar então uma solução credível ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que diferencie aquilo que tem que ser diferenciado e que corresponda também às expetativas das pessoas, mas obedecendo às regras do Estado de direito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Sobre as questões que me foram aqui colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima quanto à salvaguarda da justiça e da equidade nos procedimentos e eu dei aqui o exemplo do ano de 2018, onde foram abertas 29 vagas na área do serviço social e psicologia e que foram admitidos 27 técnicos que provinham de protocolos de IPSS's, o que quer dizer que dois...não foi esse o caso, ou seja, não estavam

inseridos neste tipo de protocolos. Quero com isto dizer que, naturalmente que os técnicos estão bem preparados, é evidente que sim, tem a experiência profissional, tem o conhecimento que automaticamente os favorece no processo, mas a isenção é total no procedimento de admissão, tanto é que naturalmente se surgirem outros, até porque podem vir de outra zona do país e que estiverem igualmente bem qualificados para as funções a desempenhar, pois naturalmente que são as regras concursais normais nesta matéria e portanto, está de facto, salvaguardado.

No que diz respeito às vagas para 2019, as 20 vagas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantas?

A Oradora: ... na área do serviço social, psicologia ou sociologia, tem exatamente aqui que são 13 vagas na área de serviço social, 3 de psicologia, 1 de sociologia/psicologia e três que são as que ainda não foram iniciadas e portanto, temos de facto, essa preocupação, entendemos que é de facto a forma mais justa de proceder à admissão e eu queria aqui, talvez por fim, deixar apenas uma breve nota: nem todos, e eu aliás comecei por dizer isso, nem todos os 167 colaboradores que se encontram abrangidos por estes protocolos se encontram ao serviço nas instalações do Instituto de Segurança Social dos Açores. Acabei por referir que são cerca de metade deles e portanto, a questão coloca-se a metade deles e não a estes 167 e daí que tenhamos vindo progressivamente a proceder à abertura das vagas com a parcimónia que é necessária e naturalmente, com o devido enquadramento financeiro que esta questão também tem que ver assegurada.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sendo assim vamos passar à votação deste projeto de resolução:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução foi rejeitado com 29 votos do Partido Socialista e 1 do PPM, 4 abstenções do CDS-PP e 19 votos a favor do PSD, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 10 da nossa Agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

O progresso e a modernização do setor agrícola nos Açores e a melhoria das condições socioeconómicas dos agricultores e das populações que trabalham na agricultura constitui um objetivo estratégico do Governo dos Açores.

Para atingirmos este objetivo é essencial assegurar a proteção dos solos que apresentam melhores condições para o desenvolvimento da atividade agrícola.

Nos Açores esta circunstância assume especial relevância em virtude dos solos com maior aptidão para a agricultura que integram a reserva agrícola regional representam cerca de 38 mil hectares, ou seja, cerca de 17% do território regional.

A RAR é um instrumento essencial para garantir a disponibilização de solos de grande potencial agrícola para os agricultores que tem contribuído para a fixação de pessoas na agricultura, para a valorização da paisagem, para o melhoramento da estrutura fundiária e para o desenvolvimento da agricultura e da Região no seu todo.

Volvidos seis anos após a primeira alteração ao regime jurídico da reserva agrícola regional importa introduzir ajustamentos mantendo, contudo, as linhas gerais do modelo em vigor que permita assegurar os princípios gerais da RAR.

Desde logo, preservar e reforçar os mecanismos de proteção daquelas que são as melhores manchas de terrenos vocacionados para o desenvolvimento da atividade agrícola, condição necessária para garantirmos o futuro da agricultura de forma mais sustentável.

Importa referir que esta iniciativa legislativa contou com a experiência adquirida ao longo de cerca de uma década, na gestão da RAR pelo IROA e com a colaboração de diferentes organizações de produtores, nomeadamente a Federação Agrícola dos Açores.

Como sempre, valorizamos muito os contributos dos principais agentes do setor para melhor definirmos as políticas públicas que sirvam verdadeiramente a agricultura nos Açores e estimulem o seu progresso.

As alterações propostas ao regime jurídico da reserva agrícola dos Açores são também uma consequência das novas dinâmicas económicas e sociais que se vive na Região. Em causa está, por exemplo, a possibilidade de permitir a realização de obras de reconstrução e ampliação apenas em habitação própria e permanente, bem como a possibilidade de realização de obras integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, tais como a criação de armazéns para máquinas agrícolas, salas de ordenha, obras de âmbito hidráulico, etc.

Alarga-se as exceções do atual regime à instalação de equipamentos para produção de energia renovável, considerando que instalações desta natureza não retiram a fertilidade do solo quanto à sua capacidade produtiva, contudo, para obtenção de autorização do regime de exceção é necessário comprovar do ponto de vista técnico e económico que não existe alternativa de localização para instalar esses projetos de produção de energia renovável.

Reforçamos a ação fiscalizadora para a reserva agrícola regional e também os mecanismos para se evitar a subjetividade do decisor quanto a pedidos de exceção na RAR, uma vez que o processo de decisão não estará exclusivamente restrito à entidade gestora da RAR, o IROA.

Importa ainda garantir que a aplicação de coimas é efetivamente um elemento dissuasor das atividades ilegais na RAR. Todas as ações que possam restringir ou desproteger os princípios da RAR são nefastos à boa persecução deste objetivo. Após a aplicação da presente alteração o Governo Regional aprovará um decreto regulamentar regional que definirá os limites e os parâmetros específicos para as construções abrangidas pelo regime de exceção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membro do Governo:

Os instrumentos de ordenamento do território nos Açores, como os perímetros de ordenamento agrário, os incentivos à aquisição de terrenos, a implementação de infraestruturas públicas agrícolas foram determinantes na evolução registada no setor agrícola e para o seu progresso nas últimas décadas.

Vejamos alguns exemplos: entre 2001 e 2018 foi aprovado no âmbito do sistema SICAT e do RITA a aquisição de mais de 1900 hectares de terrenos agrícolas; por via dos regimes de reforma antecipada mais de 12.300 hectares de terreno transitaram para novos agricultores; a concretização de investimentos de modernização das infraestruturas agrícolas nos perímetros de ordenamento agrário e 50% desses perímetros estão integrados na reserva agrícola regional, possibilitou a construção de mais de 300 km de novos caminhos, mais de 523 extensão de rede de abastecimento de água, mais de 3600 ramais de abastecimento de água e eletrificação de quase meio milhar de instalações de produção de leite. Tudo isso, naturalmente permitiu que a realidade fundiária nos Açores seja hoje completamente diferente, onde a área média por exploração mais que duplicou.

Este é um trajeto que o Governo Regional pretende continuar, já que tem permitido melhorar as condições de trabalho dos agricultores, diminuir custos de produção, melhorar a eficiência e competitividade das explorações agrícolas, gerar mais emprego, impulsionar novos investimentos na agricultura e contribuir para o aumento das exportações.

Com o aperfeiçoamento do presente regime jurídico da reserva agrícola regional damos assim mais um contributo para reforçar a institucionalização do espaço agrícola no planeamento do território açoriano chamado RAR, que não nos pode ser indiferente pela sua importância económica e social ao serviço das gerações vindouras e de preservação da nossa paisagem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reserva agrícola regional com 384 km² representa cerca de 17% do território insular. Presente em todas as ilhas, sendo as ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Graciosa com maior expressão, ocupando mais de 20% da área dessas ilhas.

Os limites da reserva agrícola regional tendo sido inicialmente delineados por portaria 1/92, tem por base a carta da capacidade de usos de solos publicada em 1987 e revistos pela portaria 25/2013, de 24 de abril, são automaticamente atualizados, quer pelas desafetações decorrentes do regime de exceções em vigor, quer pela entrada em vigor dos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal – PDM's.

Sempre que haja reclassificação de solo e sempre que a entidade gestora da reserva agrícola regional dê parecer positivo às alterações propostas em sede de comissão de acompanhamento dos referidos planos.

O crescimento e a modernização da agricultura regional verificado na última década e meia levou a uma significativa melhoria das condições socioeconómicas das populações que a ela se dedicam.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A reserva agrícola regional tem como principais objetivos garantir uma efetivo e pleno aproveitamento agrícola dos solos com maiores potencialidades, proteger essas áreas de maior aptidão agrícola de outras ações, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida dos nossos agricultores.

Volvidos sete anos após a primeira alteração ao regime jurídico da reserva agrícola regional, importa clarificar as intervenções no âmbito da gestão das explorações agrícolas, das atividades extrativas e dos novos desafios colocados pela atividade turística, adaptar este regime a novas realidades contabilizando-as com os princípios gerais da proteção dos solos mais férteis da Região, tendo em conta a sustentabilidade do espaço rural e das atividades que ali se possam desenvolver.

As alterações ao diploma visam acautelar e preservar a utilização dos solos, clarificar quais as intervenções que são possíveis de ali se realizar no âmbito das explorações agrícolas.

Para além das alterações de algumas adaptações importa referir a inclusão da opção de introduzir energia a partir de fontes renováveis, quando existe alternativa de localização económica e tecnicamente viável em áreas não integradas na RAR, a justificar pelo requerente e com parecer favorável da entidade com a competência em matéria de energia.

As obras decorrentes de exigências legais supervenientes relativas à regularização da atividade económica previamente exercidas por forma a que estas atividades e respetivas instalações possam continuar em elaboração, desde que esteja justificada pelo requerente a necessidade da obra, como ainda o reforço na fiscalização através da Inspeção Regional do Ambiente.

Na defesa do equilíbrio e na necessidade de preservar o recurso natural ambiental, o solo, tendo também presente a afirmação das novas realidades, bem como as estratégias de desenvolvimento económico e social, o grupo parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta ao regime de reserva agrícola regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Numa região insular com um território disperso e de reduzida dimensão, os solos e a sua ocupação são fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento económico que se preocupa com os recursos endógenos procurando o equilíbrio entre o ambiente, a economia e a satisfação das necessidades sociais.

Os instrumentos de ordenamento do território são essenciais para a gestão pública dos recursos, que mesmo privados servem interesses coletivos e que condicionam o progresso económico, a criação e a manutenção do emprego, a preservação e utilização de recursos naturais, da geografia, do ambiente, do património natural edificado e agrícola que são o garante da diferenciação que valoriza o nosso território.

Nos Açores os critérios na utilização dos solos são fundamentais na preservação do potencial produtivo na perspetiva agroflorestal, mas não podem nem devem configurar um obstáculo aos investimentos e às opções de diversificação de atividades em meio rural pelos próprios agricultores e por jovens agricultores com outra visão empreendedora.

A reserva agrícola regional com 384 km² apesar de incluir apenas 17% do território insular constitui, é certo, um instrumento fundamental na garantia da afetação dos solos de melhor aptidão agrícola a esta atividade económica.

Releva também nos Açores a especificidade de cada ilha e o debate que urge promover sobre a gestão e ocupação do território e do potencial evidente para cada caso do uso e capacidade de solos.

Se a atividade agrícola não a renumerar de forma justa os agricultores dos Açores, os solos perdem valor económico e até colocam em risco os financiamentos que sobre eles pendem e que, no caso dos Açores, atingem valores não comparáveis com o continente português ou na União Europeia.

A inexistência de infraestruturas capazes em caminhos, abastecimento de água, eletricidade em espaços da reserva agrícola regional foi e é um fator de impedimento na realização de investimentos de valorização da atividade agroflorestal nos Açores e da tão falada diversificação para atividades não agrícolas nas explorações.

Permitir atividades diversas em permanência nestes espaços agro-rurais é também uma forma de fazer compreender a agricultura por locais e por turistas e visitantes. Permitir investimentos em estruturas físicas na reserva agrícola regional dos Açores exige critério, definição de volumetrias, materiais a utilizar, enquadramento na paisagem, de localização no solo e do contexto no prédio rústico onde acontecem.

Desenvolvimento rural integrado e sustentável exige uma nova forma de olhar a utilização dos recursos locais, paisagísticos e agrícolas e do estímulo ao empreendedorismo dos jovens em espaço agro-rural.

Nos Açores, este entendimento deve respeitar as especificidades de cada ilha e o diverso potencial que oferece para novos investimentos.

Regiões de montanha agrícolas e florestais na Europa e em todo o mundo acolhem refúgios agroambientais em sã convivência com a atividade agrícola, residência de agricultores, alojamento turístico diferenciado de elevado valor arquitetónico plenamente integrados na paisagem, concedendo a jovens altamente qualificados um emprego bem remunerado.

Perante este desafio, que também se coloca nos Açores, certamente existirão vozes do tipo: “isto aqui não dá certo”, para depois assistirmos a estrangeiros motivados comprarem terra e ponderarem, a longo prazo, investimentos inovadores que nos farão admiração. Não quero aceitar que sejamos tão passivos ao ponto de dar aos outros aquilo que os açorianos, nascidos ou de coração, poderiam vir a usufruir.

Um agricultor, um seu familiar ou um jovem empresário rural que pretende investir numa queijaria típica, num espaço turístico associado, num espaço comercial ou de experiência agro-rural, ou de restauração na sua exploração ou na proximidade, não pode ser empurrado para um qualquer parque industrial ou empresarial que descaracterize o objeto desse investimento e o seu próprio sucesso e valor.

É por isso importante, diria mesmo essencial, criar uma consciência coletiva e o entendimento institucional entre o Governo e autarquias locais para que os instrumentos de ordenamento do território e as infraestruturas coletivas sirvam esse desígnio do desenvolvimento futuro nos Açores sem descaracterizar ou destruir o potencial agrícola.

Em sede de comissão permanente de economia alertamos para a especificidade agrícola de cada ilha, designadamente para a existência de agricultores a tempo parcial, cujas explorações, apesar desse facto, são importantes para o setor e para a economia da respetiva ilha. Da mesma forma, as explorações com o estatuto de pessoa coletiva devem também ser consideradas designadamente, enquanto detentoras da atividade agrícola a título principal.

A alteração da legislação regional não deve decorrer apenas da necessidade de legalizar atividades em curso de empresas preocupadas com o seu futuro, designadamente com a obrigação da sua deslocalização para centros urbanos com a imposição na aquisição de imóveis e perdendo o capital humano dos funcionários que garantiram a estabilidade, mas também a tipicidade das empresas no local de interesse e a criação de emprego nas respetivas freguesias rurais.

Fixar pessoas nas freguesias rurais é permitir diversos investimentos em espaços agrícolas que não coloquem em risco o potencial agronómico das explorações agropecuárias, mas ajustem a disponibilidade para aumentar o emprego jovem, dinâmico e inovador.

O ordenamento territorial nos Açores vai exigir uma nova visão integradora do desenvolvimento rural.

Tenho dito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Certamente que todos nós reconhecemos a importância da RAR para a preservação de um recurso fundamental como é o solo, para o desenvolvimento sustentável da nossa agricultura, para o ordenamento do território, para a conservação dos nossos recursos naturais, para a proteção da biodiversidade e tudo isto numa lógica integrada de gestão interdisciplinar dos nossos recursos, dos nossos ecossistemas e da nossa paisagem. Por exemplo, a agência europeia do ambiente determina que cerca de dois terços das espécies de aves ameaçadas e vulneráveis da Europa estão diretamente dependentes de habitats agrícolas e isto é bem demonstrativo da importância da manutenção destas reservas.

Ainda assim, é também certo que a criação destes instrumentos acarreta alguns aspetos negativos, por exemplo com um potencial encarecimento dos terrenos para construção e aliás, o CDS chamou a atenção para isso na altura da aprovação deste regime jurídico em 2008 e isso tem impactos especialmente gravosos em algumas ilhas e em alguns concelhos. No entanto, na análise desta segunda alteração ao regime jurídico da reserva agrícola regional não estará em causa, seguramente a importância destes instrumentos de gestão territorial, mas sim a pertinência das propostas de alteração que são apresentadas. E nesta matéria, apesar de nós considerarmos que esta proposta de alteração prevista neste DLR não é uma alteração de fundo ao regime jurídico da RAR, em alguns casos algumas propostas até são algo inócuas, a verdade é que noutros casos consideramos que introduz algumas novidades interessantes, principalmente ao nível do equilíbrio entre a salvaguarda dos solos com maior aptidão agrícola e as exceções que são permitidas, ou seja, se por um lado visam reforçar as salvaguardas ao nível das obras integradas na gestão das explorações agrícolas, como disse o Sr. Secretário, e também das construções apenas para habitação própria e permanente. Por outro lado há aqui a abertura para a instalação, por exemplo de equipamentos de produção de energia renovável e para outras obras

decorrentes de obrigações supervenientes para regularização de atividades económicas (isto quando não existam outras soluções viáveis).

E é este equilíbrio que nós consideramos que é importante porque no nosso entender é de facto, preciso proteger estes solos de aptidão agrícola, mas também é preciso fazer uso deles quando está em causa a utilidade pública, a nossa necessidade, o nosso interesse público e quando não existem as tais alternativas viáveis e portanto, no nosso entender, é uma proposta equilibrada, é positiva e se calhar por isso também recolheu um parecer positivo da maioria das entidades que foram consultadas, parece-nos, no entanto, que o Governo Regional poderia ter ido um pouco mais além aproveitando esta alteração para fazer algumas alterações também ao conceito de agricultor acautelando, por exemplo, a inclusão das pessoas coletivas, bem como, a inclusão dos agricultores que se dedicam apenas a tempo parcial e que tem na realidade cada vez maior importância para a agricultura açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Traz-nos o Governo Regional uma proposta de decreto legislativo regional que tem como objetivo alterar o regime jurídico da reserva agrícola regional.

Esta proposta, embora aqui e ali, como se lê na exposição de motivos e como foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional aparenta ir num caminho de, por um lado até de maior fiscalização, de clarificação, mas na nossa opinião esta proposta abre aqui algumas exceções, para além daquelas que já existiam e que nos parecem adequadas porque aliás, na última revisão do regime jurídico da reserva agrícola, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente essa mesma revisão, mas aqui o que nos parece que há são algumas exceções que são introduzidas que vão no caminho de uma deturpação daquilo que é o propósito da reserva agrícola. E

como foi aqui já referido, pelos vários. srs. deputados que intervieram, a reserva agrícola é constituída pelos solos e passo a citar, é a definição oficial que se encontra nos vários documentos relativos à reserva agrícola, inclusive no regime jurídico, ela é constituída pelos solos de maior aptidão agrícola. Neste momento, como já foi referido também, ocupa 17% da área regional, estes 17% não são em todo o arquipélago, como é óbvio, nem todas as ilhas têm 17% de reserva agrícola, há ilhas onde isto está longe de acontecer. No Corvo é apenas 1%, nas Flores 2%, por exemplo em Santa Maria são 6% e depois há ilhas onde efetivamente a percentagem de ocupação é superior como Terceira, que é onde existe a maior reserva agrícola, ou Faial, ou São Miguel e por aí fora. Ora, nós estamos a falar de áreas que sejam muito extensas, estamos a falar de terrenos de elevada qualidade e como já foi aqui muito bem referido pelos srs. deputados que intervieram, pelo sr. secretário, ela é de extrema importância para o desenvolvimento da agricultura na Região e para obviamente a sua sustentabilidade futura.

Ora, aquilo que o Governo propõe é aumentar exceções de construção na reserva agrícola e de introdução de novas atividades na reserva agrícola. A primeira, e julgo eu que é a grande novidade desta proposta de decreto legislativo regional, é a possibilidade de se instalarem projetos de energias renováveis na reserva agrícola e nada tem o Bloco de Esquerda contra projetos de energias renováveis, bem pelo contrário. E do que é que estamos aqui a falar? Estamos aqui a falar de projetos provavelmente de centrais fotovoltaicas principalmente porque obviamente necessitam de uma grande área para serem viáveis.

Ora, não deve ser obviamente nesses 17% do território regional que é reserva agrícola, que são os melhores solos da Região, que devemos instalar painéis fotovoltaicos, centrais fotovoltaicas. Aliás, as próprias associações ambientais, como a Zero, já alertaram para o saldo negativo de sequestro de carbono quando se tratam de centrais fotovoltaicas em zonas agrícolas. E esta exceção permite,

efetivamente que sejam instalados projetos de energias renováveis na reserva agrícola.

E a primeira questão que faço ao Sr. Secretário (não está a Sra. Secretária do Ambiente e Energia, mas talvez fosse interessante também questionar): se não existem outros terrenos na Região onde se possam instalar estes projetos de uma forma que não ponha em causa a reserva agrícola? E não me venha o Sr. Secretário dizer que as centrais fotovoltaicas podem ser removidas e isso não afeta a qualidade do solo porque ninguém acredita nisso, ninguém acredita que se vai investir milhões de euros...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... para que depois sejam retirados os painéis fotovoltaicos ao fim de dois ou três anos, ninguém acredita nisso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Efetivamente estas situações de instalação de centrais fotovoltaicas na reserva agrícola parece-me que já existem. Existe uma central fotovoltaica na ilha Terceira, na freguesia de Santa Cruz, Praia da Vitória que está (se os mapas estão corretos) instalada em reserva agrícola.

E segunda questão para o Sr. Secretário: confirma ou não que aquela central fotovoltaica foi instalada em terrenos da reserva agrícola?

Mas, os atropelos à reserva agrícola na Região não são só estes, já foram também instaladas bombas de gasolina na reserva agrícola. Está previsto que isso possa acontecer? Está, mas é errado, não deve ser. Aconteceu em São Miguel na via que liga Ponta Delgada a Capelas. Esses terrenos são melhores terrenos da Região, repito mais uma vez, e não devem ser postos em causa para outras atividades.

E por isso mesmo apresentamos uma proposta de alteração que julgamos ser adequada e ser mais do que razoável: as explorações agrícolas devem ter acesso a energia elétrica, devem poder instalar projetos de energias renováveis para o

seu próprio abastecimento e isso julgamos que é mais do que razoável, faz todo o sentido, deve acontecer e essa situação deve ser prevista e apoiada. Aproveito também, porque falou-se aqui muito de projetos de agroturismo e pensamos que eles podem existir na reserva agrícola, aliás já está previsto e eu julgo que será um erro no artigo 5.º, alínea d, a proposta do Governo prevê obras indispensáveis em instalações agroturísticas como complemento à atividade agrícola. No regime jurídico atual isto já existe, já está escrito da mesma forma por isso não há aqui nenhuma alteração porque esta hipótese já existia, não deveria estar na proposta de alteração, está escrito *ipsis verbis*, julgo que é um erro (se não estou enganado) e obviamente solicito ao Sr. Secretário se confirma ou não que há aqui uma duplicação da proposta porque efetivamente não encontro nenhuma alteração nesse aspeto.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu assumo desde já nesta matéria que tenho uma posição fundamentalista. E a posição fundamentalista sobre esta matéria tem muito a ver com a história do meu partido, a reserva agrícola regional é filha da reserva agrícola nacional que foi criada pelo PPM, quando o PPM estava no Governo entre 1979 e 1983, pelo fundador do nosso partido, Gonçalo Ribeiro Teles. E o que eu quero dizer em relação a esta matéria é que nas atuais circunstâncias se ele teve razão em muitas coisas, se teve razão nas questões ecológicas muito antes do tempo político destas discussões, eu devo dizer que neste momento é importante preservar o seu património em relação às questões ecológicas. E eu devo-lhes dizer que o caminho que se deve seguir é exatamente o caminho inverso que o Governo do Partido Socialista aqui nos traz. O que nós temos é um Secretário da Agricultura

com a conivência da Secretária do Ambiente que se prepara para flexibilizar as regras em relação à proteção da reserva agrícola. O caminho no momento em que aumenta a pressão turística, em que aumenta a pressão de outras atividades produtivas nós consideramos é que neste momento o que se deve fazer é precisamente o contrário, ou seja, diminuir a agressão à reserva agrícola e diminuir as exceções dos casos que já estão previstos. O caminho deve ser o inverso, é blindar a reserva agrícola porque como aqui foi muito bem referenciado já por outras forças políticas, devo dizer e lembrar que existe 83% de área disponível dos Açores para essas atividades, 83%! Estamos a falar aqui portanto, de um santuário, um santuário de 17% do nosso território e esse santuário deve ser preservado e as exceções que v.exa. quer instalar, pois que as instale nos 83% do território que está disponível para isso. Portanto, aqui na perspectiva do PPM, nós o que queremos ser aqui é um forte, um baluarte da defesa da reserva agrícola regional, um baluarte contra as exceções, um baluarte contra as agressões que derivam da pressão turística e derivam da pressão de muitos interesses que estão obviamente, a olhar para estas terras com aptidão agrícola para também aí fazerem negócio, para também aí instalarem os seus interesses. Nós aqui neste Parlamento somos o baluarte da defesa da reserva agrícola, portanto estamos contra a proposta que v.exa. aqui apresenta e lamentamos que o Governo dos Açores, neste momento em que a pressão turística ainda vai aumentar nos próximos anos, na próxima década, lamentamos que o Governo Regional dos Açores, neste momento, mostre que tem uma determinada fragilidade política em relação a estes interesses e lamentamos que o Governo dos Açores, em relação a esta matéria, não seja firme em relação à defesa da reserva agrícola e da integridade da reserva agrícola regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este documento é um documento, sem dúvida nenhuma, muito importante para a Região e para a agricultura, mas não podemos deixar de fazer aqui alguns reparos que são muito importantes, no nosso entender. Aliás, fixar jovens, fixar gente na agricultura não passa por estragar, por descaraterizar as melhores terras agrícolas dos Açores e principalmente, das ilhas mais pequenas que a percentagem é ainda menor, como disse aqui o Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, no Corvo é 1%, nas Flores são 2% e assim sucessivamente. Aliás, falou o Deputado Alonso Miguel e muito bem, em relação às aves que precisam da agricultura para muitas vezes nidificar e com a introdução dos painéis fotovoltaicos, das energias renováveis, isto pode estar posto em causa, aliás, Sr. Secretário não faz qualquer sentido que seja aprovada esta proposta sem a proposta de alteração aqui trazida pelo Bloco de Esquerda. Aliás, nós estamos de acordo que as energias renováveis têm que existir, que as energias verdes têm que existir, agora têm que existir exatamente para ajudar aqueles agricultores que nas reservas agrícolas têm a sua atividade laboral.

Sr. Secretário faça-lhe a pergunta concreta: Se o Sr. Secretário não aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, o fornecimento dessas energias renováveis pode ser para outras atividades ou só exclusivamente para uso agrícola?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Diria que a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda é pertinente, mas para o grupo parlamentar do Partido Socialista ela não é abrangente.

Considerando que visa apenas permitir a instalação de equipamentos para produção de energias renováveis para fornecimento das explorações agrícolas, ou seja, o que se pretende na alínea e, do n.º 1 do artigo 5.º é a possibilidade de reforçar a ação por fontes de energia renováveis que possam contribuir para os benefícios ambientais, económicos e sociais das mesmas.

Como todos sabemos, é objetivo da Região reforçar a aposta neste tipo de energias de forma a atingir patamares de maior sustentabilidade. Por outro lado, importa também ter em conta que a instalação deste tipo de equipamentos não retira a fertilidade do solo quanto à sua capacidade produtiva. Contribui para a melhoria do meio ambiente, não apenas de uma exploração, mas sim em prol de todas.

Importa também ter presente que para a obtenção desta autorização de exceção o requerente tem que comprovar que não existe alternativa de localização do ponto de vista técnico ou económico, carecendo ainda da mesma, de parecer favorável da entidade com competência em matéria de energia.

Por último, importa referir que não se conhecem sistemas de energia renováveis autónomos que deem sustentabilidade a uma exploração agrícola, por exemplo, que dê sustentabilidade a uma sala de ordenha.

Como tal, a proposta de alteração proposta pelo Bloco de Esquerda não contribui para aquilo que nós pretendemos, não concordamos com ela.

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a intervenção do sr. deputado da bancada do Partido Socialista está bem demonstrado as preocupações ambientais que a bancada do Partido Socialista tem em relação à Região Autónoma dos Açores. Aliás, não é verdade o que o sr. deputado acabou de afirmar, que as energias renováveis não são sustentáveis só com a agricultura, não é verdade, e damos o exemplo concreto: hoje, qualquer agricultor na Região Autónoma dos Açores tem uma cerca elétrica e as cercas elétricas hoje que dão para uns quantos metros de fio de choques têm uma placa de energia solar para que esta bateria seja alimentada a energia solar, ou seja, se se utilizar as energias renováveis para uma exploração agrícola, nós somos de acordo porque são energias limpas, o que aqui se quer trazer é que se possa danificar, estragar aquilo que é de mais produtivo na Região. Estamos a falar, por exemplo, na ilha do Corvo 1% e se nós colocarmos os painéis fotovoltaicos neste 1%, a terra fica imprópria para a agricultura, aliás, é bem notório e passo a dar o exemplo na ilha das Flores, a EDA está a estragar uma paisagem linda da ilha das Flores ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e estes srs. querem acabar de estragar o resto das paisagens que são mais férteis na nossa ilha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, nós não podemos votar favoravelmente a esta proposta sem que seja introduzida esta alteração proposta pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir nesta fase do debate para prestar aqui alguns esclarecimentos, parece-me que vai alguma confusão aqui nesta discussão.

(Aparte inaudível)

Sim, eu posso começar por si, Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por mim?

O Orador: Sim, sim...A intervenção que o sr. deputado fez, que naturalmente merece todo o respeito, mas está perfeitamente desenquadrada da realidade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não está!

O Orador: ... porque na verdade nós e o Governo comungamos das suas preocupações. O atual regime da reserva agrícola já blinda a utilização dos terrenos pela agricultura portanto, nós somos, o Governo é o baluarte da defesa da reserva agrícola.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que está em causa são exceções e no caso concreto e quando se está a falar da eventual instalação de projetos de natureza de produção de energia renovável o diploma é claro, portanto, só será possível se não houver uma outra localização que seja tecnicamente e economicamente viável.

É verdade, sr. deputado, portanto essa questão não é como o sr. deputado está a querer colocar, portanto eu lamento dizer mas não é porque na verdade, aquilo que está a fazer na Região é uma situação que já acontece a nível da reserva agrícola nacional portanto, não é nenhuma novidade e no fundo permite acompanhar aquelas que são as tendências económicas e tendências sociais que nós não podemos ficar de fora na Região se se colocar essa questão de ser necessário instalar um projeto desses na reserva agrícola, mas como digo, só se não houver outra alternativa economicamente e tecnicamente viável, portanto e é com esta responsabilidade que fica a entidade gestora da reserva agrícola, bem como os departamentos que têm competências na área de energia porque na verdade nós introduzimos neste diploma uma alteração que vem no fundo

reforçar as decisões que têm que ser tomadas na aprovação desse tipo de projetos, que é envolver outros departamentos do Governo com interesse nas matérias em causa.

Também dizer ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo porque a proposta que é apresentada pelo Bloco de Esquerda e do ponto de vista do Governo, que o Governo não aprova as propostas pode é emitir uma opinião, é uma proposta que não faz sentido, não faz sentido porquê? Eu vou-lhe explicar: neste momento os sistemas que existem ou que estão disponíveis no mercado para a produção de energia renovável para apoio nas instalações, são pequenas instalações, são instalações que estão dispensadas de autorização de exceção para instalação na reserva agrícola porque estão incluídas na própria exploração agrícola. Portanto, é uma falsa questão, não faz sentido, não acrescenta nada! Portanto, a sua introdução do ponto de vista do Governo, não faz sentido, não faz qualquer sentido.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Então prove!

Deputado Carlos Silva (PS): Quem critica é que tem que provar!

O Orador: Porque na verdade esse tipo de instalação é uma instalação que funciona em complemento ao fornecimento de energia elétrica. Estamos a falar em pequenos painéis fotovoltaicos ou pequenas centrais de produção de energia....

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pequenas? Onde é que está escrito que são pequenas?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): O Sr. Secretário imagina que são pequenas!

O Orador: ... através do vento.

Queria também referir, e respondendo ao Sr. Deputado Alonso Miguel, que a questão que foi colocada em relação ao agricultor ATP, não ATP e no diploma em apreço só tem relevância por um aspeto que é para a construção de habitação

na reserva e na verdade aquilo que é e foi a posição do Governo e é no sentido de se manter, portanto só esse regime de exceção só deve estar aberto aos agricultores em regime título principal porque na verdade uma das questões que foram colocadas em relação às pessoas coletivas, essa questão não se coloca porque na verdade, se eu for sócio de uma sociedade agrícola e for ao mesmo tempo produtor a título principal, posso naturalmente usufruir dessa prerrogativa, até construir uma moradia se configurar uma moradia para residência permanente na reserva agrícola regional.

Portanto, na verdade este é uma alteração ao diploma equilibrado e que no fundo permite que os terrenos da reserva agrícola continuem vocacionados para a agricultura porque na verdade alguns dos projetos que o Sr. Deputado António Almeida referiu aqui são projetos que podem ser desenvolvidos em terrenos agrícolas que não estejam integrados em reserva agrícola, aliás, e hoje quando percorremos a nossa Região encontramos muitos desses projetos que estão instalados em terrenos com vocação agrícola, mas não estão classificados como reserva agrícola e aí entram os planos diretores municipais que tem que acautelar depois aquilo que é possível ou não construir nesses terrenos, que não sendo integrados na reserva agrícola, mas que são terrenos que continuam a ter vocação agrícola e que como se sabe ainda são muitos, principalmente nas ilhas que foram referidas aqui neste debate.

E eu julgo que ficava por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Veio o Sr. Secretário de mansinho para não assustar a dizer: “Não, isto são umas coisinhas pequeninas, eu lembrei-me agora por acaso. Lembrei-me agora que

preciso de alterar o regime da reserva agrícola regional...foi um acaso, lembrei-me agora, foi por acaso! Não devo estar a pensar num ou noutro projeto que vai aparecer. Uma coisinha pequenina, uma coisinha que quase não se vê”.

Mas depois está aqui assim, a palavra pequenina, reduzida e minúscula nunca aparece aqui. O que aparece aqui é a instalação de equipamentos, não diz que são pequeninos, que são grandes, não diz qual é o tamanho, mas o Sr. Secretário já diz: “Não, não isto é pequenino, muito pequenino. Nem se nota, nem se vê!” – diz o Sr. Secretário. “Ah e porque é que é agora? Ah, calhou! Lembrei-me de repente que tem que fazer uma alteração na reserva agrícola, lembrei-me. Não deve haver aí ninguém interessado, não deve aparecer aí um conjunto de interesses. Ah e isto também não é nada, nós continuamos a ser um baluarte, vamos é metendo umas minazinhas por baixo para aquilo começar a cair. Não há nenhum problema em relação a esta questão e não é nenhum precedente, não, não vamos fazer pior daqui a um ano, ou dois, ou três, quando aparecerem mais umas coisinhas.” É evidente que isto é uma pressão sobre a reserva agrícola, é evidente que existem projetos, e todos nós sabemos quais são, é evidente que existe um conjunto de interesses em relação a esta matéria e é evidente que isto significa uma fragilização da reserva agrícola regional que já só constitui 17% do nosso território e portanto, é evidente que isto é um precedente gravíssimo e é evidente que nós, em relação a esta matéria, vamos estar muito vigilantes, vamos ver quais são os projetos que vão aparecer a seguir e é evidente que v.exa. nesta matéria está a criar um precedente gravíssimo porque eu digo-lhe uma coisa, nós o que temos são cada vez menos terras com aptidão agrícola. Há uma pressão tremenda, a nível nacional e internacional, sobre as terras que temos para a atividade agrícola e é fundamental para o futuro da humanidade que estas terras, que as reservas agrícolas se mantenham, para quem as tem, porque há muitos países que não têm qualquer género de proteção em relação a esta matéria. Nós temos e nós temos porque o PPM também deu um contributo importante nesta matéria, no

período histórico muito curto de 1979 a 1983, em que tivemos responsabilidades governativas pela mão de Gonçalo Ribeiro Teles, o fundador do nosso partido. Mas nós temos esse património, nós temos essa tradição e nós temos a convicção absoluta que nesta matéria não há nenhuma exceção, por pequenina que seja – que não é pequenina – da nossa parte o que pode encontrar é uma resistência cívica em relação à alteração que v.exa. quer aqui realizar nesta matéria.

Votaremos contra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário disse que não era uma novidade aquilo que estava a fazer porque tinha sido já feito na República.

Sr. Secretário, na nossa opinião, o Sr. Secretário devia copiar as coisas que são boas e não as coisas que são más e neste caso o Sr. Secretário está introduzindo algumas medidas que podem ser e serão negativas para a reserva agrícola, sem dúvida nenhuma Sr. Secretário.

Sr. Secretário afirmou que iam-se instalar pequeninos, por exemplo, painéis fotovoltaicos. Não, Sr. Secretário, o Sr. Secretário não sabe nem se são pequeninos, nem se são grandes, vão se introduzir, sejam elas pequeninas, sejam elas grandes, vão-se introduzir e isto não merece o nossos voto favorável.

Sr. Secretário deveria ter ouvido de certeza os Conselhos de Ilha porque uma grande parte das associações ambientalistas que lá estiveram, em relação a esta matéria, foram intransigentemente contra que isto acontecesse porque são intransigentemente contra a que se degradem locais que são de excelência nos Açores.

Sr. Secretário o que o sr. está a fazer é um retrocesso para a agricultura, o que o sr. está a fazer é a estragar a agricultura dos Açores e das ilhas mais pequenas, Sr. Secretário, e é o que tem feito em relação a alguns documentos, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de notar que o Sr. Secretário não respondeu a nenhuma das questões que o Bloco de Esquerda colocou e eu deixo de fazer a pergunta, houve, há um projeto de central fotovoltaica instalado na ilha Terceira, na freguesia de Santa Cruz, que está na reserva agrícola regional? E se é mentira, Sr. Secretário, então desminta e prove e o que os srs. querem fazer é legalizar este e fazer muitos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E é isto que querem fazer, é tornar a nossa reserva agrícola um centro de negócios para vender energia à EDA com lucro garantido. É isto que na prática os srs. estão a abrir a porta para fazer e disso não temos dúvidas.

Sr. Secretário em 2012 o Governo Regional já nos habituou à sua tendência clara de que a reserva agrícola é para dar lucro, não é para a agricultura, é para fazer negócios. Em 2012 apresentou uma proposta de decreto legislativo regional que previa a construção de infraestruturas turísticas. Infraestruturas turísticas, meus srs. e minhas sras., são hotéis! Na altura o Governo Regional queria construir hotéis na reserva agrícola, agora quer instalar painéis solares e centrais fotovoltaicas! O ambiente, a agricultura, que os srs. tanto aqui, às vezes, dizem defender, afinal não vale nada quando se trata de grandes negócios, quando se tratam de grandes projetos que, obviamente, terão rendas garantidas.

Sras. e Srs. deputados em 2012 o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de alteração que eliminou essa possibilidade de se construírem hotéis na reserva agrícola, foi aprovada e o desafio que o Bloco de Esquerda aqui deixa é ao Partido Socialista para desta vez também ver o disparate que é esta proposta do Governo e aprovar a proposta que o Bloco de Esquerda aqui apresenta porque não vale comparar o que é incomparável. Aquilo que se faz no continente já é errado e tem a crítica das associações ambientais a construção de grandes centrais fotovoltaicas nas reservas ecológicas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Reservas ecológicas, não é o caso!

O Orador: ... nas reservas agrícolas e isso é prejudicial para o ambiente. O próprio sequestro de carbono, a contabilidade final é negativa para o ambiente, ou seja, é totalmente irresponsável, para além de que, não podemos comparar o nosso pequeno território, em ilhas que a reserva agrícola é extremamente limitada com o território continental. Isso não é comparável!

Sr. Secretário desafio o Governo e o Partido Socialista, que é quem tem, obviamente, o papel de votar e a função de votar a proposta de alteração que o Bloco de Esquerda apresentou, a votar e a defender a reserva agrícola, defender a agricultura e defender os agricultores da Região e não optar pelo grande negócio.

Disse!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Compreendendo e respeitando, como é lógico, as opiniões dos vários partidos aqui nesta Casa e falou-se aqui nos pareceres do Conselho de Ilha e a comissão pediu pareceres suficientes das respostas que chegaram à comissão e os pareceres

fazem parte do relatório, todos eles foram favoráveis e como o reconhecimento da audição que tivemos em comissão do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, com o reconhecimento de que esta era uma boa proposta.

Eu gostava só de dar aqui alguns números para percebermos também o que se tem feito na reserva agrícola, nomeadamente no regime das exceções: desde 2008 até hoje, ou seja, desde a aprovação do regime da reserva agrícola regional foram construídas 443 infraestruturas e todas elas agrícolas, ou seja, infraestruturas para o bem e para o desenvolvimento da agricultura e isso aqui é que deve ser reconhecido.

Reconhecemos que há exceções, há sim sr., mas é de acordo também daquilo que o Governo e que todos nós aqui, do grupo parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente da comissão de economia, ouvimos dos parceiros sociais.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu na minha intervenção inicial frisei os aspetos que nós consideramos muito positivos que tem que ver com existência de reservas agrícolas para vários setores, para o ordenamento do território, para a conservação dos recursos naturais, para a proteção da biodiversidade e para uma série de aspetos. O que eu não consigo, absolutamente, compreender é a natureza das intervenções fundamentalistas do PPM, do Bloco de Esquerda e do PCP.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E isto por uma questão muito simples, parece-me haver aí uma grande confusão entre reserva agrícola e reserva ecológica e uma série de conceitos que estão todos muito bem misturados. Que o sr. deputado do Bloco de Esquerda diga que não aceita a construção de hotéis dentro da reserva agrícola, nós também não.

Deputado António Lima (BE): Mas o Governo propôs!

O Orador: Agora, o que vocês estão a falar é de uma coisa muito diferente. Estamos a falar como se as energias renováveis fossem uma coisa má. Nesta posição fundamentalista o que eu esperava não era uma proposta como o Bloco de Esquerda apresentou ou a intervenção do Sr. Deputado do PPM, era uma proposta a retirar, por exemplo, a instalação de postos de combustível. Isso sim, parecia-me que se quisessem adotar uma posição fundamentalista tinham que propor era isso.

Estas instalações têm que ser feitas com equilíbrio, um equilíbrio entre aquilo que nós precisamos por utilidade pública e aquilo que temos que preservar. O que nunca pode acontecer é nós não queremos instalar um equipamento de energias renováveis porque e não havendo outra solução técnica viável, num sítio onde ele não pode ser instalado e a proposta do Bloco de Esquerda não faz sentido, absolutamente, nenhum. E eu vou-vos explicar porquê, para já porque é em substituição da introdução que, parece-me lógica, dos equipamentos de energias renováveis proposta do Governo e depois porque esta proposta já é possível, fazer isto já é possível. Se quisessem fazer isso em alternativa à proposta do Governo, não me escandalizaria, era pôr em letra de lei uma coisa que já é possível fazer – parecia-me bem – agora em alternativa nunca poderia ser e portanto, eu não entendo esta proposta, eu não entendo estas posições destes três partidos quando estão a falar das energias renováveis como se fosse uma aberração. E não é nenhuma aberração, nós precisamos e se queremos manter, até a nossa imagem de verde ... Eu dei o exemplo das espécies ameaçadas e que dependem dos habitats agrícolas, agora uma reserva agrícola não é uma reserva ecológica, são conceitos muito diferentes até porque a instalação de alguns equipamentos como falou, dos painéis fotovoltaicos, não retiram a aptidão agrícola aos solos ...

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: ... e portanto, isto é uma questão de confusão parece-me e portanto, não faz sentido a proposta do Bloco de Esquerda e há aqui uma série de confusões que convinha esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria felicitar o Deputado Alonso Miguel pela intervenção que fez, lúcida, realista e que, confesso, retirou-me alguns argumentos que eu queria aqui trazer em primeira linha porque o que nós estamos a assistir aqui, como muito bem disse em aparte o Deputado Francisco César, é à “panificação”, passo a expressão, deste debate. Nós o que estamos a assistir aqui das oposições que se estão a revelar contra esta proposta progressista não é estarem a favor da agricultura ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ò senhor, diga o nome: é o Bloco de Esquerda? É o PCP? Diga o nome!

É “as oposições”, “as oposições”. Diga o nome!

O Orador: ... é estarem contra as energias renováveis. Esta é que é a verdade. E há alguns anos atrás nós assistíamos aqui nesta Assembleia a um debate sobre os riscos que o turismo teria para a agricultura nos Açores e hoje todos compreendem que a agricultura e o turismo complementam-se, não estão um contra o outro. Isso é que é fundamental.

E o que nós estamos aqui a falar é da capacidade do Governo Regional ter, em casos excepcionais, a possibilidade de aprovar projetos de ponta na área das energias renováveis, é excecionalmente considerar esses projetos de ponta e portanto, não estamos aqui a falar da destruição da nossa agricultura, da salvaguarda da nossa agricultura face aqui a uma deriva de nós destruímos a nossa agricultura para investirmos em painéis solares.

Este diploma é muito importante e aliás, este é também o exemplo, tal como o debate que eu referi há pouco que existiu no passado, em que alguns, os mesmos que agora criticam essa proposta, confrontavam o turismo com a agricultura. Nós estamos a falar de dois setores que se complementam, a agricultura com as energias renováveis, isto é que é algo de muito importante e aliás, tal como acontece a nível nacional, o Governo terá sempre a última palavra e só fará essas autorizações em casos extraordinários, casos excecionais e em casos em que esteja em causa o interesse público. Isso é que é fundamental e portanto, eu julgo que nós estamos aqui mais uma vez perante um daqueles exemplos em que as oposições estão contra, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são as oposições?

O Orador: ... mas depois das coisas correrem bem, depois dos Açores continuarem a estar no topo das Regiões exemplares em termos de penetração de energias renováveis, lá estarão os partidos da oposição a visitarem e a fazerem visitas de estudo a estes projetos e depois a fazerem como este comunicado absolutamente ridículo (não tenho outra expressão) do PSD de Santa Maria, há uns meses atrás, a dizer que o PSD de Santa Maria sempre foi a favor da exploração do espaço, aliás, eventualmente até antes dos americanos chegarem à lua! Portanto, isso é absolutamente claro e esse exercício demagógico do PPM, próprio de um partido que quer dar uma prova de vida e que quer se afirmar perante a ameaça do PAN, é algo que nós dispensamos, aliás um exercício que incrivelmente é acompanhado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP.

Nós queremos uma agricultura moderna, uma agricultura com tecnologia, uma agricultura com energias renováveis...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então vai pôr o trator a andar a quê? Diga lá!

O Orador: ... uma agricultura que internalize esses fatores de produtividade e de redução de custos. É por isso que nós nos debatemos e portanto, os srs. querem

certamente uma agricultura a carvão, nós queremos uma agricultura de ponta, moderna e com capacidade de competir a nível nacional e é bom que se diga que o Partido Socialista, que sempre foi a favor da agricultura, que sempre defendeu os agricultores, um partido que interpreta os valores do mundo rural estivesse agora contra a agricultura, era o que faltava, isso é um desespero dos partidos da oposição que estão contra essa proposta. O PS está onde sempre esteve, a favor da modernidade, a favor do progresso e a favor de uma agricultura moderna e da integração de energias renováveis na nossa economia. Isso é da maior importância para o futuro dos Açores e nós continuamos com este compromisso e esta proposta tem um grande mérito e vai trazer grandes vantagens para o futuro da Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente:

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda vai entregar à Mesa e pedir para ser distribuído pelas sras. e srs. deputados a proposta de decreto legislativo regional, a primeira alteração à reserva agrícola regional onde era, por um lado, proposto pelo Governo Regional da altura que na reserva agrícola fosse possível a construção de empreendimentos turísticos, vulgo hotéis, e por outro lado onde também já consta a possibilidade ...

Presidente: Sr. Deputado está no âmbito da interpelação.

O Orador: Sim, estou a referir o que é que consta da proposta. Onde consta também a possibilidade de se efetuarem construções para explorações de agroturismo.

Presidente: Assim que for recebido pela Mesa o documento será então distribuído.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

Entrega à Mesa documento – Proposta Decreto Legislativo Regional da 1ª alteração ao regime jurídico para ser distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que dizer ao Sr. Deputado Alonso Miguel do CDS-PP que não há fundamentalismo nenhum, o que existe e o que o PCP defende é que sim sr., as energias renováveis e as energias verdes são positivas sem dúvida nenhuma. O que o PCP entende é que não se deve estragar os terrenos agrícolas...

Deputado Francisco César (PS): Não estraga nada!

O Orador: ... na reserva agrícola que são tão pequenos, tão pequenos...sim, srs. deputados, é que vai se estragar, srs. deputados! Ninguém acredita que por baixo dos painéis fotovoltaicos vão fazer o quê, sr. deputado? Mais uma coisa sr. deputado, se o Partido Socialista defendesse tanto ...

Deputado José San-Bento (PS): E defende!

O Orador: ...os interesses da agricultura como o sr. veio apregoar aqui, os agricultores hoje não tinham rendimentos inferiores ao que tinham o ano passado e o que tinham há dois, anos e o que tinham há três anos ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Os srs. em tirado rendimentos aos agricultores nessa Região, a verdade é esta!

Deputada Mónica Rocha (PS): Quer comparar o incomparável!

O Orador: Mais, Sr. Secretário, queria lhe fazer a pergunta concreta, Sr. Secretário, este documento tem efeitos retroativos ou seja, o Sr. Secretário vai

legalizar o que já existe, por exemplo como o Deputado do Bloco de Esquerda disse, na Terceira, na Praia e em Santa Cruz? Com este documento vai já legalizar ou continuam ilegais como estão até aqui, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados...

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dar um contributo aqui ao debate pelo seguinte, nós estamos a falar de um instrumento de ordenamento agrário que serve os interesses da agricultura e ao servir os interesses da agricultura é porque é importante termos agricultores e temos concentrado, penso que o nosso debate, apenas no aspeto de utilização de energias renováveis em ocupação de reserva agrícola.

Eu acho que é demasiado redutor nós estarmos a discutir esse pormenor, ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não é um pormenor!

O Orador: ... quando as preocupações de ordenamento do território, a viabilização e o potencial que a reserva agrícola tem e até fora da reserva agrícola há muitos terrenos com potencial agrícola neste momento e portanto, não nos podemos concentrar apenas num aspeto. E digo-vos porquê: porque a legislação vigente já prevê na alínea g), vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos e construções de relevante interesse público, ou seja, já o relevante interesse público já está em vigor, o Governo já podia utilizar esse instrumento para aquilo que entendesse ser interesse público e portanto, o caso da utilização das energias renováveis podia ser entendido pelo Conselho do Governo como de interesse público e portanto, essa faculdade já existia na legislação vigente.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sr. Deputado, isso é legislável!

O Orador: O que eu gostaria de deixar aqui em nota mais importante, porque nós temos defendido uma cadeia de valor diferente, agricultura, turismo e ambiente e o facto dessa cadeia de valor não ter crescido, não se ter desenvolvido nos Açores tem a ver, precisamente, com a falta de investimentos em infraestruturas que permitam a diversificação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas na reserva agrícola e nas explorações e fora delas.

E esse era o alerta que gostaria de deixar aqui, preocupa-me, naturalmente, que filhos de agricultores tenham que migrar para fora da Região, ou que tenham que migrar para os centros das vilas e das cidades para procurar emprego na administração pública e o que eu acho que seria justo, atendendo caso a caso, criar as condições para que filhos e filhas de agricultores pudessem investir em alternativa nas explorações familiares e procurarem um complemento de rendimento, quer para os pais, quer para as famílias, quer para os próprios. Eu acho que estamos a ter uma visão demasiado restritiva, se olharmos para fora da Região podemos encontrar soluções de investimento muito interessantes que criam emprego inovador, que criam oportunidades para os jovens empreendedores do meio rural. Nós não podemos reduzir os interesses da reserva agrícola da forma como estamos a fazer, eu acho que nós temos que ter a mente aberta relativamente a essas matérias e o que é nós temos, em nosso entender, que ter em consideração? Em primeiro lugar, a especificidade da cada ilha, não há ilhas iguais nos Açores e não vão existir oportunidades de investimento, nem oportunidades na agricultura de forma igual em todas as ilhas e portanto, penso que a primeira questão que deve estar em cima da mesa é, atender à especificidade de cada uma das nossas ilhas e em regulamentação própria, posterior a um debate que deve ser feito ilha a ilha, procurar as oportunidades de investimento, quer na reserva agrícola, quer fora dela, quer no âmbito agrícola ou não. E eu acho que estamos a tornar esse debate muito restritivo face aos desafios do emprego, aos

desafios da diversificação da atividade económica em meio rural, até porque a reserva agrícola não se restringe a terrenos de altitude, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a reserva agrícola confina hoje com a malha urbana das vilas e das cidades e portanto, há investimentos de diversificação importantes junto à malha urbana e que são a solução para novos jovens agricultores que são empreendedores e que querem inovar e portanto, eu acho que nós estamos todos com a mesma perspetiva, percebemos claramente a preocupação do Bloco de Esquerda relativamente à dimensão que alguns projetos podem ter, mas também por exemplo, o investimento numa habitação própria, um investimento num alojamento turístico de alta qualidade e de reduzida dimensão é um investimento que pode ser útil numa exploração agrícola ou na vizinhança de uma exploração agrícola e portanto, nós não podemos coartar a hipótese de haver jovens empreendedores, filhos de agricultores e agricultores fazerem novas opções como complemento. A nossa preocupação devia ser maior era na melhoria do rendimento dos agricultores porque sempre que decrescerem o rendimento dos agricultores, maiores necessidades vão existir e mais procura vai existir em investir fora da atividade agrícola, isso é que me preocupa em termos estruturais no futuro da agricultura açoriana. Mas não queremos, nem vamos deixar que a agricultura, o turismo e o ambiente não possam ser parceiros de um triângulo em desenvolvimento que se encaixa perfeitamente em cada uma das nossas ilhas, respeitados os critérios que devem ser observados para esses tipos de investimentos e desenvolvimento rural em cada uma das nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa – obrigada, sr. deputado – tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista gostaria de entregar à Mesa, para que fosse distribuído às sras. e srs. deputados, duas fotografias: uma de uma instalação solar de grandes dimensões com pastoreio, que será distribuída, (*Neste momento o sr. Deputado mostra uma foto à câmara*) e outra de outra instalação solar, também de grandes dimensões, com morangos, (*Neste momento o Sr. Deputado mostra nova foto à câmara*), alfaces, batatas a serem plantados utilizando exatamente a sombra e a variação que o sol faz em termos da sua incidência no solo para ajudar a cultura agrícola.

Sra. Presidente e o que nós temos aqui é um uso na plenitude da superfície agrícola, para a agricultura como também para a produção das energias renováveis, aqui se prova que não só é compatível, como é desejável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Entrega documentos (2 fotos) na Mesa para serem distribuídos por todos.)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Assim que for recebido pela Mesa será também distribuído por todos.

Vamos fazer algum silêncio porque realmente a Câmara está ...

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A Câmara está um bocadinho eletrificada! Sra. Presidente uma intervenção muito rápida, naturalmente não era para intervir, o Sr. Deputado Alonso Miguel conduziu tão bem esse debate, mas é só para recordar também duas ou três coisas.

Lembro-me perfeitamente quando em 2006 foi proposto aqui o parque eólico da Serra do Cume a conversa que foi, que ia estragar o ambiente, que era a paisagem, que ia pôr tudo abaixo, que era uma desgraça, a extrema esquerda radical, enfim... Foi uma desgraça que não se podia pôr aquela ventoinhas lá em cima que ia estragar a paisagem eles até faziam propostas que eu nem quero sequer lembrar aqui. Hoje em dia, ainda bem que temos energias renováveis, ainda bem que se apostou nas energias renováveis e o CDS foi pioneiro nessa matéria e fez aqui propostas.

O Bloco de Esquerda hoje vem aqui com uma posição, ao seu costume, radical, mais uma vez dogmática, em que põe o seu dogmatismo acima dos interesses das populações. E este é mais um caso que o Bloco de Esquerda vem, à semelhança, aliás permita-me Sra. Presidente uma “derivazinha”, à semelhança da questão ideológica que deu cabo de uma lei de bases chamada PPP.

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade. Apoiado!

O Orador: Pois, sr. deputado saíram recentemente os resultados e os três melhores hospitais do país são exatamente os hospitais que os srs. não querem e portanto, isso absolutamente vê o vosso radicalismos.

Eu pedi licença à Sra. Presidente para uma deriva e fiz uma deriva para fundamentar o vosso radicalismo e como os srs. são radicais ao ponto de a ideologia e o dogmatismo pôr-se acima de qualquer interesse, mesmo esse interesse sendo para servir as populações e para servir uma Região, torná-la menos dependente, em termos energéticos, do exterior; torná-la mais autossuficiente em termos energéticos e contribuir para o seu desenvolvimento.

Fica claro que os srs. são contra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentar recentrar a discussão deste diploma e na verdade o que está aqui em causa trata-se de pequenas alterações e são alterações que são importantes porque na verdade a experiência do IROA na gestão da RAR, na última década, mostra claramente que os terrenos da RAR com vocação agrícola continuaram a ser mantidos para este tipo de gestão, portanto e na verdade e como foi dito aqui pelo Sr. Deputado Parreira como eu tive oportunidade de dizer na comissão, as construções que foram permitidas na RAR foram construções que têm a ver essencialmente com o setor agrícola, com os projetos de modernização, com habitações para os agricultores e durante um período que foi entre 2008 e 2012 quando era permitido a construção de habitações para não agricultores a tempo permanente, de facto houve um conjunto de autorizações que foram dadas nessa altura. Mas, na verdade, a experiência que se tem na gestão da RAR é uma boa experiência, portanto os terrenos não desapareceram, os terrenos continuam vocacionados para a agricultura, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... são terrenos que tem boas infraestruturas hoje, que permitem com que o setor progredisse e permitem que o setor seja um setor de sucesso, agora, não podemos transformar esta pequena alteração no caos da agricultura, nem o fim da agricultura, pelo contrário, é perfeitamente compatível a produção de energias renováveis, que tem vantagens enormes do ponto de vista ambiental. Agora, o que está em causa aqui é uma exceção, ou seja, agora o Governo decidiu abrir a RAR à instalação de energias renováveis, não é isso, é uma coisa completamente diferente, há uma exceção que só acontece em determinadas condições e para além disso, há outro aspeto que eu disse ali de cima da tribuna, o Governo Regional vai fazer aprovar um decreto regulamentar onde vai definir um conjunto de condições para todas essas exceções, o que neste momento não existe, neste momento existe apenas o diploma e não existe um decreto regulamentar e nós vamos apresentar um decreto regulamentar para, no fundo,

definir uma série de requisitos e condições para permitir que essas exceções possam ser eventualmente aprovadas.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

O Orador: Também dizer que esse próprio diploma permite ou garante um reforço da fiscalização, portanto isso é um aspeto extremamente importante.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Antes do chamado poder de decisão estava, digamos, restrito no IROA, isso no futuro não deixa de acontecer, são chamados à corresponsabilidade na decisão outros departamentos do Governo com interesse nas matérias específicas que estiveram em causa no regime de exceção, portanto parece-me um processo perfeitamente transparente e um processo, no fundo, que não colocará em causa o futuro da agricultura e que esses terrenos, os bons terrenos que nós temos na Região vão continuar ao serviço dos agricultores e da agricultura e continuar a permitir que a agricultura seja a principal atividade económica da Região.

Gostaria ainda também de esclarecer que hoje o atual regime já permite que os agricultores, os filhos dos agricultores desenvolvam outras atividades no agroturismo, pequenas explorações, pequenas queijarias. Agora, aquilo que não se pode permitir, e não permite, é que na reserva agrícola se instale uma indústria, a não ser que seja um processo de interesse público, enfim, como aconteceu no passado recente com projetos, o caso de cooperativas, agora um projeto particular de um agricultor, com um filho agricultor, no agroturismo, queijarias, pequenas unidades de transformação, isso é perfeitamente possível, portanto, hoje este instrumento já permite. Portanto, não percebo, sinceramente, que alguma confusão continue a existir em relação a esta proposta.

Portanto, eu volto a reforçar, esta proposta não se trata de abrir, de autorizar, trata-se de criar um regime de exceção e como tal é um regime de exceção e que

terá que ser, naturalmente, validado e tem que ser provado tecnicamente e economicamente que não existem outras alternativas económicas e viáveis para a realização desses eventuais investimentos e que naturalmente tem que cumprir todos esses aspetos, desde logo de natureza ambiental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deduzo que seja mais um documento, não? Não.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Não, não é um documento.

Sra. Presidente foram aqui referidas propostas que estiverem em debate em 2006. Gostaria de perguntar à Mesa se o Bloco de Esquerda e falou-se no Bloco de Esquerda, se estava presente nesta Casa em 2006?

Deputado José San-Bento (PS): Mas fazia comunicados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas falava!

O Orador: Eu não estava cá, mas queria que a Mesa esclarecesse.

Presidente: Sim.

Em 2006 o Bloco de Esquerda, como alguns outros partidos aqui, não tinham ainda acento neste Parlamento.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como nas intervenções não é costume interpelar a Mesa, fiz uma interpelação como não pôde deixar de ser.

Algumas notas e algumas questões que julgo que neste debate vale a pena esclarecer: em primeiro lugar, Sr. Secretário, denoto que não desmentiu aquilo que disse, é verdade, foi construída uma central fotovoltaica em reserva agrícola. Se foi quando não era permitido, imagine-se quando passar a ser como os srs. querem.

Sr. Deputado António Almeida referiu aqui que os agricultores têm que ter outras alternativas para além da agricultura e que os filhos dos agricultores não devem emigrar. Não posso estar mais de acordo com aquilo que disse, têm que existir alternativas, os açorianos não têm que ser forçados a emigrar, temos que encontrar alternativas. Aquilo que eu questiono, ao Governo Regional é se, a central fotovoltaica, por exemplo que foi instalada na Praia da Vitória, se pertence a um agricultor? Julgo eu que esse dado seria relevante.

Deputado Francisco César (PS): E nas explorações agrícolas os terrenos pertencem sempre ao agricultor?

O Orador: A proposta que o Governo traz aqui e como já referiu acaba por ser redundante, o Sr. Secretário também continua a não esclarecer se é um erro ou não, aquilo que inscreveu nesta proposta relativamente ao agroturismo porque ela é redundante. Para além da questão das energias renováveis o agroturismo já está previsto, já está na lei, ele é permitido, ele existe e na altura o Bloco de Esquerda votou favoravelmente essa proposta que o Governo Regional apresentou.

Sobre energias renováveis, eu julgo que vale a pena referir aquilo que já foi dito aqui desde o início, tanto pelo Bloco de Esquerda, como pelo PCP ou pelo PPM, a reserva agrícola são 17% da área da Região, em muitas ilhas é uma percentagem ínfima. Energias renováveis não podemos apoiá-las mais, estamos totalmente de acordo com o seu desenvolvimento e o investimento nelas é fundamental, principalmente o investimento que deve ser feito pelo operador público. Agora, não podemos é utilizar esses 17% para inutilizar os terrenos.

Sr. Deputado Francisco César gostaria que me mostrasse qual é o trator que vai trabalhar e que vai lavrar essa terra onde mostrou essas batatas entre os painéis solares.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Isso não é sério, um espaço de meia dúzia de centímetros com umas plantas plantadas, não é sério.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Bem, como já se percebeu, com as duas tentativas de alteração que o Governo Regional já fez de alterar a reserva agrícola há uma tendência muito clara: se em 2012 queria permitir todo o tipo de empreendimentos turísticos, agora quer permitir todo o tipo de investimentos na área da energia como por exemplo, centrais fotovoltaicas que ocupam larguíssimas áreas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que o Governo Regional quer aos poucos é desmantelar a reserva agrícola.

Sras. e Srs. Deputados o Governo Regional se quer fazer, assumo-o perante esta Câmara, não vale a pena criar exceção atrás de exceção, até não restar nada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro para esclarecer que fiz várias perguntas ao Sr. Secretário e o Sr. Secretário não respondeu a uma única pergunta à representação parlamentar do PCP, a uma única pergunta!

Depois, para afirmar que o que foi distribuído pela bancada do Partido Socialista, isto que está aqui, não há pessoa nenhuma, por exemplo na ilha das Flores, que queira ver os seus terrenos com situações destas porque mais grave que os tratores passarem por baixo disto, mais grave é o impacto ambiental que isto coloca. Aliás, nós não nos podemos esquecer que na última visita do Sr. Presidente da República à ilha das Flores, ele esteve em visita e em fotografia num local que se chama, o Portal, que é por cima da Fajãzinha no concelho das Lajes das Flores e

que por acaso é um local, na parte de baixo, de reserva agrícola, ou seja, desvirtuava todo o espaço e o local lá visto e contemplado pela beleza natural.

Mais uma coisa, que não é só o impacto visual, nós sabemos todos que existe um ecossistema e que os pássaros também coabitam juntamente com a pecuária e que nesses casos em que existem painéis fotovoltaicos isto não acontece, como é demonstrado pela fotografia apresentada pelo Sr. Deputado Francisco César, como todas as bancadas conseguem ver essa situação.

Sr. Secretário deixo mais uma vez o alerta, deixo mais uma vez a preocupação.

Sr. Secretário fiz-lhe quatro ou cinco perguntas, Sr. Secretário não respondeu a uma única pergunta à representação parlamentar do PCP.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados o PCP também esgotou o seu tempo para este debate.

Vou passar a palavra agora o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo eu respondi – está distraído e depois não houve as minhas respostas – ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não respondeu a uma única questão!

O Orador: ... eu respondi-lhe às questões. Eu fui claro, Sr. Deputado, em relação aquela que é a posição do Governo sobre a questão das energias renováveis e em relação à situação particular da ilha das Flores e em relação a essa situação particular da proposta apresentada pelo do Bloco de Esquerda. A situação da proposta do Bloco de Esquerda é uma proposta que não faz sentido porque neste momento os sistemas estão disponíveis, os pequenos sistemas para instalação nas explorações agrícolas não necessitam de autorização.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Vai ter efeitos retroativos? Vai ter ou não efeitos retroativos, Sr. Secretário?

Presidente: Por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Sr. Deputado, o sr. conhece melhor do que eu, ou devia conhecer melhor do que eu até, qual é a aplicação dos diplomas que são aprovados aqui nesta Casa. O sr. sabe que tem a consciência daquilo que vai aprovar ou daquilo que não vai aprovar e como tal, julgo que esta é uma falsa questão que está a colocar. Agora, aquilo que está aqui em causa trata-se de uma alteração pontual ao diploma da reserva agrícola, que é um diploma que protege os melhores solos para o desenvolvimento da agricultura, é isso que está aqui em causa, não está em causa destruir a reserva agrícola, ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Neste caso está excluído, Sr. Secretário!

O Orador: ... está em causa é criar um regime de exceção, como eu já tive a oportunidade de referir, de eventuais projetos de produção de energia renovável que possam ser aprovados na reserva agrícola se for provado que não existe outra localização tecnicamente e economicamente viável e que naturalmente carece de parecer das entidades competentes na matéria, designadamente em matéria de energia e em matéria de ambiente. É isso que está em causa, mais nada e são projetos que do ponto de vista global, do ponto de vista dos benefícios que pode dar para a economia, para o ambiente, e que naturalmente serão ponderados na altura e se naturalmente forem projetos que tiverem esse benefício e que não podem ser instalados noutra local, porque é que não hão de ser instalados na reserva agrícola? Não vai destruir a aptidão do solo, quando terminar o projeto o solo pode voltar novamente para a agricultura e até podem ser permitidos determinados tipos de exploração. Qual é o drama, se assim se pode dizer? Estamos a falar de um regime de exceção, não é abrir a reserva agrícola à instalação de projetos fotovoltaicos ou projetos de energia eólica, portanto é isso que está em causa, srs. deputados. Não percebo, sinceramente, não percebo a confusão e se calhar não vale a pena mesmo tentar perceber.

Responder à questão do sr. deputado, a primeira, de facto, foi um lapso que lamentamos, que só foi detetado agora que o sr. deputado chamou a atenção e à

questão concreta que colocou dizer que, aquilo que eu tenho conhecimento é que o IROA não aprovou qualquer projeto de instalação de parques fotovoltaicos na reserva agrícola, portanto é essa a informação que eu lhe posso dar.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Para duas observações breves: a primeira, nós estamos aqui a discutir o impacto visual e a utilização do solo com equipamentos de energias renováveis. Sabemos todos nós, o IROA neste momento está há anos a construir uma rede de eletrificação agrícola com base em quê? Combustíveis fósseis! Então há um debate alargado à escala mundial e à nossa escala e a rede elétrica, neste momento, é feita com recurso a combustíveis fósseis, não deveríamos estar aqui a sugerir ao Governo que o que estivesse na origem da produção de energia elétrica para esta rede do IROA fosse a de energias renováveis fora da reserva agrícola e alimentando a rede de eletrificação agrícola. Não vi porventura, aqui esse tipo de preocupações que para mim releva mais.

A segunda observação, Sr. Secretário Regional, por aquilo que eu percebi a um conjunto de contatos que fiz em várias ilhas a temática é naturalmente polémica porque envolve interesses pontuais e individuais de empresas de instituições e sectoriais. Percebi logo que iria haver legislação complementar e regulamentar sobre essas matérias e eu sugeria, até porque o Sr. Secretário promove um debate e um diálogo em todas as ilhas com agricultores e com outras instituições, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E bem!

O Orador: ... que aproveite esse périplo que faz pelas várias ilhas para colocar a debate, designadamente os regimes de exceção da reserva agrícola e a problemática do ordenamento do território em geral. Eu acho que seria útil, a comissão de economia remeteu pedidos de parecer a 27 entidades e recebeu 7 respostas e portanto, eu penso que é uma matéria que não está amadurecida por

parte dos interessados ou daqueles sobre os quais podem recair consequências positivas ou negativas. E portanto, a minha sugestão é de que a secretaria regional faça em cada uma das nossas ilhas um debate alargado sobre essas matérias porque vai, naturalmente, colher opiniões em concreto que poderão decidir que a própria regulamentação, a própria legislação complementar respeite interesses que distinguem cada uma das nossas ilhas de acordo com o objeto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha pedido a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que foi dito agora nesta intervenção, o PCP queria intervir. Pergunto à Mesa quanto tempo o PCP tem para intervir neste debate?

Presidente: O Sr. Deputado agora fez-me lembrar o antigo Deputado desta Casa, Aníbal Pires.

Para lhe dizer que o PCP esgotou o seu tempo na última intervenção.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS-PP acusou-me de fundamentalista nesta matéria. Disse v.exa. que eu sou fundamentalista. Sou, sou, de facto, fundamentalista nesta matéria porque nós, PPM, temos uma história nesta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Nós quem?

O Orador: Nós tivemos o aviso e fizemos o aviso, desde a década de 70, em relação ao que é que iria acontecer à floresta em Portugal e às nossas capacidades agrícolas desde a década de 70.

Deputado Francisco César (PS): Nós quem?

O Orador: Poucos nos ouviram.

Está a perguntar o Sr. Deputado Francisco César: “Nós quem?” Nós PPM, o primeiro partido ecologista que surgiu em Portugal.

E quero dizer o seguinte, em 2011, Gonçalo Ribeiro Teles deu uma entrevista ao Diário de Notícias em que dizia, em 2011 diziam-lhe: “Mas há uma AD” – que tinha o PSD e o CDS – e ele disse: “Não, não há nenhuma AD porque falta-lhe um elemento fundamental, falta-lhe o PPM”. Grande parte da legislação sobre ordenamento do território teve como origem o PPM, foi fundamental nesta matéria da defesa do ambiente, da defesa da agricultura em Portugal. Foi o responsável pela produção dos documentos mais importantes do ponto de vista da proteção do ambiente e da agricultura em Portugal e agora, meus srs., vem o Partido Socialista apresentar qual é o seu ideal agrícola para o futuro dos Açores, que é entre prédios e entre instalações modernas, como dizia um Sr. Deputado José San Bento: “Nós somos modernos.” Parece aquele operário a correr nos tempos modernos, naquele filme e então a ideia é esta (*neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara*) e isto para o Partido Socialista é o futuro da agricultura, é o futuro dos Açores, se colocarmos aqui umas couvezinhas aqui em cima dos prédios, isso demonstra que a reserva agrícola está protegida, isto é o futuro da reserva agrícola de acordo com a ideia do Partido Socialista.

Eu vou mostrar-vos uma imagem (*neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara*), uma imagem da dimensão que podem ter estes parques de energias alternativas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Vejam bem, toda essa zona prateada é o parque fotovoltaico ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é no deserto!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é nas ilhas Faroé!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde é que isso fica!

O Orador: E diz o Sr. Deputado Francisco César: “Não há problema porque nós aqui debaixo destas coisinhas vamos meter aqui umas alfaces ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas onde é que isso fica?

O Orador: ... e se metermos umas alfaces já é reserva agrícola”. Por isso, meus srs., aqui o que importa, Sr. Secretário, o que vou dizer é que não é por acaso que o sr. veio aqui com este regime de exceções e não é por acaso que da sua boca saíram palavras açucaradas: “é temporário, é pequenino, é uma coisa provisória.”

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde é que isso fica?

O Orador: É essa conversazinha para ver se convence, para ver se isto passa. Eu vou-lhe dizer, sabe quem é que desilude muito, sabe quem é que v. exa. em particular, o Partido Socialista e o Governo que v.exa. integra, desiludiram muito?

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termino.

Quem desiludiu muito foi a juventude dos Açores, a juventude dos Açores é hoje uma das juventudes de Portugal que está mais empenhada na preservação do ambiente em Portugal, na preservação dos nossos recursos naturais e v. exa. com este género de proposta, quem está a desiludir muitíssimo, que é uma juventude muito empenhada na defesa dos nossos recursos, na defesa do ambiente, v.exa. quem está a desiludir muito é a nossa juventude.

Os srs., termino Sra. Presidente ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... os srs. querem combater a abstenção, muitos dos jovens não votam em Portugal e nos Açores, não votam em Portugal, mas eu acho que eles devem votar, devem votar exatamente para impedir que os srs. continuem a destruir a

reserva agrícola regional, como é o caso desta proposta. Por isso é que esta juventude ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... deve votar para vos parar, para parar as vossas políticas agressivas em relação ao ambiente.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate e a Mesa não tem inscrições.

Não havendo vamos passar às votações.

Votamos em primeiro lugar esta proposta de decreto legislativo regional na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar:

Secretário: A proposta de decreto legislativo regional foi aprovada na generalidade com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos passar ao debate e votação na generalidade.

Julgo não haver inscrições.

Está à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 5.º, que está incluído dentro do artigo 1.º, naturalmente que faz todas as alterações a este diploma:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos do Partido Socialista, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e a favor 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Vou então colocar à votação o artigo 1.º da proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos da favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e votos contra 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Eu penso que poderei colocar à votação conjunta os restantes artigos deste diploma porque se trata da republicação do regime transitório da entrada em vigor, portanto estão à votação os artigos 2.º... então vou votá-los separadamente.

Artigo 2.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e votos contra 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Artigo 4.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação final global, a proposta de decreto legislativo regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 do PSD, 4 do CDS-PP e votos contra 2 do Bloco do Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Encerramos assim este ponto da Agenda.

Vamos fazer um intervalo.

Sr. Deputado António Toste Parreira pede a palavra para?

Para uma declaração de voto tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já tinha referido numa intervenção atrás, é bom que fique bem claro aqui que mais de 90% das construções na RAR são infraestruturas agrícolas, tudo o resto é muito menos comparação a isso. Portanto, para o grupo parlamentar do Partido Socialista essa proposta em análise, é equilibrada e vem de encontro às novas realidades: por um lado garante um efetivo e pleno aproveitamento agrícola dos solos com maiores potencialidades e protege as áreas de maior aptidão agrícola de outras ações, por outro lado, acautela e clarifica as intervenções no âmbito da gestão das explorações agrícolas, das atividades extrativas e dos novos desafios colocados pela atividade turística.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP votou contra este diploma e não é contra as energias renováveis, às energias limpas, é contra

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... aquilo que o Partido Socialista e este Governo estão fazendo contra a agricultura nos Açores e estão arrasando com as reservas agrícolas que existem, principalmente nas ilhas mais pequenas. Ou seja, o PCP votou contra porque acha que é descabido, completamente descabido aquilo que foi entregue por uma bancada e que vai, em termos ambientais, em termos até de ecossistema (*neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara*) vai prejudicar gravemente as ilhas mais pequenas e vai prejudicar gravemente os ecossistemas que lá existem e que vai trazer também um impacto visual enorme e negativo para todos os nossos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra esta proposta de decreto legislativo regional que altera o regime jurídico da reserva agrícola regional porque ela é mais um passo e abre caminho ao desmantelamento, aos poucos, gradual dos melhores terrenos, da própria reserva agrícola regional.

A justificação para construção e instalação de projetos de energias renováveis é falaciosa porque eles podem ser instalados e devem ser instalados em terrenos que não constituem reserva agrícola ou reserva ecológica.

Os melhores terrenos da Região para a agricultura, os terrenos mais importantes para o ecossistema e para o equilíbrio ecológico da Região, que também são os agrícolas, devem ser preservados e não se deve entrar por um caminho de exceção em exceção, irmos aos poucos desmantelando aquilo que os Açores têm de melhor.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos contra e votámos contra porque votámos a favor da defesa do ambiente, da ecologia, das reservas naturais da nossa Região.

Votámos a favor da manutenção da enorme riqueza que as gerações anteriores de açorianos nos deixaram.

Votámos a favor da preservação dos nossos recursos naturais, que são absolutamente essenciais para o futuro porque eu apelo a todos os açorianos que nos estão a ouvir que pensem apenas no seguinte: existe uma percentagem de 83% do nosso território onde estes equipamentos, estas exceções que o Governo introduziu na legislação podem ser instalados, em 83% do nosso território.

A pergunta é: para que é que é necessário agredir, diminuir, fragilizar a existência dos outros 17% que garantem que para o futuro, as novas gerações de açorianos irão herdar 17% de terras com aptidão agrícola?

Vivemos num mundo em que as terras com aptidão agrícola estão a diminuir a uma dimensão tremenda. Vivemos num mundo em que estamos muito preocupados com as alterações climáticas e como referem no vosso próprio documento, as alterações climáticas irão reduzir as terras férteis e por isso, num contexto em que a preocupação ambiental cresce, a preservação dos recursos naturais cresce, é absolutamente incompreensível que quando todos os governos do mundo estão a fazer exatamente o contrário, que é reforçar a proteção de recursos naturais e das reservas agrícolas, quando toda a gente na Europa está a fazer o contrário, o Governo dos Açores está a criar exceções que fragilizam a reserva agrícola regional e por isso nós votámos contra, com convicção e vamos votar sempre contra, enquanto os srs. seguirem esse caminho de agressão ao ambiente, de agressão aos recursos naturais dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(corte na gravação)

Eram 18 horas e 17 minutos.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 11 da Agenda - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”**.

Este projeto de resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A Região Autónoma dos Açores tem muitos problemas no setor educativo, por exemplo as elevadas taxas de retenção e as mais elevadas taxas de abandono escolar precoce, a nível nacional. Constitui-se portanto, como uma emergência a implementação de medidas estratégicas que conduzam a que as crianças e jovens açorianos tenham um percurso escolar de sucesso, pois com isso estamos a construir uma sociedade mais evoluída.

O nível elevado de insucesso escolar nos Açores tem múltiplas causas, mas uma salta à vista de todos nós: as dificuldades socioeconómicas das famílias açorianas. As melhorias das condições de vida das nossas famílias permitiriam uma evolução social que não se deixaria traduzir em melhores aprendizagens na escola. Obviamente que isto é algo que v. exas. não conseguem fazer, pelo

contrário apenas geram pobreza. Só com a criação de riqueza na Região, só com o desenvolvimento da Região teremos muito mais sucesso educativo.

O PS fez aprovar uma proposta que estabelece a concretização de planos de recuperação de aprendizagens em períodos de interrupção letiva a cumprir presencialmente nas instalações escolares. Esta é de tal forma uma medida descontextualizada e extemporânea que o Sr. Secretário Regional se apressou a demarcar-se dela, referindo que o Governo não iria implementar pois era necessário mais tempo para analisar as suas implicações.

Mas ela existe, e está explanada no Estatuto do Aluno e os executivos podem implementá-la e tem toda a legitimidade, mesmo que o Sr. Secretário diga que não a vai cumprir.

Relembro o predefunto ProSucesso que logo na sua fase inicial fez uma “perseguição”, obviamente entre aspas, aos trabalhos de casa. Obrigou mesmo as escolas a clarificar qual a sua cultura de escola em relação a este assunto porque considerava que bastava de escola na escola e que as crianças e os jovens tinham direito a estar com a família, tinham direito ao seu tempo de criança e de jovem para o desenvolvimento e a participação noutras atividades. Mas são os mesmos que agora querem pôr na escola, durante as interrupções letivas, estes jovens e crianças, expondo-os, humilhando-os, discriminando-os negativamente, violando-os no seu direito às interrupções letivas. No fundo é dar-lhe mais do mesmo, ou antes, querem crianças expostos na sua comunidade perante os seus pares.

Esta é no nosso entender uma tripla estigmatização, para além da classificação atribuída não ser positiva, ficam privados do seu tempo de férias (sim, que para os alunos são férias) e teriam que ir para a escola sozinhos enquanto que os jovens e crianças que obtiveram sucesso estavam obviamente a desfrutar da interrupção letiva.

No debate em janeiro sobre este tema terminei a intervenção do PSD com uma questão: quais foram as associações de estudantes, de pais, de sindicatos ou de outras personalidade de reconhecido mérito na área da educação que v. exas. ouviram para a apresentação da vossa proposta? Fiquei sem resposta, mas agora eu próprio respondo à mesma questão: Nenhuma! O Partido Socialista bastou-se a si próprio, não ouviu ninguém e agora recusou ouvir quem quer que fosse, convictos que estão do “orgulhosamente sós”, para onde foram arrastados inadvertidamente, como tem ficado demonstrado nestes debates e corroborado pelas declarações do Sr. Secretário Regional da Educação.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Em nossa opinião, foi uma proposta reativa à luta justa pela contagem do tempo de serviço de docente e seguiu a velha máxima socialista: “Quem se tem com o PS leva.”. Levaram os professores que ousaram lutar a favor da contagem do tempo de serviço e levaram os alunos que ousaram apoiar os seus professores.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Na sessão solene do dia da Região o Presidente do Governo anunciou iniciativas com o objetivo de contribuir para reforçar a consciência de participação política e exercício de cidadania com o intuito de combater a abstenção. Segundo avançou, a primeira consistia numa iniciativa de fortalecimento da democracia participada e de proximidade, especialmente dirigida aos jovens enquanto condição para que se pudesse inverter a curva de abstenção real nos Açores a médio prazo.

Assim, o Governo dos Açores propõe-se lançar uma grande campanha junto de todos os alunos do ensino secundário da Região, abrangendo o 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade e também do ensino profissional que gradualmente estarão nos próximos quatro anos em condições de exercer o seu direito de voto.

Para isso, e ainda segundo o discurso do Sr. Presidente do Governo, o Governo nomeará brevemente uma comissão a quem caberá definir o conteúdo programático e promover e acompanhar a respetiva implementação o mais rapidamente possível.

Sr. Presidente do Governo e do Partido Socialista, que não está aqui presente, mas ao qual deixarei algumas sugestões: sugiro ao Sr. Presidente que comece por casa e comece pelas comissões já existentes, que diga aos srs. deputados presentes na comissão de assuntos sociais que é necessário, desejável e democrático ouvir as partes interessadas nas tomadas de decisão, que lhes diga que é conveniente ouvir pais, professores, alunos ou quem quer que seja sobre os temas que diretamente lhes dizem respeito e que os deputados socialistas da comissão de assuntos sociais se recursaram a ouvir sistematicamente.

Devia o Sr. Presidente do Governo e do PS dizer à sua bancada que não fica bem aprovar nesta Casa uma iniciativa para baixar à comissão, para depois se recusar toda e qualquer diligência e a iniciativa voltar a subir a plenário, da mesma forma que baixou sem qualquer tipo de debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Devia o Sr. Presidente do Governo e do PS dizer à sua bancada que a comissão andou a gastar recursos de vária índole aos açorianos, sem qualquer resultado prático e que isto não é correto, que isso é enganar os açorianos.

Que grande lição de cidadania perderam os alunos açorianos que se podiam ter pronunciado se o PS não lhes tivesse coartado esse direito sobre a reforma curricular do ensino básico que discutimos no mês transato ou sobre esta descabida e extemporânea proposta de aulas nas interrupções letivas.

Isso sim, é que era cidadania, isso sim é que era apelar à participação cívica dos alunos, isso sim é que era valorizar as suas opiniões.

Estava incrédulo no dia da Região ao ouvir o discurso do Sr. Presidente do Governo Regional quando poucos dias antes, mesmo poucos dias antes, o Partido

Socialista aprovava uma proposta de grandes implicações pedagógicas sem ouvir os departamentos curriculares, os pais ...

Deputado Francisco César (PS): Pela segunda vez!

O Orador: ... ou os alunos sobre a mesma.

Assim não vamos lá, enchemos folhas de discurso em oratórias ocas, vazias de sentido...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Parece que está a falar de si!

O Orador: ... quando a prática demonstra a negação daquilo que se diz.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós consideramos urgente que quando se iniciar o próximo ano letivo este assunto esteja esclarecido para a comunidade escolar. Por isso, propomos esta alteração ao estatuto do aluno, reforçados pelo facto de na interrupção letiva da Páscoa de 2019 vários professores terem sido chamados a escolas para cumprir componente letiva.

Se o Sr. Secretário não considera aplicar esta medida, se acha que ela é contraproducente, então aprovem a nossa proposta. Ao fim ao cabo, pior que cometer um erro é insistir nele ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas o senhor quer a clarificação ou a revogação?

O Orador: ... e v. exas. como se viu no caso da recuperação do tempo de serviço dos professores, não têm problema de dar o “dito por não dito” de um dia para o outro. Também podem reconsiderar a vossa posição entre o mês de novembro e de julho, neste caso em particular, estou certo até com a anuência e o apoio do Sr. Secretário Regional.

Para o PSD, as interrupções letivas existem porque são reconhecidamente necessárias e desempenham diversas funções. Logo à partida, o necessário descanso que as crianças e jovens necessitam. Está mais do que comprovado em termos pedagógicos que a apropriação de conhecimentos e aprendizagens é

realizada de forma mais eficaz com estes momentos de pausa e lazer, para os alunos reiniciarem o período letivo mais disponíveis para assimilação do conhecimento e de aprendizagem.

Disse!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Secretário Regional:

Eu gostaria, em primeiro lugar, dizer ao grupo do PSD, muito em particular ao Sr. Deputado Jorge Jorge, que foi quem aqui leu a intervenção de tribuna que as adjetivações que utilizou no âmbito da sua intervenção e que as colam àquela que é a proposta de alteração, quer dizer que o grupo parlamentar do Partido Socialista as repudia totalmente, totalmente. Desde logo, Sr. Deputado, em particular o grupo parlamentar do PSD, não haja a menor dúvida daquele que é o partido que construiu a escola que temos hoje nos Açores, daquele que é o partido que construiu a liberdade democrática dentro das escolas, daquele que é o partido que garante que os nossos professores tenham o melhor estatuto da carreira docente do país, daquele que é o partido que garante que os nossos alunos possam participar na vida ativa da sua escola e portanto, utilizar termos aqui como: “humilhando-os” – referindo-se aos alunos, “violando os seus direitos” – referindo-se aos alunos, “estigmatização” – referindo-se aos alunos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Direito ao descanso!

A Oradora: Oh Sr. Deputado eu tenho uma pergunta muito direta para lhe fazer: eu gostava de saber o que é que incomoda tanto o PSD ...

Deputado Luís Maurício (PSD): O que incomoda é que o Sr. Secretário disse que não era para aplicar!

A Oradora: ... e outra oposição também de o facto de um aluno num âmbito de necessitar e querer, no seu tempo de interrupção letiva, ou seja, é um tempo de interrupção letiva que ele decide com o seu encarregado de educação pedir ajuda. Qual é o problema que o PSD tem com o que está escrito e que foi aqui aprovado? E repito, a pergunta é diretamente ao proponente: o que é que o PSD tem contra ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): já perguntou ao Sr. Secretário?

A Oradora: ... o direito de um aluno que necessita e que pede ajuda naquele que é o seu tempo letivo?

Deputado Luís Garcia (PSD): Pergunte ao Sr. Secretário Regional!

A Oradora: Segunda: nós, o grupo parlamentar do Partido Socialista...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... respeita os tempos de lazer, mas nós estamos a falar da capacidade que o encarregado de educação e que o seu filho/a tem de “eu preciso de apoio e eu vou pedir no meu período de interrupção letiva”, é uma escolha! Não minorizemos nem os alunos, nem os pais, essa é!

E o que eu quero aqui dizer em segundo lugar é que quero repudiar, veementemente, aquelas que são as notas de imprensa seguidas do PSD ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem que substituir PSD por Prof. Doutor Avelino Meneses. Ele é que tem que responder!

A Oradora: ... em dizer que o Partido Socialista propôs aulas obrigatórias. Sabem que é falso, não é isso que está em causa, é uma faculdade que o aluno tem. Porque se assim for, e diretamente para o Sr. Deputado Jorge Jorge, mas sei que existem outros professores na sala e com certeza não levarão a mal, mas porque foi o Sr. Deputado Jorge Jorge que fez aqui a sua intervenção, o artigo imediatamente anterior também estaria enquadrado na categoria da

estigmatização, na categoria do violar o seu direito, de humilhar, precisamente no mesmo artigo, mas a alínea anterior e portanto, o sr. deputado como professor que é, sabe muito bem que não é.

E portanto eu vou terminar esta minha primeira intervenção colocando-lhe a pergunta diretamente: o que é que incomoda tanto o PSD de um aluno, no âmbito do seu direito, no período de interrupção letiva, quer do Natal, quer da Páscoa, queira pedir apoio, o que é que incomoda o PSD que um aluno tenha o direito de pedir esse apoio por ele solicitado?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sras. e Srs. Deputados o debate está aberto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta a esta alteração à legislação foi efetuada durante uma noite em que se debateu o orçamento da Região. Esta proposta na altura não foi acompanhada...

Deputada Mónica Rocha (PS): Não, não! Não foi à noite. Foi à tarde!

O Orador: Não era à noite? Era à tarde. Pronto, eu peço desculpa eu estou um bocadinho perdido, sabem porquê? Porque durante anos e anos (os deputados mais antigos sabem) nós debatemos sempre o orçamento e votámos sempre à noite e de madrugada e por isso é que eu estava a fazer esta referência. Mas não muda a substância da questão o momento em que foi votado porque o que é importante é o seguinte: esta proposta do Partido Socialista esta alteração foi introduzida na legislação sem que os encarregados de educação, os alunos, as escolas tivessem sido auscultados, tivessem sido ouvidos, foi logo o primeiro pecado original desta iniciativa – as pessoas não foram ouvidas. Bom, isto é um

pecado original desde logo, para o Sr. Presidente que se apresenta agora como muito dialogante, mas também para o Sr. Presidente do grupo Parlamentar do Partido Socialista que na primeira entrevista que deu à comunicação social nessa condição a palavra “diálogo” é o que repete mais vezes, auscultar a população, ouvir as pessoas e portanto, dialogar, dialogar, dialogar. Não dialogou nada, no caso desta proposta, porque não se ouviu ninguém e foi votada no meio de centenas de artigos. Bem, é um erro que foi cometido, o próprio Governo já admitiu que é um erro, do ponto de vista educativo, do ponto de vista político e mais do que isso, vejam as alterações que estão a ocorrer a nível nacional, ou seja, é exatamente no sentido contrário, ou seja, de aumentar os tempos em que os alunos poderão usufruir de interrupções letivas, ou seja, o período de interrupção letiva irá ser aumentado, ou seja, a sra. deputada mesmo a esse nível está em contra corrente àquelas que são as políticas que estão a ser adotadas pelo seu próprio partido a nível da República.

Mas quero-lhe dizer uma coisa, eu não tenho dúvidas, eu sou professor, a primeira vez que dei aulas foi em 1989, há muitíssimos anos. Eu vou-lhe dizer uma coisa: não tenho nenhuma dúvida, mas mesmo nenhuma dúvida que é absolutamente contraproducente fazer isso às crianças, dizer-lhe assim: “olha, tiveste uma avaliação negativa – que é a expressão que v.exa. utiliza – e por isso os teus colegas podem passar o Natal junto das famílias, podem brincar à vontade e tu, se os teus pais concordarem, vens para aqui e tens aulas de apoio”. Eu acho isso profundamente negativo sra. deputada, a sra. também é professora, a sra. está profundamente enganada ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor é que está enganado!

O Orador: ...em relação a esta matéria, é algo que é contraproducente, é uma violência em relação às crianças. Oiça! Há sempre um filme que passa no Natal, em que é sempre aquele vilão que estraga o Natal, v. exa. agora quer ocupar essa posição, é a sra. deputada que quer estragar o Natal às crianças açorianas!

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não lhe fica bem, Sr. Deputado!

O Orador: E o que lhe quero dizer é o seguinte: não tem um efeito positivo sra. deputada, e veja bem, a sra. deputada, o Partido Socialista e o líder parlamentar (que está ali a ver se não sobra nada para ele), que agora nesta nova fase de diálogo os srs. vetaram quem fossem auscultadas as escolas. Então, mas se a sra. está tão convencida que a sua proposta é tão boa, que irá receber apoios pedagógicos, de especialistas, das escolas, das famílias, dos alunos...se é tão boa, tão boa, tão boa, tão boa porque é que não quis ouvir ninguém? Porque é que não permitiu que fossem ouvidas as diversas entidades e os diversos agentes educativos em relação a esta matéria?

Sra. deputada este erro que é da sua responsabilidade política, sra. deputada, porque eu não vejo mais ninguém a assumir essa responsabilidade, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quando votarmos já vai ver!

O Orador: ... nem o Governo, nem nenhum deputado da sua bancada. É uma responsabilidade política sua.

Ouçã, todos temos erros, eu já tive muitos também, mas eu quero lhe dizer o seguinte: não insista neste erro, não insista. Não se ganha nada em persistir num erro e nesta matéria aquilo que está a defender é absolutamente contraproducente, aliás basta ler o que foi publicado, os artigos de opinião, quer aqui, quer a nível nacional sobre essa matéria em que esta matéria foi apelidada de retrógrada, de algo absolutamente desfasado, de algo que não fazia qualquer tipo de sentido e portanto, eu peço-lhe que tenha humildade democrática de reconhecer que errou. Tinha um bom propósito, mas a medida que propôs significa um erro e penaliza muito as crianças dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Sra. Secretária:

Bem, este debate que agora iniciámos é um debate que já foi feito há coisa de três meses, salvo erro, no âmbito de uma iniciativa apresentada em conjunto pelo grupo parlamentar do CDS-PP e da representação parlamentar do PPM e portanto, o debate que se fará hoje parece-me que não irá introduzir grandes novidades e por isso quero aproveitar para, não só reafirmar a posição do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, mas para falar sobre a escola pública e aquele que deve ser o grande desígnio da escola pública, que é de contrariar as desigualdades sociais.

E mais do que contrariar as desigualdades sociais atuais é combater e contrariar a reprodução dessas mesmas desigualdades sociais. Esse foi um desígnio de Abril, é um desígnio que ainda não foi cumprido, que ainda temos um caminho muito longo a percorrer para o cumprir, mas que já foram feitos, de certeza, alguns progressos e quando se fala em contrariar a reprodução de desigualdades sociais falamos inevitavelmente em contrariar aquela que, digamos que é uma praga, o abandono escolar precoce. E a melhor forma de combater esse abandono escolar precoce é justamente promover o sucesso escolar, aliás, não é o Bloco de Esquerda que o diz, eu penso que todas as sras. e srs. deputados desta Casa também reconhecerão isso, não é uma novidade académica, aliás Pierre Bourdieu já dizia que esse era o grande caminho para contrariar o abandono escolar precoce e por isso mesmo eu estranho muito um dos considerandos apresentados neste projeto de resolução que diz o seguinte e passo a citar: “considerando que esta é uma forma de pressão pouco subtil, no sentido de concretizar o grande desígnio educativo do século XXI, o de passar toda a gente.”, fico sem perceber, e isso só o proponente é que me poderá responder, se este considerando poderá ser tido com um tom irónico ou não? Isto porquê? Porque eu poderia perguntar se o PSD é contra ou a favor do sucesso escolar porque eu, numa escola ideal, numa escola pública que eu quero e todos nós deveremos querer, ninguém fica para trás,

ninguém deve ficar de fora, deve passar toda a gente. Agora é claro que deve haver condições para que isso aconteça, para que passe toda a gente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quase toda a gente desde que cumpra os mínimos!

O Orador: Isso é outra conversa, exatamente! E por isso mesmo, e não acredito que ninguém aqui nesta Câmara queira almejar algo que já foi alcançado e que não deve continuar e ser perpetuado, que é ter uma escola pública que não é mais do que um sistema de seleção social porque isso é contrariar a verdadeira missão da escola pública ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é o que temos!

O Orador: ... que é a reprodução de desigualdades sociais, não pode ser um reprodutor de desigualdades sociais, não pode!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está a contradizer-se!

O Orador: Ora, e como eu disse ainda há pouco, o que há é que dar condições para toda a gente passar, eu penso que neste momento a escola pública não consegue proporcionar essas condições e por isso é que existem, infelizmente, ainda práticas como os tpc's, a necessidade, por exemplo de alguém recorrer a explicações fora da escola.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Isso não deveria acontecer, numa verdadeira escola pública que quer alcançar esse grande e real objetivo de contrariar a reprodução de desigualdades sociais, isso nunca deveria acontecer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

O Orador: Portanto, numa escola pública verdadeiramente inclusiva, ninguém precisaria de explicações fora da escola, quer em tempo letivo, quer em tempo não letivo. Esse é que deveria ser o grande objetivo.

E mais, nem deveria ser necessário recorrer a tpc's, porquê?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

O Orador: O grande mal dos tpc's, não é o tpc em si, é a distinção que existe entre alunos no que toca ao cumprimento dos tpc's, porque aqueles que têm pais, têm famílias, que tiveram acesso a oportunidades culturais que permitem prestar apoio aos filhos...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Ora nem mais!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ...o tpc não é problema, o problema está naqueles alunos provenientes de famílias que não tiveram as oportunidades culturais para poderem auxiliar os seus filhos no cumprimento dos tpc's.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então vai para o castigo!

O Orador: E portanto, é por isso mesmo que as famílias procuram apoios e apoios muitas vezes em explicações. Ora, mas essas explicações, que ocorrem sempre, sempre, no período extra -escola, depois das aulas, e portanto, naquele que deveria ser o tempo livre dos alunos. Quando são explicações no setor privado não é um castigo, é um privilégio. Eu não estou aqui a colocar em causa a existência de explicações privadas, não é isso que está aqui em causa, o que está aqui em causa é permitir que tanto aqueles que têm dinheiro para aceder explicações, tenham explicações, como aqueles que não têm necessidade de recorrer a explicações, tenham explicações na escola pública. E portanto, o que nós temos atualmente, quer queiramos, quer não – e eu gostaria de viver num mundo ideal, mas por enquanto ainda não vivo – a realidade atual ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a da Albânia!

O Orador: ... é que vai-se perpetuando uma desigualdade social, devido à possibilidade e para uns e a impossibilidade para outros, do recurso para apoios que colmatam as lacunas da escola pública e portanto, nós não podemos, por enquanto, permitir que isso aconteça. Sendo que, no futuro o que nós queremos é uma escola pública em que ninguém tenha que recorrer, sequer a explicações.

E para que não tenham dúvidas acerca da atual escola pública e da forma como ela não tem conseguido contrariar a reprodução de desigualdades sociais, eu quero aqui recordar um estudo que foi, muito recentemente divulgado de uma instituição insuspeita (pelo menos não tem qualquer ligação ao Bloco de Esquerda) que é a Fundação Belmiro de Azevedo, em que um dos responsáveis pelo estudo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não punha as minhas mãos no fogo!

O Orador: ... o Professor Alberto Amaral, coordenador do conselho científico da EDULOG e presidente da A3ES, e que traça a seguinte conclusão: “quem não tem possibilidade de ir para um colégio privado ou de ter explicações, não consegue bater essa dificuldade que é a de quebrar um ciclo de desigualdades sociais e também ciclos de pobreza”. Portanto, aquilo que se pretende neste momento, também é de certa forma, um pouco daquilo que acontece neste momento na Região Autónoma da Madeira, está bem que não é propriamente nas férias escolares, mas depois das aulas os alunos da Região Autónoma da Madeira podem aceder ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Podem! Podem!

O Orador: ... àquela que é uma medida de apoio educativa, que é o apoio curricular acrescido e isso não é nenhum castigo, aliás, é uma medida que tem tido bastante sucesso na Região Autónoma da Madeira. Aquilo que se pretende com esta medida prevista em sede de Orçamento da Região para 2019, de facto, não se enquadra como uma medida de apoio educativo, mas até poderia ter sido tida como tal, pois pretende contrariar dificuldades de aprendizagem transitórias assumindo a forma de explicações. A única diferença aqui é que são explicações na escola pública e não no setor privado.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS)**: Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Eu começaria por dizer, e uma vez que ainda não tive resposta do PSD, mas espero com certeza que me responda como proponente qual o constrangimento do PSD em que um aluno tenho direito a escolher o que entende fazer ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Se comparar com as respostas que são dadas pelo Prof. Doutor Avelino Meneses, elas são dadas “fora de jogo”.

A Oradora: ... no seu tempo de interrupção letiva, enquanto não a tenho eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estevão, poder-lhe-ia dizer até várias coisas, começar por dizer desde já, com consideração constitucional, que não lhe reconheço a si, nem enquanto deputado, nem enquanto professor, a intervenção que fez basicamente aludindo àquela que é também a minha profissão, o ser professora. Tenho alguns anos de profissão e todos aqueles que me estão a ouvir agora e que por ventura possam ser meus alunos, sabem o brio com o qual que desenvolvi o meu trabalho e a minha total disponibilidade, quer em férias letivas, quer em férias de verão...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não está em causa! Não se meta nisso!

A Oradora: ... quer interrupções letivas, portanto essa questão que começou devagarinho a elencar, a mim não me atinge.

Segunda questão, sr. deputado falou e muito bem que o Partido Socialista fez aprovar aqui nesta Casa uma proposta no âmbito do Orçamento Regional. Oh, Sr. Deputado eu tenho aqui um conjunto de propostas no âmbito do Orçamento Regional pelo PPM. Eu não me recordo de nenhuma delas ter sido antecedida de um conjunto de considerações das entidades envolvidas que pudessem dar posição sobre essas propostas, portanto é normal ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que nas propostas de Orçamento Regional que aqui trazemos, essa matéria de levar efetivamente à consideração dos agentes não seja existente.

Cá está um exemplo: a disciplina de história, geografia e cultura dos Açores, eu não me recordo, eu não estava cá, mas tive o cuidado de ir ver, foi uma proposta de orçamento regional, não me recordo de ter consultado, nem associações de pais ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já tinha sido votada duas vezes, votada e “revotada”. Já era conhecida!

A Oradora: ... nem absolutamente nada, portanto essa é a questão. Quando foi votada a primeira vez não houve sr. deputado, essa é.

Segunda questão: eu realmente consigo perceber a questão do proponente trazer aqui este pedido de revogação, consigo perceber as inúmeras alusões à obrigatoriedade, quando sabe que não é obrigatoriedade e eu realmente questioneei-me o porquê desta constante terminologia associada a um direito do aluno, desta constante terminologia associada a um direito que é o aluno que o pede, que o solicita porque precisa sobre proposta de um professor consciente porque entende que o aluno necessita, eu tentei perceber porquê e até recordei-me imagine de quem? De Nuno Crato, Sr. Deputado Jorge Jorge, no tempo que o PSD era Governo....

Deputado Francisco César (PS): Ouça, Sr. Deputado, ouça!

A Oradora: ... o que é que o PSD decidiu fazer? Vejam lá! E porque realmente fazia-me confusão, perante uma iniciativa que é do âmbito do direito do aluno, porque razão o PSD trazia sempre a terminologia “obrigatório” ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ó senhora, a educação é regionalizada. As competências na área da educação não são da Região?

A Oradora: ... e isso fazia-me confusão e logicamente como pessoa e outros srs. deputados aqui, fui procurar, fui tentar perceber o que é que se passava, o que é que realmente leva o PSD a constantemente chamar algo de obrigatório quando não é. E eis que me lembrei de uma legislação publicada pelo Sr. Ex-Ministro Nuno Crato, (tempo de Passos Coelho) em que nada mais, nada menos, imagine-

se, imagine-se lá Sr. Deputado Jorge Jorge, um período de acompanhamento extraordinário obrigatório, para o primeiro e segundo ciclo, o artigo 23.º. Está aqui e farei distribuir à Câmara.

Sr. Deputado o que nós temos aqui ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Continuamos.

Portanto, nós temos aqui a componente ideológica, eu sei Sr. deputado Luis Maurício ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga, diga. Eu reconheço o seu brio para profissional!

A Oradora: ... que a divisão do PDS nacional e o PSD Açores já começa a ser fraturante e o Norte está completamente perdido.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sei muito bem o caminho para casa de olhos fechados!

A Oradora: Eu percebo tudo isso sr. deputado, mas o que aqui está, claramente, é que o PSD, a nível nacional, propôs a obrigatoriedade de acompanhamento extraordinário e gravíssimo e essa medida só não acontece quando o encarregado de educação não o permitir, totalmente o contrário do que aqui nós propomos.

E quero ainda dizer, Sr. Deputado Paulo Estevão, permita-me que volte a v.exa., no âmbito da sua intervenção, quando o sr. deputado, de certa forma, fala no que diz respeito àquelas que foram por ventura as opiniões. Olhe, Sr., Deputado, eu tenho um princípio que conduz a minha profissão, a minha posição enquanto professora, eu tenho três princípios, aliás, e um deles eu encontrei recorrentemente nos diários de sessões, e o primeiro de todos é que o aluno é o foco da intervenção educativa, e encontrei até num diário que o sr. deputado efetivamente interveio e falava precisamente sobre isso e eu concordo e toda a minha vida paute-me por isso: o aluno é o foco da intervenção. Mas há mais dois

e por ventura esses dois possam, permita-me que lhe diga, tentar perceber, se quiser, aquela que é ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já percebemos que temos que aguardar pelo orçamento de 2020.

A Oradora: ... a proposta do Partido Socialista.

A segunda é que toda a criança tem o direito de aprender, toda ela! E o terceiro princípio, e que eu o levo sempre para quando voltar a estar na minha profissão, é que toda e qualquer criança tem o seu próprio tempo de aprendizagem e é no âmbito deste terceiro princípio, se a criança no tempo da interrupção letiva assim o desejar, deve efetivamente ter a faculdade na escola pública de o ser autorizado. E para terminar esta minha intervenção gostaria de partilhar aqui com a Câmara alguns exemplos que existem já na nossa escola pública e que não parecem assustar, permitam-me este termo, nenhuma das sras. deputadas e dos srs. deputados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Assusta, assusta!

A Oradora: Nós temos, como é sabido com certeza possivelmente mais pelas sras. e srs. professores, no âmbito do 9.º ano, aulas de apoio após o término do calendário escolar, facultativas e há alunos que vão frequentar e há aqueles que não vão frequentar, podem ir para a praia, podem ir para a piscina, podem ficar em casa, podem fazer o que quiserem. Esses alunos são estigmatizados, Sr. Deputado Jorge Jorge? Esses alunos são uns coitadinhos, como foi dito aqui num debate anterior? Mais, temos aulas de apoio facultativas no 11.º e 12.º ano ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é completamente diferente. A senhora está a falar de coisas que não são comparáveis.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Nas interrupções letivas?

A Oradora: ...há alunos que optam por ir fora do calendário escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não é!

A Oradora: E podia-lhe dar mais um exemplo sr. deputado, temos projetos a ocorrerem nas nossas escolas em período fora escolar, que são projetos pedagógicos, sr. deputado, nós temos experiências pedagógicas neste momento a acontecer, nós não podemos, e terminando esta minha intervenção, não há, sr. deputado, outra interpretação...

Deputado Jorge Jorge (PSD): São aulas para preparação de exames!

A Oradora: ... que se possa fazer, que é a interpretação de que a proposta do Partido Socialista é obrigatória, não pode fazer essa interpretação, ela não é legítima e o sr. enquanto professor não a pode fazer, sabe disso!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: E segundo, não menorizemos as crianças, não menorizemos os pais e não menorizemos a capacidade de qualquer um deles, que eu atrás referi, têm de escolher no seu tempo de interrupção letiva, sim, num tempo que é deles, o que é que desejam fazer e se necessitam desse apoio a escola pública deve ter a capacidade de o dar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto esta norma foi aprovada no Orçamento pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista, mas pior que cometer um erro é persistir no erro e o Partido Comunista teve, enfim, a humildade de reconhecer o seu erro e discordar a seguir dessa medida. Quando se corrige um erro nunca é uma cambalhota, é um ato de humildade, é um ato de coragem, Sr. Deputado António Lima e nós, o CDS e o PPM, logo em janeiro apresentámos uma iniciativa para revogar esta norma orçamental do Governo e o PSD hoje traz aqui a iniciativa que foi apresentada na altura, o mesmo objeto, pelo CDS e pelo PPM.

Mas o que estranho aqui é, em primeiro lugar, as declarações do Sr. Secretario que eu passo a citar para quem se esqueceu, Sr. Secretário, Sr. Professor Doutor Avelino Menezes que o membro do Governo com competência na matéria, (presumo que é ele, o Sr. Secretário) anunciou que irá proceder a alterações – vejam bem isto – irá proceder a alterações já em sede do próximo orçamento aos planos de recuperação agora previstos, em consequência das implicações que têm para o sistema educativo. Acabei de citar, não fui eu que disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E de facto, Sra. Deputada Sónia Nicolau, há aqui uma coisa que “não bate a bota com a perdigota”, vamos lá ver uma coisa: assistimos já aqui à proclamação dos excelentes resultados, eu não sei é se há tanto ProSucesso, se o ProSucesso é um programa que está a funcionar tão bem, que já deu tão bons resultados, para que é que os srs. precisam de massacrar alunos na interrupção letiva? Portanto, “não bate a bota com a perdigota”. O ProSucesso já está em velocidade de cruzeiro, os alunos já estão a aprender todos, eles já sabem matemática, eles sabem português, eles sabem ciências, eles sabem...enfim, uma maravilha! Portanto, foi tudo dito, ainda bem há pouco tempo, até saiu uma notícia no jornal que já estávamos ao nível de Singapura e portanto, nós estávamos todos satisfeitos.

Agora, a sra. deputada diz aí uma coisa que tenta...eu não sou professor, mas podia ser, mas por acaso tenho uma professora em casa e sei bem que o que a sra. deputada está a dizer tenta destorcer aqui as coisas como elas são, mas não é verdade o que a sra. disse e lamento dizer-lhe. É que no fim do ano letivo há sempre, faz parte, os professores tem trabalho a seguir a darem aulas, aos tempos letivos, os professores ficam na escola durante o mês de julho e de agosto, tem direito a 22 dias de férias como qualquer funcionário público e portanto, ficam na escola, a minha mulher só tem férias de 1 de agosto a 31 de agosto, neste momento está na escola, não tem alunos. Mas sabe o que é que ela está a fazer?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Trabalhos de escola!

O Orador: Exatamente! E sabe o que é que a sra. acabou de dizer o que é que faz parte? Faz parte do trabalho de escola, no 9.º e no 6.º ano de escolaridade, de meninos que vão fazer exames autopropostos, de meninos que vão fazer os exames e de explicações que se dão aos alunos, faz parte do trabalho de escola, Sra. Deputada Sónia Nicolau, mas eu não sou professor.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não faz parte do trabalho de escola!

O Orador: Agora, é de facto, estragar as férias – enfim, estes extremismos do Bloco de Esquerda eu já não perco tempo com eles porque já não vale a pena e portanto, tudo quanto é privado é para abater, tudo quanto é privado é para destruir, mas Sr. Deputado Paulo Mendes o sr. tem o azar de ter nascido 100 anos depois porque se tem nascido no tempo lá do Stalin, Lenin, Trotsky, tinha vivido num mundo ideal, esse de facto teria sido um mundo ideal. O sr. nasceu uns anos depois pronto, lá acabou-se o mundo ideal, veio o capitalismo, destruiu essa coisa toda, veio a iniciativa privada, destruiu essa coisa toda e portanto, o sr. depois veio para esse “mundo cão”, este mundo do privado, este mundo que o privado destrói tudo e os srs., enfim, vivem neste mundo infeliz e então querem obrigar os alunos a serem apontados a dedo: “aquele é o aluno que vai ter aulas nas férias escolares.”

Mas vou-lhe dizer, sr. deputado, hoje em dia o sistema de ensino está diferente de tal maneira que para algumas coisas por vontade e dos pais e porque os alunos precisam de explicações para entrar em alguns cursos, pagam explicações ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Apoiado!

O Orador: ... porque o sistema público está perverso, o sistema público que os srs. defendem é perverso e o sistema público que os srs. defendem para entrada na faculdade é perverso e é esse o sistema que o sr. defende e por isso os pais, alguns sem possibilidades, têm de pagar para os filhos terem vergonhosas notas de 18 e 19 para entrarem num curso, isso é que é uma vergonha, mas quanto a

isso o sr. não se opõe, quanto a isso o sr. não crítica e isso é que as famílias têm que fazer muitas vezes empréstimos para garantirem o futuro aos seus filhos, mas isso é o sistema que o Bloco de Esquerda quer e defende, mas nós não queremos nem defendemos esse sistema, Sr. Deputado Paulo Mendes e Sr. Deputado António Lima, mas é esse o sistema que os srs. querem e aí eles são obrigados a recorrer a explicações, é nessa altura. Eu não conheço nenhum aluno do 6.º, do 7.º e do 8.º ano que tenham explicações, não conheço. Agora, conheço do 10.º, 11.º e 12.º que têm explicações porque não faz sentido se em Espanha a nota para entrar em medicina é 14 e em Portugal é 18, não faz nenhum sentido, mas é o sistema que os srs. defendem.

(Aparte inaudível)

Pode e por ir para a Croácia e pode ir para a União Soviética e pode ir para Angola e pode ir para a China. O melhor, melhor, melhor é para a Coreia do Norte, aí é que é bom.

E portanto, vamos aqui ser coerentes com as coisas, os srs. vêm diabolizar tudo quanto é privado e os alunos são empurrados muitas vezes para as explicações devido ao sistema de ensino que os srs. defendem e é isso que é a realidade. Agora, a criança tem direito a ser criança e não deixar a criança ser criança é violar os seus mais elementares direitos ...

Deputados João Bruto da Costa e Luís Maurício (PSD): Apoiado!

O Orador: ...defendidos pela UNESCO, isso é que é o problema, mas isso para os srs. não lhes interessa e o Partido Socialista, admira-me, a sra. deputada vai-me explicar como é que conjuga isto com o ProSucesso e como é que conjuga isto com as afirmações do sr. secretário que vai já promover a alterações.

Oh, Sra. Deputada Sónia Nicolau, e com o devido respeito, se o Sr. Secretário no próximo Plano e Orçamento introduzir alterações a isto, passa-lhe um atestado que eu não vou dizer do que é, eu não vou dizer o que é o atestado, mas a sra. depois dir-me-á na altura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Deputado João Vasco Costa (PS): Vai responder agora?

O Orador: Vou responder Sr. Deputado João Vasco e vou começar por si, não lhe admito que diga que eu estou aqui a defender interesses ocultos, o sr. disse que eu estava a defender interesses ocultos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Disse sim sr.!

Não lhe admito que diga que eu estou a defender interesses ocultos. Eu estou a defender o interesse dos açorianos que me elegeram de acordo com o ponto de vista que o PSD tem para este assunto. Não estou a defender interesses ocultos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda questão, Sra. Deputada Sónia Nicolau, queria-lhe perguntar onde foi referido, uma única vez, direta ou indiretamente, que era obrigatório? Uma única vez? A sra. deputada, possivelmente preparou antes de vir, não esteve atenta àquilo que eu disse e achava que eu ia dizer que essas aulas eram de frequência obrigatória...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Está a falar da nota de imprensa!

O Orador: Sra. deputada eu não estou a falar da nota de imprensa, eu estou -lhe a dizer...Não, não sra. deputada, desculpe...A sra. deputada referiu que eu tinha dito dali e tinha referido várias vezes a palavra “obrigatório”, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... depois, sra. deputada falou na questão das aulas, a sra. deputada sabe perfeitamente que isso são aulas de preparação para o exame em que os

professores são obrigados a lá estar e qualquer aluno, independentemente da nota que tenha, pode lá ir esclarecer dúvidas, é diferente, é muito diferente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Qual é a diferença?

O Orador: A sra. deputada terá todo o gosto em lhe explicar, se não sabe.

Portanto, sra. deputada não tente misturar aquilo que não é misturado, não tente “misturar alhos com bugalhos”, uma coisa são aulas que estão previstas, que são obrigatórias para o professor, outra coisa é aquilo que v. exas. aqui propuseram. O que está aqui em causa na nossa proposta é o direito à interrupção letiva, é o direito ao descanso letivo de alunos e professores.

A nossa proposta assenta em vários pontos já referidos: a tripla estigmatização dos alunos, alunos que já de si tem negativa, alunos que são privados da sua interrupção letiva ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: ... ou na perspetiva do aluno, das suas férias porque tem que ir para a escola. Como eu disse, uma escola vazia em que eles estão lá porque os outros colegas estão obviamente a gozar a interrupção letiva.

O segundo ponto em que assenta a nossa proposta é porque são necessários, e isso é corroborado por todos os pedagogos, por toda a gente que reflete sobre educação, são necessários os períodos de pausa letiva, quer para quem ensina, quer para quem aprende.

Terceiro ponto, as comunidades não foram ouvidas, a comunidade educativa não foi ouvida ...

Deputado Francisco César (PS): Já foram já!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando?

O Orador: ... e este talvez até seja um dos pontos principais porque nós andámos a contatar associações de pais e associações de estudantes, com professores ...

(Aparte inaudível)

...então deve ter ouvido o que nós ouvimos, que isto foi uma bomba que caiu no meio escolar, foi isto que nós ouvimos. Esta legitimidade que nós temos de apresentar esta proposta, esta legitimação vem do nosso contacto com a realidade e com a comunidade educativa.

E termino, sra. deputada, devolvendo a sua pergunta ao Sr. Secretário, que não está e deveria estar aqui e o Sr. Secretário deveria estar cá para a discussão do assunto, até porque queríamos perguntar ao Sr. Secretário, é ou não para aplicar esta medida? Esta medida é ou não para combater o insucesso? O Sr. Secretário acha que é uma maneira abrupta de combater o insucesso...

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma coincidência ele não estar cá!

Deputado Francisco Coelho (PS): Abrupta com quê?

O Orador: ... e daí respondo também ao Sr. Deputado Paulo Mendes, o grande desígnio da escola deve ser o sucesso de todos os alunos, mas não é à bruta, como disse o Sr. Secretário, não é de qualquer maneira e penso que com isto respondi à sua questão.

E agora mesmo para terminar sras. e srs. deputados, eu tenho aqui o documento recentemente aprovado de organização curricular do ensino básico, no seu artigo 9.º, ponto 21 estão as ofertas de organização de atividades de apoio à aprendizagem para o segundo e terceiro ciclo. Não vejo porque é que não está esta sua contemplada.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Sra. Deputada Sónia Nicolau, começou uma frase que não acabou, dizia a sra. deputada: “não lhe reconheço...” e de repente parou e eu fiquei sem perceber o que é que v.exa. iria dizer, eu achei que podia ser: “não lhe reconheço experiência, idoneidade, não lhe reconheço categoria”, não sei o que é que a sra. deputada iria dizer, mas digo-lhe uma coisa, em termos de abordagem política essa agressividade, esses ataques pessoais são algo que não fazem qualquer tipo de sentido. Sra. deputada eu disse-lhe apenas: “discordo de v. exa.” e discordar faz parte da democracia e disse-lhe que comecei a dar aulas em 1989 e disse-lhe que tenho experiência no setor educativo,

Deputado Francisco César (PS): Então se ela não terminou a frase como é que ficou ofendido?

O Orador: ... fui tudo o que se pode ser no sistema...presidente do conselho executivo, presidente do conselho pedagógico, fui professor de todos os níveis no âmbito do nosso sistema educativo em várias ilhas, tenho essa experiência. Nunca lhe disse que sei mais do que v. exa., tenho uma opinião diferente de v.exa., todos os dias aprendo com os alunos, todos os dias aprendo com os meus colegas e todos os dias aprendo aqui neste Parlamento, é com essa humildade que estou na vida. E vou-lhe dizer, a sua intervenção neste sentido, eu considero que a agressividade que colocou é um erro, porque eu discordo, acho que v. exa. com esta medida não está a ajudar os alunos.

Deputado Carlos Silva (PS): É a Democracia. Discordar faz parte!

O Orador: Acha que em Portugal os alunos têm pouco tempo de aprendizagem? Acha que os problemas têm a ver com o tempo de duração da aprendizagem ou não terá a ver com a qualidade da aprendizagem que é realizada durante esse tempo?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas o senhor fez parte do grupo de trabalho que defendeu exatamente isso, que os alunos passem mais tempo na escola!

O Orador: Porque é que v. exa. não se preocupa, veja as consultas estatísticas, Portugal é provavelmente o país da Europa em que os alunos estão mais tempo nas escolas e em que têm o maior número de disciplinas e em que têm mais tempo de aprendizagem nas escolas. Acha que isso resulta, sra. deputada? Não resulta, é a qualidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo!

O Orador: ... o foco está em que aquele tempo de aprendizagem seja um tempo de muita qualidade, sra. deputada, é exatamente o contrário. E mais do que isso, isto massacra e discrimina as crianças, é a minha opinião. A sra. deputada dizer aos alunos: “olha agora durante o Natal, durante estas três semanas vais para a escola aprender porque tiveste negativas.”. Oh, Sra. deputada acha que isto resulta? Não resulta, discrimina os alunos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os alunos contrariados, os professores contrariados!

O Orador: Acha que vai resultar? E também castiga os professores porque os professores também não podem estar no Natal junto das suas famílias porque os alunos não podem ficar sozinhos, ou vão para a escola e estão sem que ninguém lhes vá ensinar a matemática ou o português? Os professores também têm de ir para lá e portanto, porquê? Porque ensinaram mal àquelas crianças, não é? Porque as crianças não obtiveram aqueles resultados.

Oh, sra. deputada, isto é errado, profundamente errado e digo-lhe uma coisa: como é que interpreta aquela cadeira vazia no Governo Regional? Como é que interpreta? Como é que interpreta aquela cadeira vazia, sra. deputada?

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma coincidência!

Deputado Francisco César (PS): Tem montes de cadeiras vazias!

O Orador: Os Srs. Secretários estão sempre presentes ou quase sempre....

Deputado Francisco César (PS): Afinal? O senhor tem que se decidir! Está sempre a dizer que os Secretários não estão presentes!

O Orador: ... no âmbito da discussão dos diplomas. Como é que interpreta aquela cadeira vazia, sra. deputada? Oh, sra. deputada, como é que interpreta o facto da sua bancada ter proibido a auscultação dos pais, das escolas e dos alunos? Como é que interpreta isto (coisa sem precedentes).

Alguma vez, alguma iniciativa ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi o que os senhores fizeram em janeiro!

O Orador: ... no âmbito de educação viu proibida nesta Casa o período de auscultação? Porque é que a sra. deputada, o seu grupo parlamentar e o seu presidente proibiram, impediram que as escolas fossem ouvidas?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi o que os senhores fizeram em janeiro!

O Orador: Que os professores fossem ouvidos? Eu vou-lhe dizer: porque têm vergonha do que é que eles iriam escrever, porque têm vergonha, não conseguem ter a coragem de ouvir...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...aquilo que vai ser dito.

Por falta de tempo ou por excesso de retórica?

Presidente: Por falta de tempo, quando é por excesso eu também sou mais efetiva na minha afirmação. É só mesmo por falta de tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Então termino a dizer-lhe sra. deputada que está profundamente errada, eu vou-lhe remeter a opinião de um inspetor regional que escreveu na altura quando v.exa. fez esta proposta, ficou chocado. Vou-lhe remeter opiniões de diversos professores, até a nível nacional, pessoas bastante reconhecidas que acharam inacreditável como é que este Parlamento aprovou esta proposta e digo-lhe: pense nisso, v.exa. não fez por mal, é a sua opinião, é o seu contributo, mas é um contributo que está errado e que é prejudicial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Tendo em conta aquilo que estamos aqui a discutir e tendo em conta também aqueles que foram alguns exercícios de dramatização excessiva, na nossa opinião, que nós acabámos de ouvir...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ouvia, Sra. Deputada Sónia Nicolau?

O Orador: ... de alguns deputados, nomeadamente e com maior ênfase diga-se, através da intervenção do Sr. Deputado Jorge Jorge que, enfim, além da legítima apresentação da proposta tem também inerente à sua agenda política na área da educação, admitamos, enfim alguma conveniência político-partidária em garantir que há instabilidade nas escolas e nos vários corpos que compõem a nossa escola e o sistema educativo regional porque dá jeito ao PSD que nós tenhamos instabilidade dentro das escolas na nossa Região ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Se fosse ao contrário já dava direito ao um protesto ou defesa da honra!

O Orador: ... parece-me importante – e os srs. terão oportunidade de se inscrever e de falar a seguir, eu também vos ouvi atentamente – parece-me importante que possamos fazer aqui, porque acho que isso ainda não foi conseguido, permitam-me que vos diga, alguma contextualização daquilo que está em causa: nós quando discutimos aqui....

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E o diploma?

O Orador: ... esta matéria no âmbito do orçamento regional, através de uma proposta apresentada pelo grupo parlamentar do PS, que propôs no âmbito do orçamento que os alunos que assim quisessem, ...

Deputado Jorge Jorge (*PSD*): Os alunos ou os pais?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não são os alunos que escolhem!

O Orador: ... pudessem ter aulas de apoio durante as férias, é isso que está em causa, depois dessa aprovação que devo dizer também que cumpriu, apesar daquelas que foram algumas das afirmações aqui feitas por alguns deputados, que cumpriu, devo dizer, todos os pressupostos legais e procedimentais ao nível da competência das sras. e dos srs. deputados neste Parlamento, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... não houve qualquer tipo de atropelos ou de aprovações clandestinas, como alguns aqui quiseram fazer crer e portanto, esta proposta foi apresentada legitimamente pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, no âmbito das suas competências e no âmbito do poder que lhe confere o nosso estatuto e a lei eleitoral através da representação neste Parlamento, aliás, à semelhança do que outros partidos fizeram também no âmbito do orçamento e não me recordo de ter havido quaisquer pressupostos de diálogo antes da apresentação dessas propostas e essa proposta aqui apresentada pelo PS foi aprovada pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português, depois dessa aprovação tivemos também aqui uma ampla e intensa discussão de pois de uma proposta apresentada pelo CDS-PP e pelo PPM, também sobre esta matéria, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Liderando a oposição!

O Orador: ... liderando aliás, o CDS especialmente, a oposição e agora temos também a mesma proposta com o mesmo teor apresentada pelo PSD Açores.

E devo dizer, sras. e srs. deputados que nós, quando esta proposta foi aprovada no âmbito do orçamento regional, devo confessar que também a Secretaria da Educação e o Governo receberam algumas manifestações de desagrado relativamente a esta proposta, muitas delas que tinham por base também muita confusão, que também foi gerada propositadamente através de alguns partidos da oposição em que e aliás, muito desse registo foi tido agora neste debate que os

alunos seriam forçados a ter aulas de apoio, que os alunos seriam estigmatizados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E são!

O Orador: ... que os alunos seriam impedidos de sair do espaço escolar durante as suas férias. Não é nada disso que está em causa, apesar dos exercícios convenientes de v. exas. de dramatização relativamente a esta matéria o que está em causa, nesta medida apresentada pelo grupo parlamentar do PS, é os alunos que assim o quiserem podem, se assim quiserem, ter aulas de apoio durante as interrupções letivas, é isso que está em causa nesta medida apresentada pelo grupo parlamentar do PS.

Também devo dizer, sras. e srs. deputados, obviamente, que o Governo dos Açores acata as decisões deste Parlamento, de outra forma isso não seria possível e de outra forma não poderia acontecer.

E portanto, relativamente a esta matéria, aquilo que o Governo pode dizer, acatando aquela que foi a decisão tomada por este Parlamento e reiterando até aquelas que foram as afirmações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura relativamente a esta matéria, é que o Governo avalia a implementação desta medida, no âmbito do próximo ano letivo, não decidirá nada sobre esta matéria sem ouvir todos os intervenientes do sistema educativo regional, os professores, os pais e os alunos e acatando a decisão deste Parlamento e depois dessa preparação e da avaliação da implementação desta medida no início do ano letivo, pois com base nas opiniões e nos pareceres recolhidos e acatando a decisão deste Parlamento fará a sua implementação também conforme aquilo que sair desse processo de auscultação nas primeiras interrupções letivas deste ano de 2019, já no ano letivo seguinte. Foi isso que foi afirmado pelo Sr. Secretário Regional da Educação e é isso que será, obviamente, cumprido pelo Governo Regional, mas perceberão certamente, tendo em conta a norma que foi aprovada é uma norma, que na nossa perspetiva, à semelhança de muitas outras normas

que constam no orçamento regional, garante que tem um pressuposto base relativamente àquilo que pretende, mas permite a latitude de avaliação dos intervenientes que a tem que implementar e portanto, o Governo irá naturalmente no âmbito da preparação do próximo ano letivo ouvir, como faz sempre, todos os intervenientes do sistema educativo regional avaliando aquela que é a melhor opção para a sua implementação, sem descurar duas questões que são para nós absolutamente fundamentais e que nos parece que estão claras naquilo que consta nesta norma apresentada pelo Partido Socialista e aprovada também pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP: em primeiro lugar, a sua implementação deve ser trabalhada e acertada com todos os intervenientes do sistema educativo regional e em segundo lugar, há um pressuposto que para nós é fundamental, ou seja, estas aulas de apoio deverão ter sempre por base a vontade do aluno e do respetivo encarregado de educação.

E para já, Sra. Presidente, é tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

Para um protesto a?

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** [inaudível]...Secretário Regional segundo as quais o PSD estaria, por via de interesses político-partidários, a instabilizar as escolas da Região.

Presidente: Tem a palavra.

Dispõe de 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sr. Secretário Regional eu queria, em nome da bancada do PSD, repudiar aquilo que foram as suas afirmações.

O PSD não está interessado em instabilizar as escolas, a vossa prática, ela sim, é que confirma que os srs. são os primeiros agentes da instabilidade das escolas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Porque se não o quisessem – naturalmente tem direito a contro protestos, julgo eu até dois minutos, já facilitando o papel da Sra. Presidente da Assembleia – mas, quem fomenta a instabilidade são os srs. que pela sua prática a bancada que apoia o Governo contradiz-se em absoluto com aquilo que o sr. acabou de afirmar, então o sr. disse que agora iam fazer a avaliação e que iam auscultar todos os agentes no sentido de saber se esta medida tinha ou não enquadramento. Oh, Sr. Secretário Regional então os srs. vieram para aqui através das bancada do Partido Socialista votar uma coisa, antes de auscultar as pessoas. O sr. acabou de reconhecer agora que devia ter auscultado os diferentes agentes do ensino

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: e acabou por reconhecer isso agora mesmo, portanto, os srs. cometeram um erro, não querem reconhecer esse erro e vêm aqui agora dizer, bom... o que os srs. queriam Sr. Secretário regional eu sei o que é que é, é que isto passasse de mansinho e que chegasse ao próximo orçamento, a coisa passava, a proposta da Sra. Deputada Sónia Nicolau, não na votação, mas no meio da escuridão da discussão das propostas, convenceu-vos a apresentar a proposta aqui no Parlamento, a coisa passava de mansinho ... Não! Oh, Sr. secretário regional a verdadeira instabilidade está criada nas escolas porque o que dizem os agentes educativos nas escolas que nós visitamos é que isto é uma autêntica bomba para o sistema educativo e portanto, quem gerou a instabilidade foram os srs., fizeram aprovar uma coisa da qual já estão arrependidos, fizeram aprovar uma medida que o Sr. Secretário Regional da Educação diz que afinal não é para aplicar e pretendiam, ao fim e ao cabo, a que isso chegasse ao próximo mês de novembro de forma silenciosa alterar aquilo que os srs. propuseram sem que a oposição viesse aqui denunciar, aquilo sim que é a verdadeira instabilidade que os srs. causaram nas escolas da Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Caras Colegas do Governo:

Bom, o Sr. Deputado Luís Maurício não fez um protesto ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não usei um discurso sacerdotal!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício fez uma intervenção no âmbito do debate poupando três minutos à sua bancada e, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que o senhor está fazendo?

O Orador: ... dessa forma violando, na minha perspetiva o Regimento, fez uma pequena intervenção relativamente a esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não seja desagradável com a Sra. Presidente!

O Orador: Mas, relativamente ao seu protesto eu quero-lhe dizer em contraprotesto, Sr. Deputado Luís Maurício, que na apreciação política e partidária que julgo ser legítima fazer neste Parlamento relativamente à vossa ação eu reitero aquilo que disse. Na minha opinião, o PSD tem, de facto, no posicionamento tático relativamente a esta matéria, interesses partidários em que exista instabilidade no sistema educativo regional.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não apoiado!

O Orador: Terá eventualmente a ver com isso o facto de v. exas., na área da educação, terem sido confrontados nos últimos tempos com sucessivas derrotas

neste Parlamento também e no debate público regional. E terá também a ver com isso alguma “dor de cotovelo” do PSD ...

Deputado Luís Maurício (PSD): foi na contagem de tempo dos professores?

O Orador: ... pelo facto de ter sido o Partido Socialista e o Governo dos Açores a resolver o descongelamento das carreiras da classe docente na nossa Região.

Essa é que é a verdade, Sr. Deputado, essa é que é a verdade!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Sónia Nicolau pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Sr. Secretário Regional:

Eu queria fazer chegar à Mesa aquilo que comprova precisamente aquela que foi a minha primeira intervenção, que é que o PSD se passou por fazer a mensagem que a proposta do Partido Socialista era de obrigatoriedade de aulas em período de interrupção letiva.

É falso, é mentira o que o PSD disse e foi realmente o PSD e continua a ser o PSD quem provoca instabilidade nas escolas com este tipo de notícia.

Muito obrigada.

(Entrega à Mesa documento, para ser distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados)

Presidente: A Mesa depois de receber o documento irá distribuí-lo por todos, mas não agora.

Sras. e Srs. Deputados atingimos o nosso horário regimental.

Regressamos amanhã às 10 horas para continuarmos os nossos trabalhos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não. Para a semana, que é quando eles costumam chegar.

Eram 20 horas e 03 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Paulo Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Luís Carlos Correia Garcia

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

Transcrição efetuada por, Sara Azevedo